

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

*Relatório de Gestão*  
*1999*





Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina  
(Composição)

Presidente

**Des. Alcides dos Santos Aguiar**

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

**Des. Alberto Luiz da Costa**

Juízes Efetivos

**Juiz André Mello Filho**

**Juiz Paulo Leonardo Medeiros Vieira**

**Juiz Ricardo Teixeira do Valle Pereira**

**Juíza Rejane Andersen**

**Juiz Antonio do Rêgo Monteiro Rocha**

Juízes Substitutos

**Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva**

**Des. Anselmo Cerello**

**Juiz Cláudio Gastão da Rosa**

**Juiz Rodrigo Roberto da Silva**

**Juiz Sérgio Roberto Baasch Luz**

**Juiz Carlos Alberto da Costa Dias**

**Juiz Rui Francisco Barreiros Fortes**

**Juíza Angela Regina da Cunha Leal**

Procurador Regional Eleitoral

**Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina  
(Composição da Secretaria)

Direção-Geral

**Samir Claudino Beber**

Assessoria da Direção-Geral

**Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio**

**Márcia Mendonça Ruhland**

Assessoria da Presidência

**Ana Lúcia Silva**

Coordenadoria de Controle Interno

**Denise Goulart Schlichmann Sobierajski**

Secretaria Judiciária

**Clycie Damo Bertoli**

Coordenadoria de Registro e Informações Processuais

**Rosana Spiller Fernandes**

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

**Rodrigo Camargo Piva**

Secretaria da Administração

**Maria Helena de Carlos Back**

Coordenadoria de Material e Patrimônio

**Silvana Rudolfo**

Coordenadoria de Comunicações

**Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior**

Coordenadoria de Serviços Gerais

**Nelzyr Silva Müller**

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

**Salésio Bauer**

Secretaria de Recursos Humanos

**José Antônio Dutra Póvoas**

Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social

**Sérgio Luiz Lopes**

Coordenadoria de Pessoal

**Iraê Regina Vieira**



## SUMÁRIO

Apresentação, **9**

Presidência, **11**

Membros do Tribunal, **11**

Resoluções normativas do Tribunal, **12**

Visitas ilustres, **13**

Expedientes diversos, **16**

Participação em eventos especiais, **16**

Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, **18**

Consultas plebiscitárias, **22**

Armazenagem das urnas eletrônicas, **23**

Planejamento das eleições de 2000, **25**

Eleições comunitárias, **26**

Depuração do cadastro eleitoral, **27**

Revisão do eleitorado, **29**

Novo edifício-sede, **29**

Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, **31**

Treinamento e aperfeiçoamento de servidores, **32**

Projetos em fase de implantação, **33**

Diversos, **34**

Agradecimentos, **35**

Corregedoria Regional Eleitoral, **37**

Direção-Geral, **45**

Secretaria Judiciária, **65**

Secretaria da Administração, **77**



## **APRESENTAÇÃO**

Cumprindo a disposição contida no art. 28, XXXVI, do Regimento Interno desta Corte (Resolução TRESA n. 7.020/97), dirijo-me a Vossas Excelências para apresentar-lhes o relatório das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 24 de março de 1999 até a presente data.

O relatório é composto pelos relatos circunstanciados efetuados pela Direção-Geral, pelas Secretarias Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática, bem como pelas Assessorias e pela Coordenadoria de Controle Interno, acerca das atividades que lhe são inerentes, precedidos de síntese elaborada por esta Presidência.

Não obstante não se tenham realizado eleições no ano de 1999, o labor e as preocupações foram ininterruptas e intensas, em função das várias atividades desenvolvidas, com destaque para a finalização dos trabalhos de reforma e a inauguração da nova sede do Tribunal, para as atividades referentes ao planejamento das próximas eleições — em face, principalmente, da informatização das eleições em todos os municípios catarinenses —, para a ênfase dada por esta Corte aos trabalhos realizados visando à depuração do cadastro eleitoral e para a inauguração do Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, denominado Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes, dentre outras.

Mister é deixar registrado que o sucesso das atividades desenvolvidas pelo Tribunal contaram com a indispensável e relevante participação dos Juízes da Corte, Doutor André Mello Filho, Doutor Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Doutor Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Doutora Rejane Andersen e Doutor Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, assim como com o apoio decisivo do eminente Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Alberto Luiz da Costa e a inestimável colaboração do ilustre Procurador Regional Eleitoral, Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira.



## **1 PRESIDÊNCIA**

### **Membros do Tribunal**

Na sessão de 25 de março de 1999, a Presidência deu conhecimento ao Pleno de que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, em sessão realizada no dia 17 do mesmo mês, resolvera indicar o Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva para a vaga de Juiz Substituto — categoria Desembargador — deste Tribunal, decorrente da indicação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Alberto Luiz da Costa para a vaga de Juiz Efetivo.

Na sessão de 14 de abril, foi comunicada a indicação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Anselmo Cerello para a vaga de Juiz Substituto — categoria Desembargador — deste Tribunal, em decorrência do término do primeiro biênio do Desembargador José Roberge.

No dia 14 de abril, em Gabinete, o Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva tomou posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal, na categoria Desembargador.

Também em Gabinete, no dia 29 de abril, o Desembargador Anselmo Cerello tomou posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal, na categoria Desembargador.

Na sessão de 12 de maio, a Presidência comunicou à Corte que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, em sessão realizada naquela data, indicara o Doutor Antonio do Rêgo Monteiro Rocha para preencher a vaga de Juiz Efetivo deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito, em decorrência do término do primeiro biênio do Juiz Volnei Ivo Carlin.

Na sessão de 27 de maio, despediu-se da Casa o Doutor Volnei Ivo Carlin, saudado pela Presidência e pelos demais integrantes da Corte.

Em 2 de junho, tomou posse no cargo de Juiz Efetivo do Tribunal — categoria Juiz de Direito — o Doutor Antonio do Rêgo Monteiro Rocha.

indicação do Juiz de Direito Antonio do Rêgo Monteiro Rocha para o cargo de Juiz Efetivo.

Publicada, no D.O.U. de 12.1.2000, a nomeação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da Doutora Angela Regina da Cunha Leal como Juíza Substituta — categoria Jurista —, em decorrência do término do primeiro biênio do Doutor Cláudio Gastão da Rosa.

No dia 3 de fevereiro, em Gabinete, tomou posse a Doutora Angela Regina da Cunha Leal, para preenchimento da vaga de Juiz Substituto — categoria Jurista.

#### **Resoluções normativas do Tribunal**

- ? Resolução TRESA n. 7.113, de 28.4.1999 - altera o Anexo da Resolução TRESA n. 6.990/90 e cria quadro demonstrativo de competência para o julgamento de prestações de contas de partidos políticos;
- ? Resolução TRESA n. 7.114, de 28.4.1999 - autoriza o funcionamento de Posto de Atendimento aos Eleitores, Anexo à "Unidade Judiciária Avançada" de Itapema;
- ? Resolução TRESA n. 7.115, de 5.5.1999 - altera os artigos 1º, parágrafo único, 11, 13, *caput* e § 1º, 14, incisos IV e VI, 17, § 1º e 18, parágrafo único, da Resolução TRESA n. 7.038/97, que trata da contratação de estagiários;
- ? Resolução TRESA n. 7.116, de 6.5.1999 - estabelece critérios para a designação dos Escrivães Eleitorais;
- ? Resolução TRESA n. 7.120, de 2.6.1999 - dispõe sobre o procedimento a ser adotado no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina, para o descarte de materiais pertinentes a pleitos anteriores, não mais utilizáveis, mediante doação;
- ? Resolução TRESA n. 7.121, de 9.6.1999 - regulamenta a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do TRESA;
- ? Resolução TRESA n. 7.123, de 24.6.1999 - altera o artigo 135 da Resolução TRESA n. 7.020/97 (Regimento Interno) para

- parágrafo único aos artigos 15 e 36 da Resolução TRESA n. 7.111/99, que trata do Programa de Assistência à Saúde;
- ? Resolução TRESA n. 7.130, de 8.9.1999 – estabelece novas normas para a publicação do periódico *Resenha Eleitoral – Nova Série*;
  - ? Resolução TRESA n. 7.131, de 8.9.1999 – autoriza o funcionamento de Posto de Atendimento aos Eleitores, no prédio do Fórum da Comarca de Correia Pinto;
  - ? Resolução TRESA n. 7.132, de 8.9.1999 – estabelece instruções para a realização de consulta plebiscitária no Município de São Lourenço do Oeste, visando à supressão da expressão “do Oeste”;
  - ? Resolução TRESA n. 7.134, de 22.9.1999 – autoriza a revisão do eleitorado em quarenta e nove municípios, listados em seu Anexo;
  - ? Resolução TRESA n. 7.135, de 13.10.1999 – estabelece o cronograma para a realização de revisão do eleitorado nos municípios especificados na Resolução TRESA n. 7.134/99;
  - ? Resolução TRESA n. 7.136, de 13.10.1999 – altera a redação do parágrafo único do artigo 4º da Resolução TRESA n. 7.026/97, que trata da designação dos Juizes Eleitorais;
  - ? Resolução TRESA n. 7.141, de 10.2.2000 - altera o artigo 3º da Resolução TRESA n. 7.026/97, que trata da designação dos Juizes Eleitorais;
  - ? Resolução TRESA n. 7.145, de 1º.3.2000 - estabelece instruções para a realização de consulta plebiscitária no Município de Chapecó, visando à emancipação dos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En;
  - ? Resolução TRESA n. 7.147, de 2.3.2000 – designa como Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes o Museu criado pela Portaria P n. 074/99.

### **Visitas ilustres**

O TRESA foi honrado, na sessão de 6 de maio de 1999, com a visita do Desembargador Wilson Eder Graf, ex-Presidente desta Corte Regional.

o Doutor Walter Ziguelli, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, e o Doutor Amauri Ferreira, na qualidade de representante do Doutor Jefferson Kravchychyn, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina. Estiveram também presentes à solenidade o Deputado Herneus de Nadal, os Desembargadores Wilson Eder Graf, João José Ramos Schaefer, Carlos Alberto Silveira Lenzi, Norberto Ungaretti e Ayres Gama Ferreira de Melo, bem como os Doutores Nelson Schaefer Martins, Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu e Nilton Pereira.

Em 12 de agosto, compareceram ao lançamento da Resenha Eleitoral - *Nova Série*, v. 6, n. 1, o Doutor Nicanor Calirio da Silveira, Juiz-Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na oportunidade representando o Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, Corregedor-Geral de Justiça daquela Corte e ex-Presidente desta Casa, e o Desembargador João José Ramos Schaefer, também ex-Presidente desta Corte.

Em 9 de dezembro, foi recebido pela Presidência, em Gabinete, o Excelentíssimo Senhor Adhemar Guisi, Ministro do Tribunal de Contas da União.

No dia 10 de dezembro, na sessão solene de instalação da Corte em sua nova sede, situada na Rua Esteves Júnior, n. 68, em Florianópolis - SC, tomaram assento à Mesa o Ministro José Néri da Silveira, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; o Ministro Adhemar Paladini Ghisi - no ato representando o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva -, e o Desembargador João Martins, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Participaram, ainda, da solenidade, o Doutor Oscar Juvêncio Borges Neto, Procurador Municipal, representando a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Senhora Angela Regina Heinzen Amin Helou; o Doutor Salomão Ribas Júnior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; o Doutor Carlos Alberto Godoy Ilha, Juiz Trabalhista, representando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região, Doutor Antônio Carlos Facioli Chedid; o Tenente-Coronel Wilson Dagoberto Linhares Fábrica,

o Desembargador Wilson Pessoa da Cunha, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; o Desembargador José Augusto de Souza, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul; o Desembargador João Menezes da Silva, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; o Desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; o Desembargador Osvaldo Stefanello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; o Desembargador Manoel Rafael Neto, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; o Desembargador Roberto Hermidas de Aragão, Corregedor Regional Eleitoral do Amazonas; o Doutor Osório de Araújo Ramos Filho, Corregedor Regional Eleitoral de Sergipe; os Desembargadores Ayres Gama Ferreira de Mello, Ernani Palma Ribeiro, Francisco Xavier Medeiros Vieira, João José Ramos Schaefer, Wilson Eder Graf, Anselmo Cerello, José Gaspar Rubick, Carlos Alberto Silveira Lenzi, Cláudio Barreto Dutra, Solon D'Eça Neves e Geraldo Gama Salles; a Doutora Ana Maria Guerrero Guimarães, Procuradora Regional Eleitoral Substituta e o Professor Mário Moraes, representando o Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis.

No dia 15 de março de 2000, por ocasião da inauguração do Centro de Memória da Justiça Eleitoral Catarinense "Desembargador Adão Bernardes", tomaram assento à Mesa da Presidência o Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o Desembargador João José Ramos Schaefer, Vice-Presidente em exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; a Senhora Angela Regina Heinzen Amin Helou, Prefeita Municipal de Florianópolis, e o Doutor Gley Sagaz, Diretor para Assuntos Legislativos da Casa Civil, no ato representando o Doutor Esperidião Amin Helou Filho, Governador do Estado de Santa Catarina. Estiveram, ainda, presentes à solenidade, o Doutor Carlos Alberto Godoy Ilha, Juiz Togado e Presidente da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, representando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Doutor Antonio Carlos Facioli Chedid; a Doutora Angela Regina da Cunha Leal, Juíza Substituta desta Corte, representando a Presidente da Corte;

da Casa do Jornalista de Santa Catarina e da Federação Nacional de Imprensa; os Senhores Advogados Doutores Saulo Vieira, Gerson Basso, João Linhares e Nelson Antonio Serpa; os familiares do Desembargador Adão Bernardes e do Senador Wilson Kleinübing e Senhora Hercília Catarina da Luz, filha do Governador Hercílio Luz.

#### **Expedientes diversos**

Foram protocolizados neste Tribunal 11.238 documentos; expedidos 4.575 Ofícios, 96 Ofícios circulares, 267 Portarias da Presidência, 6 Portarias da Vice-Presidência e 260 Portarias da Direção-Geral, além de inúmeros telex, telex circulares e fac-símiles.

#### **Participação em eventos oficiais**

O Presidente do Tribunal compareceu:

- ? Em 13 de abril de 1999, à solenidade de posse dos Desembargadores Osvaldo Stefanello e José Eugênio Tedesco, respectivamente nos cargos de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral;
- ? No Auditório da Reitoria da UFSC, à sessão solene do título de "Professor Emérito" ao Professor Sílvio Coelho dos Santos, em 14 de abril;
- ? No dia 15 de abril, à solenidade de inauguração do Fórum Juiz Waldir Campos, da Comarca de Barra Velha;
- ? Em 16 de abril, à solenidade de posse do Doutor José Galvani Alberton no cargo de Procurador-Geral de Justiça;
- ? À solenidade comemorativa "Dia de Tiradentes" e à cerimônia de formatura do Curso de Formação de Soldados, realizadas no Centro de Ensino da Polícia Militar, no dia 21 de abril;
- ? Em 22 de abril, ao *IV Encontro Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados*, em São Miguel do Oeste;
- ? No dia 7 de maio, à palestra proferida sobre a guerra do Kosovo

- ? No dia 24 de junho, ao *Painel de Debates sobre a Reforma do Poder Judiciário*, ocasião em que participou como debatedor, sobre a importância da Justiça Eleitoral como instituição de caráter permanente;
- ? À cerimônia de transmissão do Comando da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina ao Capitão-de-Fragata Aroldo Cordeiro Torres, realizada no dia 21 de julho;
- ? Ao *XIV Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil*, realizado em 19 de agosto, na cidade de Curitiba;
- ? Ao *I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário – Fórum Mundial*, realizado nos dias 19, 20 e 21 de agosto, na cidade de Curitiba;
- ? No dia 4 de setembro, ao *VIII Encontro de Juízes Eleitorais*, na sede da OAB/SC, em Florianópolis;
- ? Nos dias 8 e 9 de setembro, ao treinamento de Chefes de Cartório, realizado no Hotel Maria do Mar, em Florianópolis;
- ? Em 16 de setembro, à solenidade de transmissão do cargo de Governador do Estado ao Vice-Governador, Paulo Roberto Bauer, realizada no Palácio Santa Catarina;
- ? No período de 27 a 30 de setembro, ao *XVI Congresso Brasileiro de Magistrados*, realizado em Gramado/RS;
- ? Em 25 de novembro, à inauguração da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo;
- ? Ao *XV Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil*, realizado nos dias 25 e 26 de novembro, em Vitória e Vila Velha;
- ? Em 9 de dezembro, à solenidade de inauguração da nova sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina, ocasião em que fez uso da palavra;
- ? No dia 28 de dezembro, à solenidade de posse dos Conselheiros Salomão Ribas Júnior e Antero Nercolini, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- ? À cerimônia de posse, no dia 10 de janeiro de 2000, do Diretor e do Vice-Diretor do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina –, Juízes Federais Celso Kipper e Otávio

de Vice-Presidente, e do Desembargador Wilson Guarany Vieira, no cargo de Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

- ? Em Belo Horizonte e em Ouro Preto, nos dias 16, 17 e 18 de março, ao *XVI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil*.

#### **Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil**

A Presidência desta Corte compareceu, durante a gestão, a três reuniões do Colégio de Presidentes, nas quais foram discutidas questões atinentes ao processo eleitoral, à preparação das eleições do ano 2000, ao Projeto de Reforma do Poder Judiciário, bem como assuntos administrativos diversos de interesse de todos os Tribunais, a saber:

- ? Em Curitiba (PR) no dia 19 de agosto de 1999, ocasião em que foram tomadas as seguintes deliberações: encaminhamento ao Congresso Nacional de manifestação contrária ao Projeto de Lei que tratava da anistia das multas eleitorais; encaminhamento ao Congresso Nacional de manifestação contrária ao Projeto de Lei apresentado pelo Senador Roberto Requião, que tratava da obrigatoriedade de impressão do voto pela urna eletrônica; encaminhamento de manifestação aos Ministros Presidente e Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que os Corregedores Regionais Eleitorais fossem consultados antes da aprovação das diversas Resoluções editadas por aquela Corte Superior; encaminhamento de sugestão ao Tribunal Superior Eleitoral de transferir ao Ministério Público Federal o pagamento da gratificação aos Promotores Eleitorais; encaminhamento de consulta ao Tribunal Superior Eleitoral acerca da Resolução TSE n. 20.405/99, relativa ao recolhimento de multas, de forma a dirimir conflitos entre o Código Eleitoral e Leis conexas. Na ocasião, esta Presidência apresentou proposição de alteração do art. 26, § 3º, alínea *b*, da Resolução TSE n. 20.132/98, no sentido de estender a exceção prevista no dispositivo à

Reforma do Judiciário, onde era vedada a percepção da gratificação pecuniária pela prestação de serviços eleitorais (gratificação eleitoral). Foi, ainda, constituída Comissão para elaborar redação mais adequada aos artigos 36 e 37 da Lei n. 9.504/97, tendo sido designados como integrantes os Presidentes do Distrito Federal, de Goiás e de Santa Catarina. A proposta foi elaborada e devidamente encaminhada ao Presidente do Colégio, por meio do Presidente do Distrito Federal. Ficou, ainda, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe encarregado de elaborar estudo para a concessão de incentivos financeiros aos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral. Esteve presente à reunião do Colégio o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Néri da Silveira, oportunidade em que manifestou sua preocupação com a manutenção do cadastro eleitoral e com a obtenção de recursos orçamentários para a realização de eleições informatizadas em todas as seções eleitorais do território nacional.

- ? Em Vitória (ES), no dia 25 de novembro de 1999, e em Vila Velha (ES), no dia 26, ocasião em que foram tomadas, dentre outras, as seguintes deliberações: no tocante à Reforma do Judiciário, o Desembargador Presidente do Colégio propôs aos demais integrantes que gestionassem junto aos Deputados Federais e às respectivas bancadas, visando à manutenção da atual composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, garantindo-se maior segurança a esta Justiça Especializada; decidiu-se pela não-participação do Colégio no *Congresso Internacional de Direito Eleitoral*, a se realizar em Foz do Iguaçu, no corrente ano; as propostas de concessão de benefícios aos servidores requisitados para os Cartórios Eleitorais e de concessão de vales-transporte e vales-alimentação àqueles servidores ficaram de ser apreciadas na próxima reunião, após estudos mais aprofundados. Foram, na ocasião, aprovadas duas propostas apresentadas por esta Presidência, quais sejam: a) a cada comarca criada, deveria corresponder, automaticamente, uma Zona Eleitoral, vale dizer, a criação de Zonas Eleitorais em todos os municípios- sede de

requisição de servidores, com a ampliação do prazo de requisição para as Secretarias dos Tribunais, em face do volume de recursos investidos na capacitação de tais servidores por prazo muito curto. Presente à reunião, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Néri da Silveira, ressaltou a importância dos preparativos para as próximas eleições e da depuração do cadastro eleitoral. Informou, ainda, a intenção do Tribunal Superior em implementar novo sistema de justificativa de ausência à votação, a ser efetuada nas próprias seções eleitorais, via urna eletrônica, sem qualquer custo ao eleitor, possibilitada, também, a criação de postos de justificativa, consoante o projeto apresentado pela Comissão designada para estudar a implantação de tal sistema. Com o objetivo de minorar os custos com as eleições e sua preparação, sugeriu o Ministro Néri da Silveira fosse evitada, ao máximo, a requisição de forças federais para garantir a ordem do processo eleitoral, bem como fosse adotado o sistema de parcerias para a realização de treinamentos, especialmente o de mesários. Informou, ainda, que o TSE estava desenvolvendo procedimentos informatizados objetivando facilitar as rotinas administrativa e judicial, com a adoção de medidas de padronização do controle e andamento dos processos e da comunicação entre as instâncias da Justiça Eleitoral. O Presidente do Colégio convocou nova reunião para o dia 17 de março, a ser realizada em Minas Gerais, constando da pauta a eleição da nova Diretoria.

? Em Belo Horizonte (MG), nos dias 17 e 18, e em Ouro Preto (MG), no dia 19 de março de 2000, quando foram tomadas as seguintes deliberações: o agrupamento das propostas apresentadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Piauí e de Sergipe, que tratam da concessão de vales-transporte e auxílio-alimentação aos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, com o encaminhamento ao Tribunal Superior Eleitoral, competente para regulamentar a matéria; por proposta do Tribunal Eleitoral do Mato Grosso do Sul, foram aprovadas alterações na redação de alguns artigos da Lei n. 6.999/82, objetivando facilitar as requisições de servidores e o aumento

bem como da iniciativa privada. Aprovada por maioria, em seu encaminhamento deverá ser reafirmada a necessidade da criação de quadros próprios de servidores dos Cartórios Eleitorais, já sugerida e encaminhada a proposta respectiva ao Tribunal Superior Eleitoral; apresentada proposta de redução do número de vereadores pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o Desembargador Osvaldo Stefanello informou acerca da existência, no Congresso Nacional, de substitutivo, do mesmo teor, apresentado pelo Deputado Zezé Perrella à Proposta de Emenda à Constituição, sugerindo o encaminhamento, pelo Colégio, de manifestação de apoio, reduzindo, porém, para cinco o número mínimo, mantendo-se a progressão a partir desta proposta. Aprovada, a proposta será encaminhada a todos os parlamentares. Foram, ainda, aprovadas, à unanimidade, duas propostas encaminhadas pela Presidência deste Tribunal, a saber: a) manutenção da competência do Tribunal de Contas da União para proceder à Tomada de Contas Especial dos Partidos Políticos que não apresentarem suas contas ou as tiverem recusadas pela Justiça Eleitoral; b) encaminhamento, ao Congresso Nacional, de manifestação de repúdio à proposta parlamentar de redução do número de juízes estaduais na composição das Cortes Regionais Eleitorais, mantendo-se a estrutura atual. O Desembargador-Presidente do Tribunal Regional do Mato Grosso do Sul expôs sua preocupação com relação à existência de urnas “extra-oficiais” (simuladores) para treinamento do voto eletrônico, apresentando minuta de Resolução a ser adotada por aquele Regional. Decidiu-se que a questão ficará a critério de cada Tribunal, na medida que o problema for surgindo. Foi realizada a eleição da nova Diretoria do Colégio, que ficou assim composta: Desembargador Alemer Ferraz Moulin (ES), para a Presidência; Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto (MA), para a Vice-Presidência; Desembargador Raphael Carneiro Arnaud (PB), para a Primeira- Secretaria; Desembargador Alberto Luiz da Costa (SC), para a Segunda-Secretaria; Desembargadores João Alves da Costa (TO), Júlio César Viseu Júnior (SP) e Jairon Maia

transferência de seu título para o local de residência, de forma a reduzir o número de justificativas de ausência, ao alistamento dos jovens e à mudança no sistema de justificativa da ausência, que ficará a cargo da Justiça Eleitoral. Foi, ainda, firmada a **Carta de Minas Gerais**, na qual ficaram registradas as seguintes preocupações do Colégio de Presidentes: a precária estrutura material e de pessoal à disposição da Justiça Eleitoral, o que representa um desafio à realização eficaz e eficiente da fiscalização do pleito nos mais de 5.500 municípios brasileiros; o desequilíbrio do princípio basilar da igualdade de condições entre os candidatos, provocado pela legislação vigente, especialmente quanto à possibilidade de reeleição dos prefeitos municipais; a desatualização da legislação, que concorre de forma gritante para dificultar a tipificação de vários crimes eleitorais, mormente os que se referem ao abuso do poder político e do poder econômico; a necessidade de alteração dos prazos de inelegibilidade em tais casos, vez que a pena de três anos permite ao prefeito punido voltar a concorrer na eleição seguinte; a possível derrubada do veto, pelo Congresso Nacional, à anistia das multas eleitorais, sob pena de desmoralização e esvaziamento da Justiça Eleitoral e da própria democracia; a alteração da atual composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, merecedora de confiança que é a atuação dos Juizes da Justiça Comum, a quem incumbe acompanhar todo o processo eleitoral; a necessária alteração dos dispositivos constitucionais que fixam os números de vereadores nas Câmaras Municipais, evitando-se as distorções hoje existentes; a Reforma do Poder Judiciário, que pode vir a criar, tão-somente, processos de fiscalização do Juiz, em evidente prejuízo à sociedade brasileira. Ficou designada nova reunião a ser realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8, 9 e 10 de junho vindouro.

#### **Consultas plebiscitárias**

Por meio da Resolução DP n. 22/99, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina determinou a realização

novembro, após reunir-se em Conselho, o Tribunal resolveu revogar a mencionada Resolução, em face do teor do Ofício n. 1.343/99/GP, subscrito pelo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Gilmar Knaesel, que informava acerca da inexistência de dotação orçamentária para atender ao que determinou o Projeto de Resolução n. PR/14.9/99, o qual autorizava a realização do plebiscito.

Posteriormente, por meio da Resolução DP n. 047/99, de 10 de novembro de 1999, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina determinou a realização de plebiscito nos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En e localidades que os integram, do Município de Chapecó, objetivando a emancipação daqueles Distritos. O Tribunal deferiu o pedido, publicando, em 1º de março do corrente ano, a Resolução n. 7.145 — Instruções para a realização de consulta plebiscitária no Município de Chapecó —, e fixando o calendário eleitoral correspondente. Em 3 de março, no entanto, a Comissão de Emancipação dos Distritos em questão protocolizou requerimento no sentido de que fosse suspensa, por prazo indeterminado, a realização da consulta plebiscitária, designada para o dia 26 de março próximo vindouro, em face do exíguo espaço de tempo de que disporia para os trabalhos de divulgação em todo o território do Município de Chapecó. O requerimento foi deferido por esta Presidência, até porque não dispunha esta Corte Eleitoral dos recursos necessários à sua implementação até aquela data. Saliente-se que a referida Comissão interpôs recurso especial ao Tribunal Superior Eleitoral, por entender que a consulta plebiscitária deveria abranger tão-somente as populações dos Distritos que pretendiam a emancipação, nos termos da legislação anterior à Lei Complementar Estadual n. 135/95.

#### **Armazenagem das urnas eletrônicas**

Tendo em vista que as próximas eleições municipais serão totalmente informatizadas, surgiu a necessidade de locar-se um imóvel que permitisse o armazenamento de cerca de 14.000

Suporte da Secretaria de Informática da Secretaria deste Tribunal efetuou levantamento detalhado de todos os requisitos e condições de que o imóvel a ser locado deveria dispor.

Procedida à pesquisa de mercado, deparou-se a Administração do Tribunal com espaço físico pertencente à CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, que reunia todas as condições necessárias para a armazenagem das urnas eletrônicas previstas para Santa Catarina. Em vistoria conjunta do local pela Secretaria de Administração e pela Coordenadoria de Produção e Suporte, constatou-se que o sistema de armazenamento é feito com porta-*pallets* em cinco níveis, com possibilidade de utilização de duas empilhadeiras elétricas, com operadores para movimentação, sendo que os *pallets* existentes correspondiam às necessidades do Tribunal. Ademais, o galpão dispõe de rampas de acesso para carga e descarga dos caminhões, área externa para estacionamento e manobra, situando-se em local totalmente cercado, com portaria controladora de acesso e vigilância vinte e quatro horas.

A contratação de parte da área do galpão da CONAB para a armazenagem das urnas eletrônicas, além de oferecer as condições exigidas pelo órgão técnico quanto à sua boa conservação e manutenção, veio proporcionar economia a esta Corte, considerando que o Tribunal, por força do contrato relativo ao aluguel de depósito para cerca de 4.000 (quatro mil) urnas, despendia mensalmente o valor de R\$ 4.420,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte reais), mais os encargos referentes ao IPTU (R\$ 338,63), serviços de vigilância (R\$ 3.442,00), telefone, água e energia elétrica, totalizando R\$ 8.494,87 (oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos). Sem contar os investimentos que seriam necessários ao adequado tratamento dos equipamentos – R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em porta-*pallets*, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de uma empilhadeira e adequação das instalações da rede elétrica –, gastos que foram evitados com a contratação da CONAB, em face da estrutura e dos serviços pela mesma oferecidos.

por *pallet*, correndo, ainda, por conta do Tribunal, as despesas com consumo de água, luz, telefone, e gás, ligadas ao uso da parcela do imóvel.

Dispõe, agora, a Corte Regional, de local muito maior e mais apropriado para armazenamento e manutenção das urnas eletrônicas, por preços significativamente mais baixos.

É de se registrar, ainda, que, objetivando maior segurança do equipamento, esta Presidência encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e do Abastecimento solicitação no sentido de ser realizada locação integral do galpão, evitando-se o acesso de pessoas estranhas à Justiça Eleitoral. Manifestou-se, ademais — no caso de vir a se concretizar o desfazimento dos galpões de propriedade da CONAB, conforme veiculado pela imprensa em 1999 —, o interesse deste Tribunal na posse do próprio, para a mesma utilização objeto do contrato de locação efetivado. Contatos no mesmo sentido vêm sendo efetuados com a Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina.

### **Planejamento das eleições de 2000**

Como é sabido, os pleitos eleitorais municipais envolvem uma maior complexidade, demandando maior atenção e trabalho por parte da Justiça Eleitoral. E isso porque tais eleições têm uma participação mais direta dos próprios eleitores, em face de seu caráter regional, sendo, ainda, as tarefas distribuídas por todas as Zonas Eleitorais, que procedem ao registro dos candidatos, totalizam os votos, etc. Os partidos e os políticos locais, por seu turno, participam mais ativamente das ações da Justiça Eleitoral. Além do mais, a utilização da urna eletrônica em todas as seções eleitorais exigirá mais esforço e atenção, tendo em vista a necessidade de treinamento de uma parcela bem maior do eleitorado na sua utilização.

Visando a facilitar e melhor organizar o pleito municipal de 2000, a Secretaria do Tribunal, liderada pela Direção-Geral, procedeu à elaboração do *Planejamento Estratégico "Eleições*

*Juízes Eleitorais*, tendo como tônicas principais a organização do pleito e a depuração do cadastro de eleitores. Na ocasião, o Tribunal apresentou as estratégias concebidas, especialmente com relação à preparação da infra-estrutura das eleições, treinamento de eleitores, registro de candidaturas, etc.

Com o mesmo objetivo foi realizado treinamento com os Chefes de Cartório, nos dias 8 e 9 de setembro, no Hotel Maria do Mar, quando foram abordadas as mesmas questões enfocadas no *VIII Encontro de Juízes Eleitorais*, enfatizando-se o treinamento de eleitores e a realização de eleições comunitárias, atividades que envolvem a operação da urna eletrônica, e a preparação dos locais de votação.

### **Eleições comunitárias**

O advento da urna eletrônica, que imprime facilidade, rapidez e confiabilidade às eleições, trouxe consigo a dificuldade inicial de sua utilização pelo eleitor, mormente o eleitor mais humilde, carente de conhecimentos, mais das vezes avesso às inovações tecnológicas — e até mesmo temeroso em face de tais inovações.

Coube, então, à Justiça Eleitoral, o importante papel de divulgar a urna eletrônica às mais recônditas regiões do País. Nesse passo, vem-se envidando esforços na tentativa constante de familiarizar o eleitor com o voto informatizado. E é aí que se destacam as eleições comunitárias como eficiente meio de treinamento, assim dos eleitores como dos mesários no seu manuseio.

Na realização de tais eleições, cabe ao Tribunal a produção das mídias e o suporte técnico às Zonas Eleitorais. Aos Juízes envolvidos, por sua vez, são acometidas tarefas que compreendem a operacionalização das eleições, a configuração das urnas eletrônicas e os treinamentos necessários ao bom andamento dos trabalhos. As entidades interessadas na realização das eleições, por seu turno, ficam responsáveis pelo fornecimento dos recursos

Ressalte-se que o Partido dos Trabalhadores em Florianópolis solicitou e esta Presidência deferiu o empréstimo de urnas eletrônicas para a realização de prévias, a serem realizadas no dia 25 de março próximo, com vistas à escolha do candidato à Prefeitura Municipal, ficando o Partido responsável pelo fornecimento dos recursos humanos e dos materiais necessários à instalação da seção eleitoral informatizada, bem como pelo recolhimento dos emolumentos relativos ao material a ser utilizado por este Tribunal. Consoante as informações prestadas pelo Partido dos Trabalhadores, a eleição envolverá cerca de 1.000 (mil) filiados.

#### **Depuração do cadastro eleitoral**

No ano de 1999, o Tribunal Superior Eleitoral concentrou grande parte de suas atenções à depuração do cadastro de eleitores, com vistas às eleições municipais do ano 2000.

A preocupação teve fundamento não somente na vontade de bem atender os eleitores brasileiros, mas, também, e principalmente, no dever de se proporcionar a realização de eleições que efetivamente reflitam a vontade popular e, em conseqüência, a legitimidade dos mandatos obtidos através das urnas.

Consoante levantamentos efetuados, os dados lançados no cadastro a partir de 1986 estavam, em grande parte, desatualizados, mormente os que diziam respeito à escolaridade, ao estado civil e ao endereço dos eleitores. Ao mesmo tempo, parcela considerável de falecidos ainda integrava o cadastro, devido à deficiência dos procedimentos voltados à sua exclusão. Ainda consoante os dados levantados, a principal causa das altas taxas de abstenção diziam respeito à mudança de domicílio dos eleitores. Tais situações acabaram por se refletir no crescimento dos índices de abstenção nas eleições, o que vinha gerando controvérsias e críticas a esta Justiça Especializada.

Em face de tais problemas, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu promover amplo trabalho de atualização cadastral.

Salienta-se que em Santa Catarina verificou-se existirem, aproximadamente, 130.000 (cento e trinta mil) eleitores que não votaram e não justificaram a ausência nas três últimas eleições.

O Tribunal Superior Eleitoral recomendou aos Regionais que concentrassem suas atividades, no segundo semestre do ano, na ampla divulgação das ações voltadas à depuração do cadastro eleitoral, por meio das emissoras de rádio, redes comunitárias, televisão, jornais etc.

Não obstante, considerando-se que a notificação dos eleitores por meio de afixação de edital nos Cartórios Eleitorais atingiria um número muito restrito de pessoas, este Tribunal Regional concluiu que a melhor forma de alcançar a maior parcela possível do eleitorado seria por meio da publicação de uma relação englobando a universalidade dos eleitores envolvidos, a ser amplamente divulgada, com distribuição aos partidos políticos, representantes partidários no interior, órgãos de imprensa, prefeituras e escolas, dentre outros.

A campanha englobaria a confecção e a distribuição de cerca de 20.000 (vinte mil) exemplares da aludida listagem. No entanto, não dispunha este Tribunal dos recursos necessários para o financiamento da campanha de divulgação pretendida.

Assim foi que esta Corte Eleitoral solicitou e obteve do Governo do Estado de Santa Catarina a colaboração necessária para a promoção da campanha, por meio do Convênio n. 9373/1999-4, celebrado em 9 de agosto de 1999, e homologado pelo Excelentíssimo Senhor Governador.

Finda a campanha e os procedimentos relativos à depuração, 78.356 (setenta e oito mil, trezentas e cinquenta e seis) inscrições haviam sido canceladas.

Ressalte-se que a Justiça Eleitoral Catarinense buscou, tanto quanto possível, evitar a exclusão indevida de eleitores do cadastro eleitoral. Ainda assim, os números resultantes das exclusões são preocupantes, não se conseguindo, por ora, prever os reflexos que terão nas eleições municipais que se avizinham.

### **Revisão do eleitorado**

O Tribunal Superior Eleitoral, acolhendo proposição da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, no sentido de autorizar a revisão do eleitorado nas Zonas Eleitorais onde o número de eleitores fosse superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à de idade superior a setenta anos no território do município, onde o eleitorado fosse superior a oitenta por cento da população projetada para o ano, conforme dados do IBGE, e onde ocorrera transferências, no ano de 1999, dez por cento superiores ao ano anterior, encaminhou a esta Corte a relação das Zonas Eleitorais do Estado que se encontravam em tais situações.

Decidiu, então, aquele Tribunal Superior, proceder à prévia audiência deste Sodalício, até o dia 17 de setembro, acerca do interesse em realizar as referidas revisões. Consultados os Juízos dos municípios envolvidos, em número de 49 (quarenta e nove), representando 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina autorizou a revisão do eleitorado nos referidos municípios, devendo a mesma ser executada na medida dos recursos disponibilizados pela Corte Superior, observando-se, para tanto e por ordem, os municípios com maior índice na proporção eleitor/habitante.

Sob a condução do Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Alberto Luiz da Costa, os trabalhos de revisão, realizados com a utilização de urnas eletrônicas, foram iniciados em 11 de novembro, estendendo-se até 10 de dezembro, trazendo como resultado o número de 64.177 (sessenta e quatro mil, cento e setenta e sete) eleitores que, por não terem comparecido ao Juízo Eleitoral respectivo, teriam seus títulos cancelados.

Maiores detalhes sobre as revisões efetuadas podem ser conferidas no relatório da Corregedoria Regional Eleitoral.

### **Novo edifício-sede**

Em 10 de dezembro de 1999, foi inaugurado o novo

atuação do ilustre Desembargador Ayres Gama Ferreira de Mello, a partir de 1983, o Tribunal afinal adquiriu a sua própria sede, que - sob a presidência do eminente Desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto - foi instalada, em 30.3.1988, na Rua São Francisco, onde permaneceu até a data de 9.12.1999.

Mas o crescente, volumoso, intenso, diário e permanente serviço eleitoral passou a exigir de sua sede própria maior espaço físico. Acanhadas tornaram-se suas instalações para bem satisfazer a demanda resultante do crescimento do eleitorado, hoje no Estado sob a jurisdição de 102 devotados Juízes Eleitorais. O indispensável aumento de seu quadro de funcionários e a implantação em definitivo da informática no âmbito eleitoral impunham um novo desafio: conseguir um outro local, a fim de atender convenientemente às reais necessidades dos serviços.

É significativo anotar que, em 1996, com aluguéis e manutenção dos edifícios que alojam as Zonas Eleitorais, despendia-se, por mês, a quantia de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Graças ao espírito público e pioneiro do eminente Desembargador Francisco Oliveira Filho, então Presidente da Corte, a partir de 1996 foram iniciadas as negociações para a construção de uma nova sede, idéia logo superada pela conveniência da aquisição de um prédio. Constituída uma Comissão — composta pelos eminentes Doutor Dionízio Jenczak, Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral, e Doutor Samir Claudino Beber, Diretor-Geral da Secretaria da Corte —, após a análise de várias propostas, optou-se, por fim, pela compra deste edifício, autorizando sua aquisição o nobre Desembargador Francisco Oliveira Filho, em 21.3.1997.

Já na gestão do eminente Desembargador João José Ramos Schaefer, ouvido o Senhor Delegado do Patrimônio da União, foi o processo de compra ultimado, lavrando-se o competente contrato em 30.10.1997. O imóvel, adquirido pela União ao preço de R\$ 4.310.114,00 (quatro milhões, trezentos e dez mil, cento e quatorze reais), compreende uma área de 6.295,70m<sup>2</sup>, distribuída por dez andares e trinta e sete vagas cobertas para veículos, e

Ganhou, assim, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina uma sede condigna, sóbria — como convém à sobriedade da Justiça —, mas, sobretudo, funcional e hábil a abrigar seus capacitados servidores. Na placa de bronze afixada, ao tempo dessa aquisição, na entrada desta nova Casa Judiciária, foram inseridos, com merecido mérito, os nomes desses preclaros membros do nosso egrégio Tribunal Regional Eleitoral e de seus categorizados auxiliares, responsáveis por esta memorável conquista. Para a consecução desta importante meta é mister também assinalar a colaboração decisiva da bancada catarinense no Congresso Nacional, especialmente a do Presidente do Fórum Parlamentar - Deputado Antônio Serafim Venzon - e a do sempre lembrado e saudoso Senador Vilson Kleinübing.

Por fim, no correr do ano de 1999, por meio de um trabalho conjugado e da pertinaz atuação na fiscalização da execução das obras complementares de adaptação — por parte dos engenheiros, Senhores Avany Camacho Júnior e Paulo Steinwandter, coadjuvados por vários servidores do Tribunal, que me dispense de nomear tamanha a gama de colaboração, sob o comando dos dedicados e competentes Diretor-Geral, Doutor Samir Claudino Beber, e Secretária de Administração, Senhora Maria Helena de Carlos Back, a par do valioso acompanhamento dos eminentes Desembargador Alberto Luiz da Costa, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral —, sem embargo do excelente relacionamento entre o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Contas da União, representado na solenidade de inauguração, pelo ilustre Ministro Adhemar Ghisi e pelo Doutor Rafael Blanco Muniz, Secretário de Controle Externo em Santa Catarina, possível foi alcançar o resultado tão almejado, então coroado de êxito.

O novo edifício, que merecidamente continuou com o nome do pranteado Desembargador João da Silva Medeiros, é mais um marco importante na vida desta Corte.

A criação do Museu é fruto de longo e intenso trabalho desenvolvido pelos servidores integrantes do Grupo de Trabalho especialmente designado para realizar estudos sobre a sua viabilidade e obter informações junto aos Juízes Eleitorais de todo o Estado acerca da existência de peças e documentos que pudessem vir a integrar seu acervo.

Em seu relatório final, apresentado em 11 de março de 1999, e já de posse dos dados necessários, o Grupo concluiu não só pela viabilidade, mas, também, pela necessidade da criação e instalação do Museu, em face da relevância histórica dos materiais e documentos existentes, que possibilitariam a preservação da memória eleitoral catarinense.

Dentre os documentos obtidos e já em exposição, ênfase especial merecem os títulos eleitorais de personalidades catarinenses, tais como dos ex-Governadores Hercílio Luz, Nereu Ramos e Vilson Kleinubing, e do Desembargador Adão Bernardes, além do diploma de Senador de Celso Ramos.

Tanto quanto possível, o Museu procura reviver, cronologicamente, os procedimentos adotados no alistamento eleitoral e na recepção e contagem de sufrágios, até os dias atuais: a evolução das urnas até o voto informatizado, dos títulos eleitorais e do processo de qualificação do eleitor, dispondo, ainda, de livros antigos de inscrição eleitoral e de publicações eleitorais desde 1949.

Leva o Centro de Memória da Justiça Eleitoral Catarinense o nome do saudoso Desembargador Adão Bernardes, assim escolhido pela unanimidade dos membros desta Corte Eleitoral.

Por certo que o Centro de Memória — como bem destacado pela justificativa da Secretaria de Documentação e Informação do Tribunal Superior Eleitoral, no projeto para a implementação da “Memória da Justiça Eleitoral Brasileira” — com “essa recuperação histórica possibilitará, entre outras coisas, levar aos cidadãos a compreensão do papel da Justiça Eleitoral e de sua importância para a consolidação das instituições democráticas no país”.

dependências do Tribunal, que contou com a participação de 150 (cento e cinquenta) servidores; *Desenvolvimento Gerencial I* e *Desenvolvimento Gerencial II*, envolvendo a quase totalidade dos servidores detentores de cargos de gerência.

Merece menção a participação de servidores em cursos realizados nas áreas de Previdência Social, Reforma Administrativa e Legislação de Pessoal, em face das Emendas Constitucionais que modificaram radicalmente os sistemas até então vigentes, e as constantes alterações efetuadas na Lei n. 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais).

Menção especial à participação em cursos sobre a Reforma do Poder Judiciário, em face das alterações propostas, inclusive no tocante à Justiça Eleitoral, quanto à composição de seus órgãos, quando chegou-se a cogitar da desnecessidade de existência de uma Justiça Eleitoral permanente.

Destaca-se, ainda, o *I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário – Fórum Mundial*, realizado em agosto de 1999, na cidade de Curitiba, que contou com a participação, como palestrantes, de diversos especialistas em Direito Eleitoral, nacionais e estrangeiros, ocasião em que foram abordadas questões bastante polêmicas e controvertidas, com destaque para a propaganda eleitoral e o financiamento das campanhas eleitorais.

### **Projetos em fase de implantação**

Dando continuidade aos projetos que visam à modernização das áreas administrativa e judiciária, encontram-se em fase de implantação os seguintes:

1. Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP (segunda versão): desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, o SADP propiciará maior facilidade no encaminhamento de documentos e processos, representando inestimável avanço no seu trato. As unidades deste Tribunal já receberam o devido treinamento, fornecido pelos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, faltando apenas definir a melhor

automação, em face de sua grande utilidade, mormente no período eleitoral, quando os dados nele contidos oferecerão importante fonte de informações a respeito das entidades mencionadas.

- ? Centrais de atendimento ao eleitor: também em implantação encontra-se a versão catarinense das centrais de atendimento ao eleitor. Lançando-se mão dos recursos humanos e técnicos atualmente disponíveis, funcionam em caráter experimental nas Zonas Eleitorais da Capital, utilizando-se o sistema de “Título *On-Line*” desenvolvido pelo TRE do Rio Grande do Sul. O projeto é mais uma forma de melhorar e agilizar o atendimento ao eleitor em municípios que possuam mais de uma Zona Eleitoral, permitindo que os eleitores pertencentes a qualquer uma delas possam ser atendidos na Central.
- ? *Intranet/Internet*: o projeto, que engloba a atualização da página do Tribunal na *Intranet* e a implantação de página na *Internet*, encontra-se já em fase de testes.

### **Diversos**

- ? Com a aquisição da nova sede, o prédio da rua São Francisco, antes ocupado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina passou, a partir de 10.12.1999, a ser utilizado pelo Tribunal de Contas da União. Pela permuta realizada, aquele Tribunal de Contas cedeu-nos suas anteriores instalações — localizadas, também, na rua Esteves Júnior, praticamente em frente à nova sede —, onde se situarão as três Zonas Eleitorais da Ilha, poupando-nos, doravante, o encargo com aluguéis e aproximando, o que é muito útil, sobretudo os serviços entre os primeiro e segundo graus, por assim dizer, da Justiça Eleitoral, com alto proveito para o eleitor, destinatário maior dos serviços aqui prestados. Encontram-se em curso as contratações necessárias à reforma e adaptação do prédio.
- ? É de se registrar a preocupação desta Presidência com os problemas advindos das obras em execução pela PLANEL, localizadas no lado sul da sede deste Tribunal. Em visita às instalações da sede deste TRE, com vistas à verificação de

foi encaminhado expediente, em 9 de março transato, ao Diretor-Presidente da PLANEL, acompanhado do relatório de vistoria respectivo, solicitando confirmação quanto à qualidade de representante da empresa do Engenheiro Dirceu Sérgio Tomasini, bem como a ratificação do compromisso de execução dos consertos necessários, solicitação que se encontra pendente de resposta. Considerada a gravidade da situação, entendeu por bem esta Presidência encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da União em Santa Catarina, cópia do relatório de vistoria mencionado, solicitando fossem tomadas providências para a realização de vistoria judicial, com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio público e a integridade física dos que nesta Corte transitam ou trabalham.

- ? Apreensiva com a escassez de recursos humanos dos Cartórios Eleitorais — mormente em se considerando a realização de eleições no ano em curso —, esta Presidência encaminhou solicitação ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, com vistas à solução do problema. Para tanto, pleiteou-se fosse possibilitado aos Juízes Eleitorais a indicação de servidores daquele Poder para a Chefia dos Cartórios, tendo em vista os servidores das Prefeituras, não obstante igualmente valorosos e operantes, não possuem, mais das vezes, o descomprometimento político necessário para as atividades eleitorais.

### **Agradecimentos**

Desejo, primeiramente, registrar meus agradecimentos à imprensa — escrita, falada e televisionada —, especialmente durante os procedimentos da depuração do cadastro de eleitores, ressaltando o ótimo relacionamento havido entre aqueles veículos de comunicação social e este Tribunal Regional Eleitoral.

Um agradecimento especial dirigido aos Juízes Eleitorais do Estado que, prontamente e com acendrado espírito público, colaboraram com a Presidência no bem administrar a Justiça

Nesse contexto, é mister destacar a atuação de seu Diretor-Geral, Dr. Samir Claudino Beber, que, com competência e empenho conduziu os trabalhos da Secretaria.

Destaco, ainda, a atuação das servidoras Clarice Rosângela de Campos da Silva e Sílvia Argiles Wolff, lotadas no Gabinete da Direção-Geral, e, em especial, da servidora Suzete Maria Corcetti Balbinot, Oficial de Gabinete da Presidência, pela atenção e amor ao trabalho demonstrados.

À Dra. Ana Lúcia Silva, que me assessorou por todo o meu biênio nesta Corte, um reconhecimento especial, diante da dedicação, alto senso de responsabilidade e, sobretudo, competência com que se houve na execução de suas relevantes atribuições.

**DES. ALCIDES DOS SANTOS AGUIAR**  
Presidente

## **2 CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Em 24 de março de 1999, assumi os cargos de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, alçado ao cargo de Presidente deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

O presente relatório, iniciar-se-á com o relato das atividades rotineiras desta Secretaria passando-se, a seguir, a destacar os fatos mais relevantes.

É competência desta Corregedoria, a orientação e análise dos casos de eleitores em coincidência. No que tange a estes procedimentos foi mantida a recomendação às Zonas Eleitorais referente a importância da regularização das inscrições em duplicidade, o que vem resultando no recebimento e envio constante de pedidos de cancelamento de inscrições para encaminhamento às Zonas Eleitorais e outras Corregedorias.

Não obstante o grande volume de documentos diariamente encaminhados a esta Secretaria - estimado em cerca de setenta por cento de toda a correspondência protocolizada neste Tribunal - procura-se primar pela agilidade e rapidez no atendimento às solicitações de digitação de FASE 450 e 256 que lhe são remetidas, com o objetivo de evitar o cancelamento automático de inscrições e o eventual prejuízo ao eleitor.

Nesse passo, todas as comunicações de duplicidade relativas a batimentos feitos no ano de 1999 foram expedidas *in continentí* às Zonas Eleitorais respectivas.

Atendendo-se determinação do Excelentíssimo Senhor Ministro Corregedor, enviou-se aos Juízes Eleitorais os processos de revisão do cadastro de eleitores, oriundos daquela ilustre Corregedoria-Geral. Tais procedimentos tinham por objetivo corrigir informações constantes do cadastro do eleitor quando constatada a ocorrência de erros de digitação. A título exemplificativo, cita-se eleitores em cujo cadastro constava apenas o prenome.

De outra parte, já inicia-se a expedição de orientações às Zonas Eleitorais com vistas a execução das atividades relativas ao fechamento do cadastro no dia 03 de maio de 2000.

A defasagem entre os óbitos registrados pelos Cartórios de Registro Civil e a digitação de FASE 019 pelas Zonas Eleitorais foi analisada por esta Corregedoria. Para tanto foi solicitada a produção de relatório, pela Secretaria de Informática, do processamento de cancelamentos por falecimento, no ano de 1999, mês a mês, relativos a cada Zona Eleitoral. O relatório produzido foi encaminhado aos Juízes que foram orientados a avaliar o cumprimento, pelos Oficiais de Registro Civil, do art. 71, § 3º do Código Eleitoral, tomando as providências cabíveis, quando necessárias.

## 2.1 DA DEPURAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

Grande esforço foi dedicado à tarefa de organização e divulgação do processo de depuração do cadastro.

Atendendo à determinação da Corregedoria-Geral Eleitoral, esta Secretaria empenhou-se, juntamente com a Presidência desta Corte, em garantir a divulgação dos trabalhos que seriam realizados.

Com esse objetivo, foi promovida uma parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, que viabilizou, por meio da Imprensa Oficial do Estado, a produção de vinte mil cadernos contendo a Listagem Geral de todos os eleitores faltosos no Estado. A essa publicação foi dada a mais ampla distribuição, conclamando-se os partidos políticos, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, dirigentes de órgãos públicos e privados, escolas, faculdades, imprensa e todos os que de alguma forma pudessem auxiliar na convocação dos eleitores. Com o mesmo intuito, foi produzido, pela Secretaria de Informática, *cd-rom* com a nominata integral de todos os faltosos, possibilitando-se a busca por município, prenome e sobrenome do eleitor, ao qual foi dada a mesma publicidade.

normas a serem aplicadas. Ainda, foi levada à apreciação da Corte, exposição de motivos e minuta de Resolução, aprovada sob o número 7.135, fixando o cronograma de atividades dos trabalhos revisionais.

Assim, em 22 de outubro de 1999 deu-se a publicação do Edital de Convocação dos eleitores inscritos nos municípios a serem revisionados, iniciando-se intensa divulgação por meio de cartazes, avisos em rádios e jornais locais, além de ampla cobertura pelos principais veículos de imprensa do Estado.

Esta Corregedoria expediu diversas orientações aos Juizes Eleitorais a fim de que estes pudessem conduzir a contento o processo revisional.

Com o mesmo escopo foi formada equipe, com vinte e dois servidores deste Tribunal que, após receberem treinamento específico, foram deslocados para as Zonas Eleitorais para ministrar as instruções necessárias à realização das revisões.

Deve ser salientado que foi adotada neste Regional, a utilização de urnas eletrônicas como forma de divulgação do equipamento e informatização do procedimento.

Também foi produzido manual detalhado para utilização por todos os envolvidos com a revisão. Compilou-se, ainda, como parte do mencionada apostila, jurisprudência desta e. Corte e do Tribunal Superior Eleitoral acerca da comprovação de domicílio eleitoral e transferência, com o propósito de subsidiar os trabalhos dos senhores Juizes Eleitorais.

No dia 11 de novembro de 1999 deu-se início à revisão do eleitorado, que se estendeu até o dia 10 de dezembro do mesmo ano, estando esta Corregedoria, durante todo o período, em permanente contato com as Zonas Eleitorais, a fim de prestar-lhes o auxílio necessário, evitando que eleitores sejam excluídos indevidamente.

Nesse passo, semanalmente foram analisadas as estatísticas de comparecimento em cada município, com a

Ao término do ano judiciário de 1999, neste Sodalício, na Sessão de Julgamento do dia 17 de dezembro, foi apresentado ao Plenário relatório circunstanciado das atividades relativas a revisões do eleitorado realizadas.

Registre-se ainda, a interposição de recursos nos processos de revisão do eleitorado de 22 municípios.

Cabe destacar aqui, mais uma vez, os dados finais do processo revisional, pelos quais foi registrado o cancelamento de 64.177 (sessenta e quatro mil, cento e setenta e sete) inscrições eleitorais.

Cumprе ressaltar que o término dos trabalhos de revisão e depuração do cadastro não impediu que muitos eleitores continuassem a procurar os Cartórios Eleitorais para regularização de suas inscrições, seja por meio de novo alistamento ou por restabelecimento. Por tal motivo, se fez necessária a expedição de diversas mensagens circulares acerca do assunto.

### 2.3 DA COMUNICAÇÃO ENTRE CORREGEDORIA E ZONAS ELEITORAIS

É preocupação perene desta Corregedoria o estreito contato com todas as Zonas Eleitorais, com acompanhamento permanente dos trabalhos por ela desenvolvidos.

A implantação da *Intranet* em toda a Justiça Eleitoral tem facilitado sobremaneira a comunicação entre esta Secretaria e os Juizes Eleitorais e Chefes de Cartório, tornando-a mais célere e eficiente.

Nesse sentido, os Chefes de Cartório foram orientados a enviar suas dúvidas via *e-mail*, favorecendo a precisão e o detalhamento no atendimento, que é prestado, sempre que possível, no mesmo dia do seu envio.

Com o mesmo intuito, em diversas ocasiões esta Corregedoria utilizou-se do "Kit Cartório", por meio do seu Mural de Notícias, para envio de informações de interesse dos Juizes

#### 2.4 DO SISTEMA GERAL DE REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E OCORRÊNCIA DA LEI N. 9.099/95

Com satisfação, registra-se a edição do Provimento n. 02/99, no qual foi instituído o Sistema Geral de Registro de Antecedentes Criminais e Ocorrência, da Lei n. 9.099/95, da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina. Com esse instrumento, qualquer Cartório Eleitoral do Estado poderá expedir certidão completa da situação do eleitor, independentemente do seu domicílio eleitoral.

Na primeira etapa, serão coletados os dados de eleitores condenados, para criação do banco de dados. Após a sua implementação, que deverá se estender até o final do mês de março de 2000, será disponibilizado aos Juízos Eleitorais o acesso às informações registradas.

#### 2.5 PROVIMENTO N. 01/2000

Editou-se ainda, o Provimento n. 01/2000, que regulamentou o procedimento de identificação de eleitores falecidos e condenados criminalmente, para os fins de cancelamento e suspensão de direitos políticos. Tal normatização originou-se de orientação da egrégia Corregedoria-Geral Eleitoral e da constatação de possibilidade de acesso, por todos os Cartórios Eleitorais do Estado, ao Cadastro Nacional de Eleitores. Com tal medida, procura-se descentralizar o serviço de pesquisa, anteriormente realizado por servidor desta Corregedoria.

#### 2.6 DA ATIVIDADE CORREICIONAL

Foram autuados pedidos de providências e comunicações de irregularidades trazidas ao conhecimento desta Corregedoria, em número de cinco, estando uma, ainda, em trâmite.

De outra parte, permanece o controle do andamento dos feitos eleitorais autuados nas Zonas Eleitorais na forma preconizada pelo Provimento n. 01/96, a fim de evitar demoras injustificadas

## 2.7 TREINAMENTOS E APRESENTAÇÕES

No mês de setembro de 1999 este Tribunal promoveu, já com vistas ao pleito municipal do ano 2000, o VIII Encontro de Juízes Eleitorais e o Treinamento de Chefes de Cartório.

Na apresentação feita aos nobres Magistrados Eleitorais, este Corregedor procurou alertá-los para a problemática das transferências irregulares em razão da proximidade das eleições municipais. Por oportuno, enfatizou-se a importância do processo de depuração do Cadastro que estava por iniciar-se.

No treinamento oferecido aos Chefes de Cartórios, esta Corregedoria se fez representar pela Assessora, Dra. Renata Beatriz de Fávère. Foram abordados os seguintes temas: Depuração do Cadastro, Coincidências, Alistamento e Transferências de Eleitores, além de serem explicitadas as alterações efetuadas na Resolução TSE n. 20.132/98.

Nessa oportunidade, coletou-se as principais dúvidas, sugestões e considerações feitas pelos Senhores Chefes de Cartório.

Essa Secretaria produziu, ainda, apostila para ambos os encontros, com o objetivo de tornar mais didática as referidas apresentações.

## 2.8 DO APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES

Cumprir destacar a participação da Assessora desta Corregedoria, Dra. Renata Beatriz de Fávère, no I Congresso Internacional de Direito Eleitoral, realizado na cidade de Curitiba, nos dias 19 a 21 de agosto de 1999. Participou ainda, do curso “Desenvolvimento Gerencial I e II” organizado pela Secretaria deste Tribunal e ministrado pela Dra. Maristela Turatti, Consultora de Recursos Humanos.

Os demais servidores participaram do treinamento “Mudanças Organizacionais”.

O Oficial de Gabinete, Sr. Josué de Souza Boppré participou do curso *Access* e *Access Avançado*, com o qual se pretende modernizar o registro dos dados dos Juizes e serventuários dos Cartórios Eleitorais. Este servidor participou, ainda, do curso de "Práticas Cartorárias", organizado pela Secretaria Judiciária desta Corte.

## 2.9 OUTRAS ATIVIDADES

A expedição da Portaria n. 94/99, que alterou a forma de cobrança das multas eleitorais, trouxe inúmeras dificuldades na sua implantação, dando ensejo a formação de um grupo de estudo, integrado por representante desta Corregedoria, a fim de expedir aos Cartórios Eleitorais orientação uniforme e apta a regulamentar a fase de adoção do novo procedimento.

A implantação do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos no âmbito desta Corregedoria, implicou a designação do servidor Josué de Souza Boppré para compor o Grupo de Trabalho destinado a preparar a adequação das atividades da Secretaria ao mencionado sistema.

Também no Grupo de Trabalho para Avaliação de Documentos, esta Secretaria se fez representar pela Assistente de Gabinete, Anete Mara Inocente.

Registrou-se, até a presente data, a recepção de cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) documentos, entre ofícios, telex, circulares e fac-símiles, bem como a expedição de outros 2.000 (dois mil).

A par dos serviços realizados neste Órgão, este titular foi Relator de 41 (quarenta e um) processos julgados perante esta Corte.

Destaque-se, ainda, que, desde o dia 23 de novembro de 1999, esta Secretaria já se encontra instalada na nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na qual foi garantida a estrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades.

Nesse sentido, faz mister enfatizar a decisiva colaboração do Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, dos eminentes Juizes desta Corte e de 1ª instância, do Procurador Regional Eleitoral, Dr. Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, além de toda a Secretaria que se manteve solícita e diligente com os trabalhos deste Órgão.

Por fim, cumpre-me registrar o incansável trabalho da Corregedoria-Geral, em especial do Senhor Ministro Corregedor, Eduardo Ribeiro, cuja gestão encerrou-se no dia 03 de março transato, na complexa tarefa de promover uma completa revisão do cadastro eleitoral, a fim de garantir, já no pleito vindouro, a transparência e a regularidade dos trabalhos desta Justiça Eleitoral.

**DES. ALBERTO LUIZ DA COSTA**

Corregedor Regional Eleitoral

### **3 DIREÇÃO-GERAL**

#### **Considerações Iniciais**

Quiçá sendo repetitivo, mas convencido de que determinadas matérias nunca são absorvidas e/ou debatidas completamente – até pela situação político-administrativa por que passa a Nação e suas Instituições –, a Justiça Eleitoral não é um ramo do Poder Judiciário com atividades circunscritas às eleições e, por via de conseqüência, aos anos eleitorais. Como vem reiteradamente destacando o Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal, Desembargador ALCIDES DOS SANTOS AGUIAR, a Justiça Eleitoral é órgão permanente, sendo suas funções e atribuições desenvolvidas em uma luta diária de responsabilidades administrativas e jurisdicionais, mesmo nos anos que antecedem aos pleitos.

É o processo eleitoral atividade de alta complexidade, para a qual todo o aparato técnico se volta nos anos como o de 1999, ou seja, destina-se tal período ao planejamento da tarefa maior, à qual são mobilizadas forças institucionais e da comunidade – sempre participativa nos feitos da Justiça Eleitoral. Complementa-se reiterando: sem prejuízo das demais atribuições. Por esta senda, apenas para exemplificar, ao custo histórico de R\$ 1,00 (um real) por voto, em Santa Catarina mobiliza-se, apenas no dia da eleição, um exército de aproximadamente 100.000 (cem mil) pessoas. Com o incremento da Urna Eletrônica em nossos 293 (duzentos e noventa e três) municípios, este número será sensivelmente reduzido – aproximadamente para 75.000 (setenta e cinco mil) pessoas –, o que, contudo, não permite o trato com desprezo. Ainda, grandes dificuldades advirão da implantação da nova sistemática em mais 280 (duzentos e oitenta) municípios, marcado tal gravame pela diversificada topografia do nosso Estado e, por outro lado, amenizado pela experiência acumulada em 1996 e 1998. E tudo isso é organizado com antecedência para, no ano eleitoral, tratar-se apenas da execução.

Não são essas palavras iniciais que têm o objetivo de

ordem de importância, nem tem o condão de excluir outros trabalhos, incluídos no texto sem terem sido relacionadas nesta introdução. Cuida-se, friso, de uma seleção pessoal, da Direção-Geral da Casa.

#### **Adequação e mudança para a nova sede**

Hoje condignamente instalado em nova sede, situada na rua Esteves Júnior, n. 68, representa este próprio do TRESC muito mais do que o anseio da Justiça Eleitoral e de seus dignos jurisdicionados: representa a necessidade efetiva de maior espaço físico para atender não apenas aos servidores e aos novos serviços, mas para atender à nova realidade. Desde 1994 – com a reestruturação da Justiça Eleitoral pela Lei n. 8.868 – na busca de soluções, todas elas paliativas até a idéia de aquisição em 1996 (aquisição em 1997 e posse em 1998), foi em 1999 que, em sua integralidade, mudou-se a Corte Eleitoral catarinense para novo endereço, sendo 10 de dezembro a data inaugural.

Simples, como tudo na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, mas com o objetivo da funcionalidade – que parece ter sido alcançado –, o novo edifício é, administrativamente, muito mais que a conquista antes registrada. Trata-se do somatório de intenso labor e imensurável responsabilidade, na epopéia quase quixotesca dos servidores da Secretaria empenhados – muitos de corpo e alma – na “construção civil”. Licitações, contratos, orçamento, execução orçamentária..., noites mal dormidas..., e cá estamos já instalados – mesmo não tendo como referencial o absoluto, mas o adequado –, instalados satisfatoriamente.

Será o ano 2000 o ano dos 100%: eleição eletrônica em todo o Estado e prédio integralmente adequado.

Assim, para este tópico, o meu agradecimento a todos os colaboradores.

Secretaria – as principais atividades para a satisfatória realização de uma eleição.

Centenas de atividades discutidas pela quase totalidade de servidores da Secretaria, e o resultado foi a elaboração de documento que serve de modelo para outras Secretarias, inclusive do TSE.

Em outra missão hercúlea, onde não há um autor ou responsável, o agradecimento da Secretaria àqueles que se privaram de suas famílias e/ou de parcas horas de lazer para o desenvolvimento do projeto, hoje.

### **Realização da Depuração do Cadastro Eleitoral e da Revisão do Eleitorado**

O sonho da construção de um Cadastro Eleitoral que refletisse a realidade brasileira deu um importante passo em 1999.

Sem discutir a forma de como o processo de depuração e revisão eleitorais desenvolveu-se, cabe registrar a magnitude da empreitada e suas conseqüências nas eleições deste ano.

Foram mobilizados eleitores de todo o Estado, sendo que, em 49 (quarenta e nove) dos 293 (duzentos e noventa e três) municípios mobilizou-se todo o eleitorado. Desses processos resultou a exclusão de 142.533 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e trinta e três) eleitores do Colégio Eleitoral barriga-verde. Traz-se tais números não para festejá-los, mas para consignar a preocupação com seus reflexos nas eleições municipais de outubro próximo.

Processos dessa natureza devem partir da base da estrutura judiciária eleitoral, do meio daqueles que apresentam maiores condições e detêm conhecimento para avaliar a situação, caso a caso. Nada obstante, conduzido o feito pelo colendo TSE, cumpriu esta Secretaria todas as determinações da Corte Superior e deste egrégio Regional e, em trabalho capitaneado pelo eminente Desembargador ALBERTO LUIZ DA COSTA, digníssimo Corregedor

tanto – e nisto reside outra inovação – das urnas eletrônicas, é tal fato motivo de orgulho para a Secretaria.

Assim, o agradecimento a todos que, de qualquer forma, contribuíram para o sucesso da investida. Um agradecimento especial ao Governo do Estado de Santa Catarina – por seus órgãos administrativos – pelo apoio na confecção dos Cadernos Revisionais e à Secretaria do TRESE, pela gentil cedência do *software* das urnas eletrônicas utilizadas no processo de revisão eleitoral.

**Promoção de estudos com o desenvolvimento de projetos com vistas à atualização do Regimento Interno da Secretaria; à implantação da nova versão do Sistema de Controle de Documentos e Processos – SADP; à instalação das páginas TRESC Intranet e Internet; à instalação do Museu da Justiça Eleitoral em Santa Catarina; à implantação de uma versão catarinense de centrais de atendimento ao eleitor.**

A salutar experiência de discutir, em Grupos de Trabalho, os temas tidos como de maior importância para a Administração facilita a tarefa de selecionar/classificar algumas atividades de destaque. Assim, (1) por necessidade administrativa – e não por capricho funcional –, fora constituído grupo de trabalho responsável pela atualização do RISTRESC implicando, também, a reavaliação de sua estrutura orgânica, cujos resultados deverão ser encaminhados à Presidência ainda no primeiro trimestre de 2000; (2) a implantação da segunda versão do SADP neste Tribunal, inclusive para os feitos administrativos, representará, de igual forma, significativo avanço no trato dos documentos e controle dos processos, além de facilitar todos os encaminhamentos. Com todas as unidades treinadas, estuda-se, no momento, a melhor forma de implantação, o que, do mesmo modo, deverá se dar no trimestre em curso; (3) a atualização da página TRESC na *Intranet* e a criação/implantação de página na *Internet* deverá se dar no prazo antes referido, destacando-se que as mesmas já estão em fase de testes e apresentam substancial avanço àquela hoje

sensível melhoria ao já reconhecido bom atendimento da Justiça Eleitoral. Para tanto – e para dar um caráter mais solene – funciona experimentalmente nas ZEs/Capital/Ilha, tendo sido tomadas todas as providências necessárias à adequação da nova sede das Zonas Eleitorais, à aquisição do mobiliário necessário, bem como à regulamentação da matéria.

Por fim, Senhor Presidente, na oportunidade deste encaminhamento, o formal agradecimento da Secretaria ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na pessoa de Vossa Excelência, extensivo à digna Procuradoria Regional Eleitoral, pelos irrestritos apoio e compreensão.

**SAMIR CLAUDINO BEBER**  
Diretor-Geral



### 3.1 ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL

Incumbida de consignar pareceres em processos que versam sobre matéria administrativa, oferecendo à Administração subsídios legais à solução desses e sugerindo as soluções jurídicas cabíveis; ainda, assessorando em assuntos outros que foram submetidos à análise deste órgão; ao tempo em que se cumpriram as atribuições definidas regimentalmente (RITRESC, art. 111, III), as atividades da Assessoria da Direção-Geral mostraram-se expressivas no período em comento.

Buscou-se trazer a debate os entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito das questões colocadas sob o crivo deste órgão técnico, cuja opinião, ainda que não obrigatória e vinculante, serviu de supedâneo para a indispensável decisão emitida pelo Senhor Diretor-Geral, competente que é para dar termo a determinados feitos que tramitam nesta Casa. E, de uma forma mais abrangente, a manifestação desta Assessoria, acostada aos autos, pôde servir, igualmente, para colaborar para o convencimento pessoal do Desembargador Presidente desta Corte Eleitoral, na emissão de decisões em processos administrativos de sua competência.

Cumprir evidenciar, outrossim, que esta Assessoria pautou suas atividades, no período entre março de 1999 e março de 2000, com grande ênfase na interação e na busca da uniformização de procedimentos nas áreas de pessoal e de recursos humanos, em face das inúmeras alterações promovidas pelo Governo Federal, decorrentes da implantação da reforma administrativa no ano transato, e, também, de muitos outros aspectos que continuam em discussão perante o Congresso Nacional.

O fato de no ano transato não terem sido realizadas eleições não trouxe profundos reflexos às atividades do setor, haja vista as análises procedidas estarem adstritas especialmente às áreas de pessoal, recursos humanos, licitações e contratos.

Registra-se, entretanto, quanto ao comentário supra, que foram delegadas às servidoras atividades relacionadas a esferas

eventos, circunstância que em muito contribuiu ao percuciente exame das questões conferidas à análise da Assessoria no decorrer do período em evidência.

Destacam-se a seguir, em breves linhas, as matérias que mereceram a análise da Assessoria da Direção-Geral:

### **3.1.1 Área administrativa: licitações e contratos**

Na esfera administrativa e financeira, esta Assessoria, em obediência ao preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, apreciou o conteúdo de todas as minutas de editais (Tomadas de Preços - tipo menor preço e tipo técnica e preço – e Convites), contratos, termos aditivos e convênios que tiveram andamento nesta Corte. Sabiamente, este dispositivo legal determina a obrigatoriedade da prévia análise das minutas por órgão jurídico, a fim de se evitar a tardia apuração de defeitos.

Este órgão técnico incumbiu-se, também, de analisar as diversas situações de dispensas e inexigibilidades de licitação, as quais vêm disciplinadas, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações, constituindo-se em hipóteses nas quais não se utiliza um processo licitatório formal, mas se adotam procedimentos diversos, permeados de formalidades outras, sempre em observância ao texto legal e aos princípios que norteiam a atuação administrativa, em especial, aqueles constantes do ordenamento jurídico específico. Objetivou-se sempre auxiliar a Administração na tarefa de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Dentre as hipóteses de dispensa de licitação que tramitaram por esta unidade, cumpre destacar: (a) dispensas por emergência, embasadas no inciso IV do art. 24, supramencionado – quando houve comprovação do setor responsável de que poderiam ocorrer prejuízos às atividades do órgão, em caso de ausência do serviço; (b) aquelas enquadradas no inciso V do art. 24, nos casos em que foi realizada licitação anterior, sendo que a

legalmente estabelecido; (d) as locações de imóvel de que trata o inciso X do art. 24, quando a localização condicionou a escolha do bem, tendo sido sempre exigido que o preço fosse compatível com os valores de mercado.

Por sua vez, foram essas as hipóteses mais freqüentemente analisadas de situações em que não se exigiram licitações: (a) inscrições de servidores em treinamentos externos e contratações de profissionais para ministrarem cursos nas dependências do TRESC, baseadas no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93; (b) aquisições e renovações de assinaturas dos diversos periódicos utilizados pelos profissionais deste órgão para se atualizarem ou se aperfeiçoarem, bem como para que os setores competentes pudessem acompanhar a edição da legislação e as publicações efetuadas pelo Tribunal – art. 25, *caput*, e inciso I.

Relativamente aos contratos já firmados entre este órgão e empresas particulares, mereceram estudos mais minuciosos por parte deste órgão técnico as situações que ensejaram rescisões, prorrogações de prazo de vigência, reajustes, redução e acréscimos de quantitativos de objetos, liberações de garantias, bem como variados incidentes contratuais, como o descumprimento de cláusulas por parte dos contratados, substituições dos materiais cotados e os atrasos na entrega dos bens e na execução dos serviços.

Em diversas oportunidades, foi esta Assessoria consultada por outros setores, destacando-se aquelas consultas referentes a: (a) possibilidade de contratação da Tele Centro Sul, mediante dispensa de licitação por emergência, tendo em vista o compromisso público firmado pela empresa, no sentido de assegurar a menor tarifa legal aos usuários do serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional, utilizando-se do código 14; (b) celebração de convênio com o Banco do Brasil para o pagamento de salários de servidores do TRESC, via meio magnético; (c) contratação de estagiários; (d) doação de cadernos de votação e fitas de vídeo relativas às eleições; (e) instalação de Estação Rádio Base no Edifício onde funcionam os Cartórios

Além dos processos relatados, foram submetidos à análise jurídica processos referentes a ressarcimentos de despesas – dentre elas as de auxílio-funeral -, descarte de materiais inativos e inservíveis, cisões e incorporações de empresas.

Por fim, cumpre salientar que algumas situações vivenciadas por este órgão e pelo País ensejaram estudos aprofundados acerca da matéria de incumbência desta Assessoria, como a alta do dólar no início deste ano, que gerou inúmeros pedidos de revisões contratuais; a privatização das empresas de telefonia, com a escassez de informações sobre o assunto, que demandou inúmeras consultas – muitas sem resposta - à Agência Nacional de Telecomunicações e às próprias concessionárias; o término da reforma efetuada na atual sede do Tribunal, acarretando a celebração de inúmeros termos aditivos; e a mudança de todos os setores para a nova sede desta Casa, exigindo a aquisição de novos móveis, bens e equipamentos para atender às exigências das diversas unidades integrantes da estrutura organizacional do TRESA.

### **3.1.2 Área administrativa: pessoal e recursos humanos**

Em observância à determinação regimental, esta Assessoria emitiu pareceres em processos oriundos da Secretaria de Recursos Humanos, versando, em sua maior parte, sobre requerimentos formulados e protocolizados por servidores ativos, inativos ou pensionistas, visando à concessão de direitos, vantagens e/ou benefícios, que pretendiam ver deferidos pela Administração deste Tribunal. A essa gama de processos, acrescem-se aqueles que trouxeram inseridas matérias outras, atinentes à área de recursos humanos.

Numa rápida retrospectiva, verifica-se que foram oferecidas a exame deste órgão técnico questões relativas à vida funcional de servidores do Quadro Permanente da Secretaria desta Corte – lotados na sede do Tribunal e em exercício nos Cartórios Eleitorais do interior -, bem como atinentes a servidores requisitados em exercício nas Zonas Eleitorais

na qualidade de dependente e para fins do art. 241 da Lei n. 8.112/90; (b) o instituto da opção, em cujos feitos se discutiram normas integrantes das Leis n. 8.112/90, 8.911/94, 9.030/95, 9.421/97 e Decisão TCU n. 481/97, inclusive, alteração de fundamento legal de aposentadorias, pagamento de diferenças salariais retroativas, decorrentes do reconhecimento à incorporação de quintos/décimos, atualmente VPNI; (c) averbações de tempo de serviço, com ênfase para a possibilidade do cômputo, para fins de anuênio e licença-prêmio, do tempo de serviço prestado sob o regime celetista pelos servidores públicos federais que passaram ao RJU; do tempo de serviço prestado nas esferas estadual e municipal, para fins de licença-prêmio por assiduidade; (d) licença para o trato de assuntos particulares; (e) jornada de trabalho e concessão de horário especial; (f) reedição de medidas provisórias e convalidação, por essa, de atos praticados sob a égide da anterior, no que tange à contagem do tempo de serviço para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade e ao pagamento das diferenças remuneratórias aos servidores que substituíram os titulares de funções de direção e chefia, tudo no período de outubro de 1996 a novembro de 1997; (g) implicações decorrentes da publicação da Lei n. 9.783, em maio do corrente ano, especialmente em relação à definição do conceito de remuneração para fins de dedução do PSSS e aos percentuais de aumento da alíquota devida; (h) processos originários de requerimentos feitos por servidores ativos e inativos deste Tribunal, nos quais se discutiram aspectos atinentes à prática, por Unidades desta Secretaria, de atos administrativos, com ênfase em seus elementos/requisitos, na forma definida doutrinariamente; (i) reajuste de 43,55% sobre o vencimento básico do mês de novembro de 1999, concedido liminarmente aos filiados da FENAJUFE; (j) solicitação para a arriagem de estagiários na Secretaria deste Tribunal; (l) aposentadoria voluntária, por tempo de serviço, com proventos proporcionais, na forma prescrita no § 2º do art. 3º da Emenda Constitucional n. 20/98; (m) alteração de fundamento legal de aposentadoria, com implicações da Decisão TCU n. 481/97; (n) requerimento para depósito em conta corrente, ou levantamento mediante autorização judicial, do valor decorrente da conversão

Além desses, vieram à apreciação desta Assessoria, no período em comento, processos administrativos versando acerca de adicional de insalubridade; comprovação de união estável; promoção de servidor; ressarcimento de despesas médicas; remoção de servidor; redistribuição de cargo público; vacância de cargos públicos – aproveitamento de concursados excedentes – e a alteração da Resolução regulamentadora do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal.

Relativamente aos servidores integrantes do Quadro Permanente desta Secretaria lotados nos Cartórios Eleitorais do interior, destaca-se o feito no qual se analisou tema relacionado com a redução da jornada de trabalho.

No que concerne aos servidores requisitados, examinaram-se requerimentos pleiteando a concessão de auxílio-alimentação, ajuda de custo e auxílio pré-escolar.

Afora as questões acima mencionadas, coube a este órgão técnico analisar, ainda, processos nos quais figuraram como interessados pessoas alheias ao quadro de pessoal desta Secretaria. Para exemplificar, cita-se o a proposta de formalização de convênio com este Tribunal, tendo por objeto programa de estágio para estudantes.

A par disso, consigna-se a participação em estudos promovidos para sanar dúvidas oriundas da implantação do novo Programa de Assistência à Saúde do Tribunal e para regulamentar, no âmbito desta Secretaria, o serviço extraordinário - impulsionado por decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União, com cunho cogente à Justiça Eleitoral; a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes; e, a participação de servidores do TRESA em treinamentos de capacitação e desenvolvimento.

Merece realce, ao final, a parceria com outras unidades da Secretaria na elaboração da minuta de regulamentação da consulta plebiscitária realizada no Município de São Lourenço do Oeste e, igualmente, dos procedimentos de segurança

consultas, inclusive para outras unidades da Secretaria, obtendo-se segura e célere recuperação da informação procurada.

Por derradeiro, o presente relatório não poderia chegar a seu termo sem o registro do agradecimento destas Assessoras às servidoras que atuaram neste setor, no período antes declinado, pelo incondicional apoio dado.

**KÁTIA CRISTINA KOLB SCHIEFLER SOMBRIO**  
Assessora

**MÁRCIA MENDONÇA RUHLAND**  
Assessora



### 3.2 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

À Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de seus objetivos fundamentais (CF, art. 74), coube: a comprovação da legalidade e avaliação de resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, a eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Em cumprimento à legislação eleitoral em vigor, examinaram-se, ainda, as prestações de contas referentes às campanhas eleitorais, bem como as anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos, emitindo-se pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas por candidatos, comitês financeiros e partidos políticos à Justiça Eleitoral.

O desenvolvimento das atribuições da Coordenadoria de Controle Interno no período podem ser relatadas pela execução das atividades a seguir elencadas.

#### **3.2.1 Atividades do Serviço de Auditoria**

Elaboração de papéis de trabalho, aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos e emissão de pareceres em processos licitatórios destinados a aquisições e contratações com terceiros:

- ? Na modalidade Convite, 16.
- ? Na modalidade Tomada de Preços, 40.
- ? Processos de pagamento, 4.

Análise de contratos e outros procedimentos relativos a aquisições e administração do patrimônio:

- ? Ressarcimento de despesas, 4.
- ? Consultas, 7.
- ? Exame de contratos e incidentes de execução contratual, 63.
- ? Elaboração de pareceres, 4.

- ? Dispensas de licitação, 7.
- ? Inexigibilidades de licitação, 56.

Orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos deles decorrentes, avaliando prorrogações contratuais e reavaliações estipuladas legalmente.

Interpretação da legislação e emissão de pareceres em processos administrativos pertinentes à área de recursos humanos do Tribunal:

- ? Averbação de tempo de serviço, 11.
- ? Comprovação de dependência econômica, 14.
- ? Comprovação de união estável, 4.
- ? Análise de proposta e alteração de resolução, 7.
- ? Consultas, 7.
- ? Inclusão de dependentes para fins de Imposto de Renda, 2.
- ? Relacionados à aposentadoria, 9.
- ? Relacionados à jornada de trabalho, 6.
- ? Relacionados a provimento, vacância e redistribuição de cargo, remoção e licença, 7.
- ? Relacionados a contratos e convênios, 7.
- ? Relacionados a pagamento de auxílio-alimentação, auxílio-creche, substituição, licença-prêmio, adicional de insalubridade e ressarcimento de despesas médicas, 9.
- ? Relacionados à vantagem pessoal nominalmente identificada, 4.

Informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes às áreas administrativa e financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente.

Análise e parecer nos processos de prestação de contas dos bilhetes-alimentação, utilizados pelas Zonas Eleitorais desta Circunscrição quando da realização do último pleito eleitoral, 95.

Elaboração da Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 1998

Verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro:

- ? Desligamento, 1.
- ? Concessão de pensão civil, 1.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União das decisões deste Tribunal quanto à prestação de contas dos partidos políticos no que se refere à aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário, nos termos do art. 22 da Resolução n. 19.768, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Coordenação e controle de atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.

Realização de auditoria especial em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União – Decisão n. 196/99 - Plenária – cujo objeto consistiu na prestação de serviço extraordinário pelos servidores da Secretaria deste Tribunal.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de relatórios semestrais contendo as quantidades e valores referentes aos atos sujeitos a registro (admissões, concessões de aposentadoria, pensões e desligamentos), assim como as alterações funcionais verificadas.

### **3.2.2 Atividades da Seção de Análise Contábil**

Acompanhamento e fiscalização contábil da Unidade Gestora 070020 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente.

Análise dos Suprimentos de Fundos concedidos, visando avaliar a regularidade de sua aplicação.

Análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em processos de pagamento, visando ao exercício do controle da execução orçamentária. 1.148.

Validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Realização da conformidade contábil mensal relativa aos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.

Inventário físico de estoques em procedimento de auditoria, buscando avaliar a consistência dos relatórios de movimentação de bens armazenados.

- ? Análise de planilha de custos (Processos de tomada de preço), 02.
- ? Consulta à Receita Federal, 02.
- ? Atualização monetária de contrato.

### **3.2.3 Atividades de exame de prestações de contas dos partidos políticos**

Elaboração de instruções para exame das prestações de contas anuais pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral:

- ? Referentes ao exercício de 1995, 1.
- ? Referentes ao exercício de 1996, 1.
- ? Referentes ao exercício de 1997, 17.
- ? Referentes ao exercício de 1998, 42.

Orientação concomitante às análises mencionadas a partidos políticos e Cartórios Eleitorais, buscando dirimir dúvidas e viabilizar a regularização das contas.

Acompanhamento e circularização às Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais, Superior e Regional.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a

Encaminhamento ao Tribunal Superior Eleitoral dos dados relativos aos doadores das campanhas eleitorais, em cumprimento ao estabelecido no art. 23, § 2º, da Resolução TSE n. 20.102/98.

Prestação de informações à Presidência e Direção-Geral deste Tribunal, por solicitação das Zonas Eleitorais, acerca das prestações de contas anuais e de campanha dos partidos políticos, 6.

**DENISE GOULART SCHLICKMANN SOBIERAJSKI**  
Coordenadora de Controle Interno



#### **4 SECRETARIA JUDICIÁRIA**

À luz do organograma regimental, à Secretaria Judiciária estão afetas a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais, responsável pelas Seções de Controle de Processos, Controle e Registro de Partidos Políticos e de Atividades Cartorárias; a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, que engloba as atividades das Seções de Jurisprudência, Biblioteca, Taquigrafia e Serviço de Gestão Documental (Arquivo) e a Seção de Suporte aos Juízes, responsável, a seu turno, pelo assessoramento em matéria jurídico-eleitoral e constitucional-administrativa aos membros integrantes do colegiado deste Tribunal.

Paralelamente às atividades normais do ano de 1999, esta Secretaria dedicou-se especialmente à elaboração de minutas de Resoluções - todas submetidas ao Pleno deste pretório e aprovadas por unanimidade de votos -, relativas ao funcionamento da Seção de Biblioteca, Comissão de Elaboração da Resenha Eleitoral e Procedimentos Para a Cobrança das Multas Eleitorais.

Merece destaque a elaboração de um *Manual de Prática Cartorária* para ser distribuído a todas as demais Secretarias durante a realização, em agosto, de seminário a respeito da matéria, organizado especialmente a pedido da Coordenadoria de Pessoal. A avaliação do seminário demonstrou que houve excelente aproveitamento dos participantes. Em face da receptividade da idéia, esta Secretaria aproveitará o mesmo manual, observadas as devidas adequações, no treinamento dos Cartórios Eleitorais para as eleições do ano 2000.

No II Encontro das Secretarias Judiciárias da Justiça Eleitoral, nos dias 28 a 1º de março de 2000, em Aracaju/SE, Santa Catarina esteve representada pela Secretária Judiciária, que proferiu palestra sobre o Planejamento da Judiciária para as Eleições 2000; pela Coordenadora da Coordenadoria de Informações e Registros Processuais; e pelo Coordenador da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação.

Isto posto, e com o intuito de tornar este relatório mais

#### 4.1 COORDENADORIA DE REGISTRO E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

A Coordenadoria de Registro e Informações Processuais – CRIP cumpriu suas atividades regimentais durante o ano de 1999, atuando no recebimento, distribuição, autuação, controle, andamento, realização de diligências e publicações referentes aos processos judiciais, além de receber, anotar e comunicar aos Juizes Eleitorais as indicações das comissões e diretórios municipais dos partidos políticos.

Cinco servidores desta Coordenadoria estiveram envolvidos no planejamento das Eleições Municipais do ano 2000, no que se refere ao registro de candidaturas e relacionamento com os partidos políticos.

Como consequência do planejamento, e já como atividade incorporada àquelas da Coordenadoria, foram encaminhados ofícios às Zonas Eleitorais para que elaborassem e mantivessem atualizado cadastro de endereços dos partidos políticos nos municípios a elas pertencentes, com o objetivo de repassá-los a este Tribunal para disponibilização no INCORP. Idêntico pedido foi encaminhado aos dirigentes dos partidos políticos em âmbito regional, com a mesma finalidade.

Um dos servidores envolvidos no planejamento do registro de candidaturas para as eleições do ano 2000 participou de reunião no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para discussão do sistema de registro de candidaturas e adaptações necessárias às eleições municipais do ano 2000, com muitas sugestões para o aperfeiçoamento do sistema. Foi ele nomeado também para integrar o Grupo de Estudos do Sistema de Candidaturas e Propaganda Eleitoral e participou da primeira reunião em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14 de dezembro, quando foram abordados aspectos relevantes do Sistema de Registro de Candidaturas para as próximas eleições e da minuta de resolução referente ao registro de candidaturas.

Nos dias 19 a 21 de agosto próximo passado, dois

endereços dos advogados inscritos na OAB, fornecidos pela Seccional de Santa Catarina.

Foram elaborados, mensalmente, os mapas estatísticos dos processos em andamento e julgados, assim como o mapa anual de processos julgados; elaborou-se e encaminhou-se, ainda, o mapa estatístico semestral ao Tribunal Superior Eleitoral.

A Coordenadoria acompanhou todos os prazos processuais no Diário da Justiça do Estado e forneceu informações sobre os processos em andamento neste Tribunal Regional e no Tribunal Superior Eleitoral, através do SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos, sempre que instada a fazê-lo.

Desde o primeiro semestre deste ano, servidores da Coordenadoria dedicaram-se à elaboração do Manual de Práticas Cartorárias, para treinamento dos interessados lotados nas Secretarias Administrativa e de Recursos Humanos, de cujo treinamento participaram no final do mês agosto.

No mês de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral disponibilizou a nova versão do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, instalado e em pleno uso na Coordenadoria.

A cada Sessão do Tribunal um servidor do setor elaborou e distribuiu a pauta para julgamento dos processos a serem apresentados em mesa, a ser acrescentada àquela publicada no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina.

Os órgãos de direção dos partidos políticos constituídos nesta circunscrição tiveram suas alterações anotadas e comunicadas aos Juízes Eleitorais, o que, a exemplo dos anos anteriores, gerou um grande volume de ofícios.

Cumprir destacar, ainda, as atividades cartorárias restantes relativas aos processos de competência dos Juízes Auxiliares, que passaram a ser desempenhadas por esta Coordenadoria: controle dos processos referentes à propaganda eleitoral nas eleições de 1998 que retornaram do TSE; encaminhamento das intimações

cumprimento a despachos proferidos pelo Presidente deste Tribunal.

Finalmente, seguem abaixo as atividades estatisticamente demonstradas (no período compreendido entre 6.1.1999 e 17.12.1999):

- ? Sessões atendidas: 76 (setenta e seis).
- ? Processos autuados: 222 (duzentos e vinte e dois).
- ? Ofícios expedidos: 2.568 (dois mil quinhentos e sessenta e oito) além de 23 (vinte e três) ofícios-circulares.
- ? Processos julgados: 191 (cento e noventa e um).
- ? Resoluções normativas: 17 (dezessete).

Ressalte-se por último, - não obstante os contatos travados com o setor de desenvolvimento de sistemas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para o compartilhamento de um Sistema de Partidos Políticos, ainda em desenvolvimento -, a preocupação desta Coordenadoria com o sistema de registro dos órgãos partidários atualmente em uso. Sendo ele totalmente defasado, o processo de manutenção dos dados torna-se complexo e lento, obrigando a que se anotem todas as modificações de dados partidários em um sistema (SID), e nova anotação dos nomes dos dirigentes partidários e endereços dos partidos políticos em outro, INCORP. Tal procedimento gera dupla comunicação aos Juízes Eleitorais, com conseqüente sobrecarga de trabalho e gasto do dinheiro público.

Desta feita, mister dotar-se a Seção de Registro de Partidos de um sistema mais moderno e eficaz, que contemple maior número de informações de cada órgão partidário e que possibilite comunicações aos Juízes Eleitorais de uma forma mais rápida, eficiente e barata.

#### 4.2 COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO - CJD

Incombe à Coordenadoria de Jurisprudência e

ELEITORAL - *Nova Série*, e volumes 3 e 4 do EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRESP, estabelecendo os respectivos cronogramas, contatando colaboradores e organizando a respectiva distribuição aos Juízes e Promotores Eleitorais do Estado, bem como a diversos órgãos e autoridades de todo País.

Várias reuniões foram realizadas com o objetivo de definir novas regras para a editoração dos referidos periódicos, as quais foram aprovadas pelo Tribunal na Resolução n. 7.130/99. Outrossim, foi adotado, a partir do volume 6, número 2, um novo *lay-out* para a RESENHA ELEITORAL - *Nova Série*, alterando-se formatos, fontes, folha de rosto, etc. Nesse passo, para facilitar o trabalho da Comissão Editorial, esta Coordenadoria compilou as novas regras de editoração em um manual de procedimentos técnicos, em fase final de elaboração.

A fim de normatizar o atendimento aos usuários da Biblioteca e rever os procedimentos previstos na Ordem de Serviço SJ n. 11/95, após exaustiva discussão da matéria, foi elaborada minuta de Ordem de Serviço estabelecendo novas regras compatíveis com a necessidade do setor, atualmente submetida à consideração da Direção-Geral.

Em face da obsolescência do sistema LIBCONTROL - responsável pelo controle de todo o acervo da Biblioteca -, e não havendo disponibilidade da Secretaria de Informática para desenvolver novo sistema, solicitou-se a contratação de empresa do ramo para a confecção de uma base para o controle e empréstimo das obras, visando-se à maior agilidade e à segurança no gerenciamento do material.

A CJD apresentou, ainda, à Secretaria de Informática, projeto de digitalização das decisões do TRESP, com os seguintes objetivos: a) preservação histórica dos documentos, atualmente disponíveis apenas em suporte papel (alguns deles já bastante danificados); b) agilidade na pesquisa, recuperação e impressão das decisões; c) tratando-se de imagem digitalizada, os documentos seriam impressos com as assinaturas, garantindo-se a autenticidade; d) envio das decisões via *Internet/Intranet*; e)

do TRES (Intranet), a fim de que também pudesse ser consultada por Juizes, Promotores e Cartórios.

Por solicitação desta Coordenadoria, o Tribunal contratou, junto à Empresa de Correios e Telégrafos, o "Serviço de Porte Pago", que possibilita a remessa dos periódicos em envelopes personalizados, sem a colagem de selos.

Ressalte-se que, neste exercício, foi realizada a mudança física da Coordenadoria, sendo que os trabalhos relativos a sua reinstalação puderam ser agilizados graças ao "mutirão" realizado no setor, considerando-se o volume do acervo e do material da Biblioteca, que resultaram no acondicionamento e posterior organização de aproximadamente 300 caixas de livros, periódicos e jornais oficiais com uma média de 40 quilos cada e, ainda, a montagem das respectivas estantes.

Convém registrar, finalmente, as dificuldades enfrentadas por esta Coordenadoria na concretização dos projetos que dependem da intervenção da Secretaria de Informática, os quais, invariavelmente, não mereceram a devida atenção.

#### **4.2.1 Seção de Jurisprudência**

Compete à Seção de Jurisprudência, a cargo do servidor Edson Ricardo Régis, a disseminação de informações sobre matéria eleitoral e administrativa (legislação, doutrina e jurisprudência) aos membros do Tribunal, Juizes, Promotores Eleitorais, servidores do TRES, Escrivães e Chefes de Cartório de todo o Estado, bem como a alimentação da base de jurisprudência SJUR. Tal sistema visa à recuperação dos julgados deste Tribunal, sendo que neste ano foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 136 acórdãos e 32 resoluções, totalizando 8.232 registros atualmente disponíveis na rede do Tribunal e na página da *intranet* do TSE, permitindo-se, assim, a divulgação *on-line* da jurisprudência catarinense em todo o território nacional. Paralelamente, manteve-se a atualização do banco de dados JTRES, outra ferramenta de consulta à jurisprudência disponível na rede.

distribuídas aos membros do Tribunal e aos servidores da área técnica.

Realizou-se, ainda, o acompanhamento diário das decisões do Tribunal Superior Eleitoral publicadas na Imprensa Oficial, bem como de todos os atos normativos e administrativos do interesse desta Corte.

Deu-se prosseguimento à elaboração do JTRESC *Impresso*, ementário de jurisprudência deste Tribunal com periodicidade mensal, encaminhado a todos os Juizes e Promotores Eleitorais do Estado, bem como a todos os Pretórios Eleitorais. Este periódico tem-se revelado uma importante fonte de pesquisa, trazendo subsídios para a solução de questões oriundas nos juizados de 1ª instância.

#### **4.2.2 Seção de Biblioteca**

Sob os cuidados da servidora Rita de Cássia Garcia Lima da Cruz, a Seção de Biblioteca realizou as seguintes atividades:

- ? Livros incorporados ao acervo: 201 obras, correspondentes a 148 aquisições e 53 doações, por área de conhecimento.
- ? Periódicos disponíveis: 27.
- ? Renovação de assinaturas de jornais, quais sejam: 4 jornais oficiais (DOU – seções 1, 2 e 3; DJU – seção 1; DOSC e DJSC); 6 jornais de circulação diária (Diário Catarinense; O Estado; O Estado de São Paulo; A Folha de São Paulo; A Notícia e Jornal de Santa Catarina).
- ? *Cd-roms* disponíveis: LIS – Legislação Informatizada Saraiva, 3; JURIS SINTESE, 3; ACERVO ADCOAS – Tributário, Previdenciário/Trabalhista e Jurisprudência (empréstimo permanente para COCIN); ACERVO LEGISLATIVO ADCOAS – legislação estadual (processo de aquisição em andamento).
- ? Assinaturas de periódicos dirigidas a outros setores:
  - a) COCIN: Guia IOB de Contabilidade; Juris Síntese;

Juris Síntese; c) CDRH: Revista Talento e Revista Treinamento e Desenvolvimento.

- ? Empréstimos Permanentes, por setor, num total de 178 livros.

Deu-se continuidade à indexação da base PERI, destinada à pesquisa textual, por palavras-chave, de periódicos e artigos doutrinários disponíveis na Biblioteca.

Efetivou-se a assinatura de revistas de informática, necessárias ao aprimoramento dos conhecimentos dos usuários comuns e dos analistas de sistemas. Tendo em vista o interesse exclusivo do setor técnico quanto a alguns periódicos, foi mantido o sistema de *circulação dirigida*, através do qual o exemplar é encaminhado diretamente à área técnica e lá permanece por duas semanas.

Prosseguiu-se com a elaboração de índice numérico dos acórdãos e resoluções publicados na *Revista de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral* e nos *Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral*, possibilitando a pronta recuperação dos julgados e da doutrina.

Encontra-se em andamento processo para novas aquisições de livros técnicos, com base nas solicitações dos servidores e em pesquisa realizada junto às livrarias especializadas e em catálogos atualizados de editoras.

Objetivando-se a disseminação do hábito da leitura, deu-se continuidade ao Clube do Livro, reativado em dezembro de 1997, cujo patrimônio é formado por doações, contando, atualmente, com cerca de 300 obras literárias e fitas de *videocassete*, as quais encontram-se disponíveis a todos os servidores da Corte. O Clube do Livro dispõe, também, de um sistema informatizado para a efetivação de empréstimos, devoluções e cadastro do acervo.

A Biblioteca detém, ainda, ponto de acesso à rede mundial *Internet* (via provedor) e gestiona uma caixa de correio eletrônico, por meio do qual estabelece contato direto com outros órgãos

aos julgamentos realizados nesta Corte, possibilitando a consulta em rede de tais decisões. Procedeu-se, igualmente, a alimentação da base de dados “Atas”, que contém o resumo dos assuntos tratados em sessão, e com a elaboração de extratos de atas para **a RESENHA ELEITORAL –Nova Série**. As atas foram elaboradas regularmente, sendo, na maioria das vezes, aprovadas na sessão seguinte. De outra parte, a taquígrafa Maria Cecy Arrospide prestou consultoria a servidores do Tribunal em dúvidas sobre a Língua Portuguesa. Por determinação da Presidência do Tribunal e da Direção-Geral, foram degravados vários pronunciamentos proferidos em sessões do Pleno, visando ao esclarecimento dos atos praticados.

#### **4.2.4 Serviço de Gestão Documental (Arquivo)**

Responsável pela guarda, conservação e preservação documental do TRESA, este Serviço foi solicitado em diversas ocasiões para a obtenção de dados relativos a eleições anteriores, localização de documentos e processos arquivados. Foi concluído, também, minucioso trabalho de pesquisa acerca de dados referentes a todas as eleições realizadas no território catarinense, a partir do ano de 1945, abrangendo cargos, nome dos participantes e o respectivo número de votos recebidos. Tal levantamento deverá propiciar, no próximo ano, publicação desta Corte contendo a íntegra dos dados apurados. Em vista do aumento considerável da carga documental, foram adquiridos mais 7 módulos de arquivos deslizantes, a fim de ampliar o espaço disponível.

Por fim, registre-se que, por mais de uma vez, os módulos de arquivo e a respectiva carga documental tiveram que ser deslocados na nova sede do Tribunal, o que poderia ter sido evitado com a adoção de um planejamento adequado.

#### **4.2.5 Cursos de aprimoramento**

? Português.

#### 4.3 SEÇÃO DE SUPORTE AOS JUÍZES

Durante o ano de 1999, tratando-se de ano não-eleitoral, os feitos que tramitaram nesta Seção de Suporte aos Juízes versaram sobre as diversas classes de processos, prevalecendo aqueles direcionados ao pleito do ano 2000 concernentes a orientações, especialmente sobre reeleição, inserções e propaganda político-partidária.

Considerando que a legislação permite a reeleição de prefeitos nas eleições do ano 2000, o assunto foi objeto de consultas, cujo questionamento pautou-se em desincompatibilização, condições de elegibilidade, impedimentos e proibições.

Merece destaque o ajuizamento de mandados de segurança, dentre os quais três impetrados pelos servidores inativos deste Tribunal, deflagrados por ocasião de consulta efetuada pela Secretaria de Recursos Humanos ao Tribunal Superior Eleitoral acerca da forma de pagamento do adicional por tempo de serviço.

Em razão das eleições de 1998, remanesceram recursos em representações por propaganda eleitoral irregular, processos-crime, prestações de contas. Foram igualmente decididos arquivamentos de inquéritos policiais, representações, pedidos de reconsideração em prestação de contas, agravos de instrumento, agravo regimental, *habeas corpus*, denúncias, ações de impugnação de mandato eletivo, embargos de declaração, revisões criminais e sustação de inscrição em dívida ativa da Fazenda Nacional.

Os processos de prestação de contas de campanha e de exercício financeiro tiveram como característica, durante sua tramitação, e até por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, a necessidade de propiciar-se aos partidos políticos a oportunidade de sanar eventuais irregularidades. Entretanto, persistindo impropriedades relevantes nas prestações de contas, o Tribunal Regional Eleitoral pronunciou-se pela aplicação de sanções, o que

de sua inclusão na revisão de eleitores, em razão da recente Resolução TRES n. 7.134, de 22 de setembro de 1999, que autorizou a revisão do eleitorado de que cuida o art. 92 da Lei n. 9.504/97.

Ressalte-se, ainda, que, no decorrer do ano transato, os servidores desta Seção de Suporte aos Juizes desenvolveram outras atividades, todas voltadas ao aprimoramento das suas funções, tendo-lhes sido oportunizada a participação em cursos de Informática - mais especificamente na área da pesquisa jurídica - *Internet* – e no Sistema de Trâmite de Processos - SADP -, bem como em cursos relacionados à Padronização de Textos e a Mudanças Organizacionais. Foi-lhes proporcionada, ainda, a participação em importantes congressos, tais como o I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário – Fórum Mundial, realizado no período de 19 a 21 de agosto de 1999 em Curitiba, e o Seminário Nacional “As Grandes Reformas Constitucionais”, realizado nesta Capital.

A par disso, atuaram os referidos servidores em diversas comissões administrativas constituídas por determinação da Presidência e/ou Direção-Geral desta Casa.

**CLYDIE DAMO BERTOLI**  
Secretária Judiciária



## **5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

À Secretaria de Administração compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada às atividades regimentais desenvolvidas pela Secretaria de Administração, cabe destacar a instauração e conclusão de inúmeros processos de aquisição de bens e contratação de serviços visando à adequação da nova sede deste Tribunal, com área de terreno de 1.302,20m<sup>2</sup> e benfeitorias de 6.295,70m<sup>2</sup>, situado na rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, nesta Capital, cuja inauguração ocorreu no dia 10 de dezembro de 1999.

A Secretaria de Administração é composta por quatro Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Comunicações, cada qual com atribuições próprias, exercidas sob a sua direção.

### **5.1 COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

À Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, aquisição, guarda, distribuição e controle dos bens permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelas Zonas Eleitorais.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizou-se:

- ? Processamento de 27 (vinte e sete) licitações na modalidade Tomada de Preços e 10 (dez) na modalidade Convite.
- ? 384 (trezentos e oitenta e quatro) processos autuados.
- ? 104 (cento e quatro) contratos celebrados.
- ? Dentre as aquisições efetuadas e os serviços contratados, destacam-se: impressos; material de

5 (cinco) bebedouros; 1 (uma) central telefônica digital; 2 (duas) calculadoras; carpetes para algumas salas da nova sede; equipamento para movimentar *pallets*; materiais e equipamentos médicos; equipamentos para sistema de som ambiente; 1 (uma) geladeira; 1 (uma) fragmentadora de papel; 10 (dez) escadas de alumínio; 1 (um) veículo; móveis para a nova sede do TRE (armários, balcões, cadeiras, mesas, estantes de aço); móveis para o Museu da Justiça Eleitoral; centrais de atendimento para os Cartórios Eleitorais da Capital; balcões de atendimento para 14 (quatorze) Cartórios Eleitorais; 4 (quatro) vídeos-cassete; estantes de aço para a Biblioteca; manutenção de fotocopiadoras marcas Sharp e Xerox; vigilância do imóvel que abriga as urnas eletrônicas; confecção da Resenha Eleitoral do Ementário de Jurisprudência/1999; manutenção de elevadores marcas Schindler e Villares; lavagem de veículos; manutenção da central de ar condicionado da Sala de Sessões; locação de imóvel para os Cartórios Eleitorais de Joaçaba; serviços de publicação oficial; seguro de acidentes pessoais para 11 (onze) estagiários; piso vinílico para o Almoxarifado e 101ª Zona Eleitoral; seguro para o novo edifício-sede do TRE/SC; manutenção de jardins e floreiras; aquisição dos *softwares Folio Builder 4.2.e Folio Publisher 4.2*; mudança de móveis e equipamentos para a nova sede do TRE; fornecimento e instalação de divisórias; manutenção corretiva e preventiva de sistema de alarme de incêndio; serviço de telefonia fixa; laudo técnico acerca da manutenção de elevadores; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora marca Mita; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora marca Sharp; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora marca Minolta; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora Toshiba; confecção da Resenha Eleitoral e do Ementário

corretiva de veículos; serviços de limpeza e conservação; fornecimento de passagens aéreas; prestação de serviços postais; emergência 24 (vinte e quatro) horas e área protegida.

- ? Contratação de diversos treinamentos para os servidores do TRESA.
- ? Remessa de 804 (oitocentos e quatro) volumes às Zonas Eleitorais.
- ? Tombamento de 1.048 (mil e quarenta e oito) bens patrimoniais.
- ? Conferência física dos bens patrimoniais na sede do Tribunal e em todos os Cartórios Eleitorais.
- ? Encontram-se em andamento processos visando à aquisição/contratação de: manutenção predial; manutenção de jardins; elaboração de projetos para adequação do imóvel onde serão instalados os Cartórios Eleitorais da Capital; fornecimento de combustíveis e coleta de resíduos hospitalares.

## 5.2 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizou-se:

- ? Registro de 1.630 ordens bancárias.
- ? Registro de 942 notas de empenho.
- ? Registro de 779 notas de lançamento.
- ? Registro de 931 DARFs (Documento de Arrecadação Financeira).
- ? Registro de 113 GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social).
- ? Registro de 11 notas de movimentação de créditos

- ? Formalização de 1.134 processos de pagamento.
- ? Retenção Imposto sobre Serviços (ISS) da PMF.
- ? Informações de disponibilidade orçamentária nos processos licitatórios e nas aquisições diretas.
- ? Elaboração de planilhas das despesas executadas mensalmente.
- ? Encaminhamento de selos postais às Zonas Eleitorais.
- ? Alterações do QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa).
- ? Remanejamento de créditos, entre os diversos programas de trabalho existentes.
- ? Conferência das multas eleitorais encaminhadas pela Caixa Econômica Federal - CEF.
- ? Informação mensal da quantidade de guias de multas eleitorais e o respectivo valor à Secretaria de Administração do TSE.
- ? Registro da despesa com pessoal no SIPES mensalmente.
- ? Registro da proposta orçamentária anual no sistema SIDOR.
- ? Retenção dos impostos contemplados na Lei n. 9.430/96 e o respectivo recolhimento à União.
- ? Informação a cada quinzena do valor da retenção do ISS e do respectivo recolhimento à PMF.
- ? Conferência de todos os lançamentos efetuados no SIAFI do dia anterior, para posterior registro da conformidade diária.
- ? Verificação da validade da documentação dos fornecedores a cada pagamento, conforme decisão TCU 705/94.
- ? Controle do saldo financeiro por fonte de recursos.
- ? Encaminhamento das guias de recolhimento de multas eleitorais aos respectivos Cartórios Eleitorais após conferência, conforme resolução do TSE.
- ? Acompanhamento da execução orçamentária dos respectivos programas de trabalho.
- ? Classificação contábil das despesas.

- ? Treinamento de servidores para o correto preenchimento das informações da proposta orçamentária anual no sistema SPO.
- ? Consolidação das necessidades levantadas pelos setores deste Tribunal.
- ? Programação das despesas trimestralmente através do JEPRO.
- ? Cobrança de inúmeras multas (atraso na execução de objeto contratual e/ou inexecução parcial) de fornecedores de bens e serviços, referentes aos contratos celebrados pela Secretaria de Administração.

### **5.2.1 Execução orçamentária e recursos financeiros**

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (exercício 1999) e suas suplementações constituíram o montante de R\$ 32.938.919,17 (trinta e dois milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e dezenove reais e dezessete centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 32.885.129,65 (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), incluindo as inscrições em restos a pagar no valor de R\$ 440.319,50 (quatrocentos e quarenta mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos), tendo como resultado uma economia orçamentária no montante de R\$ 53.789,52 (cinquenta e três mil e setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, 99,84% de execução orçamentária.

Foram recebidas durante o exercício de 1999 provisões no valor total de R\$ 2.880.813,23 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos e treze reais e vinte e três centavos). E, ainda, concedidas provisões no valor de R\$ 144.251,06 (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e seis centavos), ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral

justiça eleitoral, juízes eleitorais, promotores eleitorais, escrivães eleitorais e chefes de cartório, durante o corrente exercício, e R\$ 508.836,00 (quinhentos e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais) correspondem a dois duodécimos do orçamento para pagamento de despesas de custeio e de capital.

Da totalidade dos recursos mencionados no parágrafo anterior foram executados R\$ 5.974.594,37 (cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), dos quais R\$ 5.671.638,17 (cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e dezessete centavos) foram destinados ao pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionistas civis, gratificação de representação, membros da justiça eleitoral, juízes eleitorais, promotores eleitorais, escrivães eleitorais e chefes de cartório, permanecendo empenhado o valor de R\$ 28.311.938,83 (vinte e oito milhões, trezentos e onze mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e três centavos) e R\$ 342.956,20 (trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e cinqüenta e seis reais e vinte centavos) foram destinados ao pagamento de despesas de custeio e de capital.

Do valor liberado em outras despesas de capital está empenhado o valor de R\$ 94.593,02 (noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e dois centavos) e disponíveis o valor de R\$ 71.286,78 (setenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos).

Com exceção dos recursos orçamentários de pessoal o restante teve, até o momento, a liberação de duodécimos, devido a não aprovação da Lei Orçamentária Anual, até a presente data, pelo Congresso Nacional.

Do valor de R\$ 440.319,50 (quatrocentos e quarenta mil, trezentos e dezenove reais e cinqüenta centavos) - inscritos em restos a pagar para o ano de 2000 - foram executados até a presente data R\$ 274.050,98 (duzentos e setenta e quatro mil, cinqüenta reais e noventa e oito centavos).

### 5.2.2 Proposta orçamentária – 2000

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2000, solicitando-se importâncias para suprir despesas arroladas a seguir:

- ? Pessoal e encargos sociais (pagamento de vencimentos e vantagens fixas; despesas com concessão de melhorias funcionais; despesas com concessão de gratificações adicionais; despesas com preenchimento de cargos vagos, em virtude de aposentadorias; encargos com inativos e pensionistas; substituições; despesas de exercícios anteriores, etc.).
- ? Outras despesas correntes de capital, tais como, diárias (atendimento de despesas com diárias a servidores para deslocamento ao interior do Estado de Santa Catarina e território nacional); material de consumo (reposição de estoques para manutenção do TRE e das Zonas Eleitorais do Estado, além de combustíveis/lubrificantes e suprimentos em geral); passagens e despesas com locomoção (atendimento de despesas com deslocamento e participação de servidores em congressos e eventos relacionados com informática e aos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior, para participação em treinamentos no TRE); outros serviços de terceiros (despesas contratuais de manutenção: contratos de limpeza e vigilância do prédio sede do TRE e das Zonas Eleitorais da Capital; aluguel de máquinas fotocopadoras; serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; aluguel de imóveis para acomodação das Zonas Eleitorais da Capital; contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços [SEDEX]; serviços de transporte de encomendas e cargas; manutenção dos equipamentos de informática; aquisição de *softwares* e demais serviços necessários à manutenção das atividades desenvolvidas por este

reparo e conservação de bens imóveis; serviços de divulgação e serviços de processamento de dados) e equipamentos e materiais permanentes (aquisição de mobiliário em geral; aquisição de periódicos, *modems*, microcomputadores, *winchester*, impressoras, estabilizadores, veículos utilitários e aparelhos de ar condicionado).

### 5.3 COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Coordenadoria de Serviços Gerais, cumprindo os seus objetivos, solicitou a aquisição de bens e materiais e elaborou e acompanhou projetos e serviços, conforme a seguir discriminados:

#### 5.3.1 Seções de Administração do Prédio e de Apoio Administrativo

- ? Aquisição de 1 (um) microtelefone para ser usado pelas telefonistas, no desempenho de suas funções.
- ? Projeto, solicitação de serviços e acompanhamento da instalação de placa, marco da inauguração da nova sede deste TRESA.
- ? Aquisição de 10 (dez) escadas de alumínio para os diversos setores.
- ? Aquisição de 4 (quatro) aparelhos de videocassete para a Direção-Geral, Procuradoria, Suporte aos Juizes e Coordenadoria de Comunicações.
- ? Colocação de película de vidro na Copa, Sala de Enfermagem, DSAMS, Museu, Coordenadoria de Eleições e Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- ? Serviços de limpeza e conservação da nova sede.
- ? Limpeza das 2 (duas) grades de alumínio externas.
- ? Reforma da mesa de reuniões da CCI.
- ? Equipamentos de som para a nova sede.
- ? Fornecimento e instalação de portas de vidro para a DSAMS

- ? Aplicação de base seladora no piso da CJD e DSAMS.
- ? Colocação de reposição de vidros em diversos setores.
- ? Colação de revestimento de fibra de vidro nos *halls* do 1º ao 10º andar.
- ? Colação de barras de apoio para deficientes em dois sanitários do andar térreo.
- ? Aquisição de 40 (quarenta) espelhos para os sanitários.
- ? Contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade longa distância.
- ? Revisão de máquina intercaladora de impressão.
- ? Manutenção corretiva e preventiva do sistema de alarme de incêndio.
- ? Aquisição de *software* para desenho *Minicad Vector Works*.
- ? Molduras para 31 (trinta e um) quadros da Galeria dos Presidentes.
- ? Aquisição de 2 (dois) pneus para veículos.
- ? Aquisição e instalação de divisórias para a nova sede.
- ? Renovação da lâminas do teto da portaria da nova sede.
- ? Recuperação da mesa de granito da portaria da nova sede.
- ? Conserto de diversas máquinas de escrever pertencentes a esta Casa.
- ? Substituição do piso da sala RISC.
- ? Contratação de empresa para proceder à mudança de móveis da sede da rua São Francisco para a rua Esteves Júnior.
- ? Aquisição de tampas de metal para cobertura da fiação de diversos andares.
- ? Aquisição e instalação de carpete para o 3º e 8º pavimentos.
- ? Aquisição de plantas para 15 (quinze) vasos.
- ? Aquisição de extensores de enlace para a melhoria dos serviços de comunicação.
- ? Manutenção e instalação de portas corta-fogo.
- ? Aquisição de suprimentos para as máquinas de

- ? Aquisição de escada de madeira para o setor de manutenção.
- ? Serviço de lavagem de 1.500m<sup>2</sup> de carpete.
- ? Aquisição de peças de granito para a moldura da porta do elevador do 5º andar.
- ? Conserto de forros e sanitários de todo o prédio.
- ? Aquisição de 2 (duas) furadeiras elétricas.
- ? Reparos na rede de drenagem dos aparelhos de ar condicionado do edifício da rua São Francisco.
- ? Projeto e solicitação para contratação de seguro para o edifício da rua Esteves Júnior.
- ? Projeto e solicitação de confecção de letras para o marco de identificação do edifício da rua Esteves Júnior e fiscalização da colocação das referidas letras.
- ? Colocação de gesso e serviços de alvenaria e textura/pintura, nas aberturas dos aparelhos de ar condicionado.
- ? Realização de manutenção preventiva e corretiva em duas centrais de alarme, bem como aquisição de controles remotos para o Cartório da 101ª Zona Eleitoral e depósito de urnas.
- ? Aquisição e instalação do sistema de monitoramento de imagens para a sede do TRESC.
- ? Aquisição e colocação de fechaduras tetra-vidro para os diversos setores.
- ? Aquisição de saboneteiras, papeleiras, suportes para papel higiênico para os banheiros do TRESC.
- ? Colocação de portas pantográficas nas salas do 7º andar.
- ? Colocação de elemento vazado no subsolo I.
- ? Projeto para aproveitamento de três armários da SI.
- ? Limpeza e revisão nos bebedouros pertencentes a este TRE.
- ? Aquisição e instalação de luminárias para os 9º e 10º pavimentos.
- ? Instalação de luminárias na Sala de Sessões.
- ? Conserto de fone de ouvido.

- ? Renovação do jardim e das floreiras internas e externas do TRE.
- ? Aquisição de vasilhames para compra de água para o serviço de copa deste Tribunal.
- ? Habilitação de diversas linhas telefônicas.
- ? Aquisição de quadro-mural para a CDRH e CCI.
- ? Solicitação de material elétrico para os Cartórios Eleitorais.
- ? Solicitação para a aquisição de 30 (trinta) aparelhos condicionadores de ar para o TRESA.
- ? Elaboração de projeto para aquisição de móveis para as Zonas Eleitorais.
- ? Solicitação de compra de aparelhos de fac-símile.
- ? Manutenção das máquinas de reprografia deste TRE.
- ? Solicitação de contratação dos serviços de revisão do compressor do serviço médico, bem como da reposição de lençóis, fronhas e toalhas.
- ? Serviços de pintura da nova sede.
- ? Aquisição de 1 (um) badisco.
- ? Transferência do marco de identificação do novo prédio.
- ? Contratação dos serviços de desmontagem, transporte e montagem de armários do edifício da rua São Francisco para o edifício da rua Esteves Júnior.
- ? Aquisição de café, açúcar e outros materiais de copa.
- ? Compra de uma central telefônica e 55 (cinquenta e cinco) aparelhos telefônicos – 30 analógicos e 25 aparelhos digitais.
- ? Projeto e solicitação de compra de móveis para a nova sede do TRESA, bem como projeto, solicitação e fiscalização da compra de cadeiras e mesas para a nova sede do TRESA.
- ? Projeto e solicitação de aquisição de balcões para a nova sede.
- ? Compra e acompanhamento da instalação de 6 (seis) LPPs, para a comunicação entre os edifícios de propriedade deste Tribunal.
- ? Solicitação e fiscalização da manutenção preventiva

- ? Serviços de manutenção em 8 (oito) janelas do prédio da rua Esteves Júnior.
- ? Projeto e solicitação para confecção de carimbos.
- ? Reequipamento do setor de copa deste Tribunal com a compra de fogão, copos, xícaras, açucareiros, garrafas térmicas, bandejas, toalhas, etc..
- ? Aquisição de 5 (cinco) bebedouros.
- ? Contratação de empresa para executar projetos de adequação do prédio da rua Esteves Júnior, n. 157 (futura sede dos Cartórios da Capital).
- ? Projeto e solicitação de empresa para a confecção de placas de identificação visual do edifício-sede.
- ? Aquisição e distribuição de 201 (duzentas e uma) passagens aéreas.
- ? Solicitação de prorrogação contratual dos serviços de manutenção da máquina de reprografia marca Mita e dos elevadores Schindler.
- ? Contratação dos serviços de manutenção das máquinas de reprografia Minolta.
- ? Compra de 22 (vinte e duas) estantes de aço para o TRE e Cartórios Eleitorais.
- ? Contratação de 1 (um) engenheiro mecânico para elaborar laudo pericial dos serviços de manutenção dos elevadores do edifício-sede.
- ? Contratação de estagiários para a CSG.
- ? Serviços de manutenção corretiva, com reposição de peças e acessórios, do veículo marca Mercedes, de propriedade deste Tribunal.
- ? Cursos para os condutores de veículos deste TRE.
- ? Adequação do projeto contratado para o edifício-sede, visando à contratação execução da obra de reforma.
- ? Fiscalização dos contratos de compra de móveis para a nova sede.
- ? Gerenciamento do contrato de reforma do novo prédio, incluindo obras civis, elétricas, hidrossanitárias, climatização, acústica, comunicação visual e trabalho junto ao engenheiro Paulo Steinwinder - fiscal da obra.

- ? Solicitação de fornecimento e instalação de divisórias e portas de vidro temperado para a sala de juízes, sala de sessões, ático e sala de recepção do DSAMS.
- ? Levantamento de serviços necessários para reforma nos *halls* dos elevadores e escadarias do novo prédio.
- ? Levantamento de serviços necessários nos banheiros e copas que não foram objeto do contrato de reforma.
- ? Solicitação de fornecimento e instalação de acrílico para reposição no teto do *hall* da portaria do edifício-sede.
- ? Solicitação de recuperação do balcão e vigas do teto em mogno, existentes na portaria do edifício-sede.
- ? Solicitação de fornecimento e instalação de balcão em granito para atendimento no Protocolo do TRE.
- ? Solicitação de fornecimento e instalação de luminárias para os 9º e 10º pavimentos.
- ? Elaboração de projeto para instalação de lavatório no banheiro da sala de telefonia – sobreloja.
- ? Elaboração e fixação de indicadores para os quadros de distribuição de energia (trabalho em andamento, aguardando novo programa de desenho para aproveitamento de trabalho já realizado em AutoCad).
- ? Instalação de guichê na porta interna do setor de Protocolo.
- ? Serviços de dedetização especial para extermínio de cupins na nova sede.
- ? Recuperação de esquadrias de alumínio com colocação de vidros temperado no ático, 10º e 8º pavimentos.
- ? Reposição de vidros canelados nos banheiros do 9º, 8º, 7º, 5º e 1º pavimentos.
- ? Confeção de grades de segurança e trava para cadeado.
- ? Colocação de piso vinílico no almoxarifado deste TRE.
- ? Prorrogação do contrato de serviços de vigilância.
- ? Prorrogação do contrato de manutenção dos elevadores marca Schindler.
- ? Aquisição de espátula conjugada com tesoura e

- ? Contratação de serviços de impermeabilização da cisterna da sede do TRESA.
- ? Contratação dos serviços de pintura dos cinzeiros de latão do TRESA.
- ? Contratação de serviços de colocação de rodapés de porcelanato nos halls dos elevadores, onde foi colocado papel de parede sobre a fórmica.
- ? Contratação de serviços especializados para a execução de um abrigo para o compressor odontológico, assim como a desinstalação, transporte e instalação no subsolo1 do TRESA.
- ? Contratação de empresa para fornecimento e instalação de dois mastros para bandeiras em frente à nova sede do TRESA.
- ? Contratação de empresa especializada para a execução de serviço de reconstituição de mureta do pátio de entrada à Sala de Sessões e mureta da jardineira.
- ? Contratação de empresa para fornecimento de fechaduras para as portas de vidro temperado da Corregedoria, CCI e CRIP e a relocação de divisórias na Taquigrafia, SRH, montagem de divisórias na CSG e fornecimento e instalação de portas na CDRH, CSG e COF.
- ? Contratação empresa para fornecimento e instalação de grades nas janelas do hall do ático e pintura e instalação de guarda corpo na Sala de Sessões.
- ? Contratação de empresa para aquisição e instalação de um balcão embutido para a copa do mezanino, o qual servirá à sala de Reuniões dos Juizes e Assessoria e DSAMS.
- ? Serviços de revisão geral e conserto de máquina de escrever OLIVETTI ET 112, tombamento 002754 lotada na CRIP.
- ? Aquisição e instalação de persianas verticais para o setor de copa deste Tribunal.
- ? Aquisição e instalação de um videocassete "Time Lapse" com capacidade mínima de 168h, sinalização

- ? Contratação de dois estagiários para atividades administrativas na CSG.
- ? Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva da rede hidráulica e do sistema de alarme de incêndio do TRESA.
- ? Serviços de ajuste do balcão de granito onde está instalada a cafeteira, corte no granito do balcão do ático e confecção de ranhuras no granito localizado na entrada, junto à calçada.
- ? Aquisição de quadro mural revestido em cortiça, com moldura de alumínio para a AS.
- ? Contratação de empresa para fornecimento e instalação de porta e divisória de vidro para a sala de recepção do DSAMS, relocação de porta de vidro temperado do térreo para o 6º andar – SRH e colocação de vidro canelado no W.C. na mesma secretaria.
- ? Rescisão do contrato com a empresa Conservadora de elevadores Nacional Ltda. e contratação de empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores VILLARES, sem reposição de peças, instalados na sede do TRESA.
- ? Aquisição de toalheiros e papeleiras para alguns banheiros da sede do TRESA – 54 dispensers para papel toalha, 100 rolos de papel toalha e 15 unidades de suporte para papel higiênico, cromado.
- ? Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede hidráulica do TRESA.
- ? Contratação de empresa especializada para efetuar pintura das portas internas do Edifício Colúmbia, cuja pintura ainda permanece na cor terracota, pintura das paredes e tetos das salas da SI e da CE, bem como da Sala Risc, tendo em vista a retirada dos armários embutidos nestes locais; pintura na parede junto aos elevadores, do hall do 4º andar, devido à instalação do monitoramento de imagens; pintura do muro do ático, devido à substituição das arandelas; impermeabilização e pintura de uma parede no subsolo

- ? Contratação de empresa especializada para efetuar a pintura de identificação das vagas das garagens do subsolo 2 e do estacionamento externo do Edifício sede deste Tribunal.
- ? Contratação de empresa para fornecimento de gasolina, álcool, lubrificantes e filtros de óleo e ar , para os veículos pertencentes ao TRESC.
- ? Aquisição de 250 kg de açúcar e 250 kg de café, materiais utilizados pelo serviço de copa e cozinha deste Tribunal, para consumo em três meses.
- ? Aquisição de 400 litros de gasolina para abastecer durante 20 dias os veículos deste Tribunal, até que seja assinado novo contrato de abastecimento.
- ? Contratação de empresa para reforma de tribuna, móvel pertencente à Sala de Sessões.
- ? Aquisição de um quadro mural fechado, para instalação no hall externo, em frente à Portaria deste Tribunal.
- ? Contratação de empresa especializada para a confecção de placas de identificação visual das diferentes entradas existentes no Edifício Colúmbia.
- ? Contratação de empresa para proceder à habilitação e à instalação de linhas RDSI e ramais DDR, para possibilitar a instalação de nova central telefônica no TRESC.
- ? Contratação de engenheiro mecânico, para elaborar parecer técnico acerca do serviço de manutenção dos elevadores marca VILLARES, instalados no Edifício Colúmbia.
- ? Contratação de serviços de cromagem para as bases de mesas e sofás da Presidência, Corregedoria, Direção Geral, SJ, SRH, SA, bem como na sala de Reunião dos Juízes.
- ? Contratação de empresa para confecção de chaves e fornecimento de fechaduras quádruplas para a sala de telefonia e vestiário feminino e, na CDRH, para armários mesas e balcões.
- ? Contratação de empresa especializada para efetuar

- ? Prorrogação de contrato de serviços de conservação e limpeza.
- ? Contratação de empresa para desmontar uma divisória na CE e colocar fechadura e guia em uma porta de correr na sala RISC.
- ? Aquisição e instalação de mangueiras e acessórios para a drenagem dos aparelhos de ar condicionados do TRES.
- ? Contratação de empresa especializada para efetuar a pintura das paredes do antigo depósito de urnas, situado na Rua Leoberto Leal, 875-A.
- ? Aquisição de 100 litros de álcool para abastecer por 15 dias o Pálio Weekend, até a assinatura do novo contrato de fornecimento.
- ? Contratação de empresa especializada para efetuar a vedação, pelo lado externo, parte dos fundos do Edifício Colúmbia, das colunas e filetes de alumínio que fixam os vidros do ático, 10º e 9º andares.
- ? Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de reprografia, marca MINOLTA, modelos 6000 e EP 2010.
- ? Contratação dos serviços de confecção de 20 gabinetes metálicos para o acondicionamento dos transformadores de linha e potenciômetros das caixas de sonorização.
- ? Solicitação dos serviços de lavagem para o Fiat Palio Weekend.
- ? Contratação de empresa para realizar a manutenção corretiva, com substituição de peças e acessórios, nos veículos marca VW/kombi.
- ? Contratação de serviço de confecção de uma tampa de concreto armado para a garagem do subsolo 2.
- ? Contratação de empresa para fornecimento de suprimentos para a máquina copadora, marca TOSHIBA, modelo 5560.
- ? Contrato de prestação de serviços de manutenção nos

- ? Contratação de empresa especializada para efetuar a transferência do sistema de alarme do antigo para o novo endereço da 84ª Zona Eleitoral.
- ? Contratação de empresa especializada para colocação de película para vidro, na cor branca, para a sala de Manutenção, subsolo1 do Edifício Colúmbia.
- ? Aquisição de 200 litros de gasolina e 100 litros de álcool para abastecer veículos deste Tribunal.
- ? Contratação de empresa especializada para confecção de chaves e fornecimento de fechaduras para portas, divisórias e gavetas da nova sede do TRESA.
- ? Prorrogação de contrato de locação do imóvel situado na Rua Pedro Ivo, 101, cujo prazo expira em 10/03/2000.
- ? Aquisição e instalação de pedra de granito – Preto São Gabriel, para substituir peça quebrada na moldura da porta do elevador, no 5º andar.
- ? Serviço de reforma da mesa de reuniões da Secretaria de Informática do TRESA.
- ? Aditamento ao contrato 011/2000, referente à necessidade de ampliação da sala de atendimento ao público, acarretando modificações na fachada, projetos de paisagismo e segurança no prédio sito à Rua Esteves Júnior, 157, para instalação dos cartórios Eleitorais da capital.
- ? Aditamento à solicitação 43/2000, para contratação de empresa especializada que confeccione e instale fechaduras com chaves e trincos nos armários do protocolo.
- ? Contratação de serviço especializado de restauração técnica de móveis para o Museu do TRESA.
- ? Aditamento à solicitação 006/00, referente à contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reconstituição das muretas do pátio dos fundos do Edifício Colúmbia.
- ? Prorrogação do contrato de prestação de serviço de manutenção corretiva, com substituição de peças na

- ? Contratação de empresa especializada para retirada de água do poço de elevador localizado no prédio dos Cartórios Eleitorais, situado na Rua Pedro Ivo, 101.
- ? Reiteração da solicitação de software MiniCAD – Vector Works, para desenho de projetos especiais originados nesta Coordenadoria.
- ? Renovação de contrato de seguro contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos para o prédio do TRESA, cujo prazo expira em 04/04/2000.
- ? Prorrogação de contrato de prestação de serviços de telefonia, cujo prazo expira em 31/05/2000.
- ? Contratação de empresa para realização de serviços de manutenção corretiva, com substituição de peças e acessórios, em veículo marca MERCEDES, microônibus.
- ? Contratação de empresa especializada para colocação de película de vidro, na cor fumê, para o almoxarifado do TRESA, localizado na Rua São Francisco.
- ? Contratação de serviço de revisão geral e conserto na calculadora de mesa, marca SHARP, tombamento 734, CCI.
- ? Prorrogação do contrato de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e acessórios da máquina de reprografia marca MITA, modelo DSC 3785, cujo prazo expira em 04/04/2000.
- ? Prorrogação do contrato de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças em elevador marca SCHINDLER, o qual expira em 11/05/2000.
- ? Prorrogação do contratado de lavagem dos veículos da marca volkswagem, modelo Kombi Standart, cujo prazo expira em 15/04/2000.
- ? Contratação de empresa especializada para fresar 8m de rodapés e vistas de portas para a sala de som deste Tribunal.
- ? Foram realizados acompanhamentos, juntamente com as empresas interessadas em contratar com o TRESA, para todas as solicitações elencadas acima e

### **5.3.2 Setor de Reprografia**

O Setor de Reprografia, no atendimento aos diversos setores desta Casa e aos particulares que a freqüentam, realizou os seguintes serviços:

- ? Plastificação: 1.616.
- ? Termo-encadernação: 247.
- ? Encadernação Espiral: 808.
- ? Risograph: 64.884.
- ? Fotocópias: 154.229.

### **5.3.3 Setores de Segurança e Transporte, Manutenção e de Expedição**

O Setor de Segurança e Transporte realizou cerca de 32 (trinta e duas) viagens pelo interior do Estado, a serviço das diversas Secretarias e Coordenadorias deste Tribunal, sendo que os veículos pertencentes a esta Casa percorreram, durante o ano, cerca de 59.820km (cinquenta e nove mil e oitocentos e vinte quilômetros), consumindo, aproximadamente, 7.390 (sete mil, trezentos e noventa) litros de combustíveis.

O Setor de Manutenção realizou, ao longo desse período, além da elaboração de pedidos, fiscalização e acompanhamento de contratos na área de manutenção predial, os mais variados serviços nas áreas de eletricidade, telefonia, edificações e refrigeração, compreendendo consertos, reformas e revisões, dos quais, os principais, enumera-se a seguir:

- ? Manutenção de instalações e equipamentos elétricos (manutenção periódica dos equipamentos elétricos do prédio-sede, como compressor odontológico, transformador da rede elétrica, bombas d'água, aparelhos de ar condicionado, etc.; manutenção geral da rede elétrica, com troca de lâmpadas e reatores, e instalação e substituição de tomadas e disjuntores nos prédios pertencentes a esta Corte; revisão dos bebedouros do TDFSC; instalação elétrica nos Cartórios

como manutenção de todo sistema de alarme de incêndio da nova sede; manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio dos Cartórios da Capital e da nova sede do TRESA).

- ? Manutenção periódica (manutenção geral do prédio, com pequenos consertos de portas, troca de fechaduras, persianas, pisos, conserto e substituição de peças dos banheiros, como torneiras, válvulas, bóias e assentos dos vasos sanitários; instalação do equipamento de som da Sala de Sessões; dedetização, descupinização e desratização do prédio-sede deste Tribunal e Cartórios da Capital; conserto de móveis e cadeiras pertencentes a este Tribunal; conserto das persianas dos Cartórios Eleitorais da Capital e da antiga sede do TRESA; montagem e desmontagem de divisórias; conserto da rede de drenagem dos aparelhos de ar condicionado e eventual substituição do encanamento existente).
- ? Manutenção de rede hidrossanitária (desentupimento da rede pluvial; substituição dos vasos sanitários do BWC feminino do 1º piso da antiga sede; limpeza das caixas d'água e cisternas desta Casa).
- ? Manutenção da rede telefônica, com o conserto de aparelhos e instalações, nos quadros telefônicos em todas as salas do TRE, além de instalações de novos ramais e linhas.
- ? Auxílio na elaboração do pedido para a aquisição da central telefônica.
- ? Manutenção do sistema tarifador da central telefônica.
- ? Manutenção da rede de equipamentos telefônicos.

O Setor de Expedição cuidou da expedição de, aproximadamente, 5.730 (cinco mil, setecentos e trinta) correspondências, pelo serviço Sedex; aproximadamente 18.264 (dezoito mil, duzentos e sessenta e quatro) correspondências com aviso de recebimento e simples, além da entrega, em mãos, de todo tipo de correspondência para as diversas Secretarias desta

#### 5.4 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES

À Coordenadoria de Comunicações compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções descritas abaixo, bem como os serviços que a elas se subordinam, elaborando os respectivos planos de trabalho.

##### 5.4.1 Seção de Controle Geral de Documentos

- ? Documentos protocolizados, 11.238.
- ? Ofícios expedidos, 4.575.
- ? Portarias Presidente, 267.
- ? Portarias Direção-Geral, 260.
- ? Portarias Vice-Presidente, 6.
- ? Ofícios circulares, 96.

##### 5.4.2 Seção de Editoração e Trabalhos Gráficos

Foram editoradas as seguintes publicações:

- ? Resenha Eleitoral, v. 6, n. 2, julho – dezembro, com 230 páginas.
- ? Ementário de Jurisprudência, v. 4, 2000, com 176 páginas.
- ? JTRESC, n. 1 a 10, abril a dezembro, com 318 páginas.
- ? Manual Legislação de Pessoal, com 280 páginas.
- ? 9 *folders*, frente e verso.
- ? Programa de Visita, com 12 páginas.

Com relação aos demais trabalhos desenvolvidos pela Seção, foram criados 93 e modificados 73 formulários. No campo da editoração foram criados 92 documentos e modificados outros 66, além da execução de 48 trabalhos diversos.

##### 5.4.3 Seção de Projetos Especiais e Imprensa

- ? Atendimento diário à imprensa (dados estatísticos, informações de processos, etc.).

Cargo Juiz Efetivo – Categoria Juiz de Direito: Doutor Antônio do Rego Monteiro Rocha), tendo providenciado a expedição de convites, elaboração de roteiros, recepção de convidados, confirmações de presença e composição da mesa.

- ? Organização das Sessões Solenes de inauguração da nova sede do TRESA e do Centro de Memória da Justiça Eleitoral Catarinense “Desembargador Adão Bernades”, incumbindo-se também de todas as providências necessárias.

#### **5.4.4 Seção de Telecomunicações**

- ? Documentos expedidos via fac-símile: 1.463.
- ? Documentos recebidos via fac-símile: 664.
- ? Fax circulares expedidos: 441.
- ? Telex expedidos 23.
- ? Telex circulares expedidos: 16.
- ? Telex recebidos: 199.

**MARIA HELENA DE CARLOS BACK**  
Secretária de Administração



## **6 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

No ano de 1999, entre as principais atividades realizadas pela Secretaria de Recursos Humanos, destacam-se o planejamento, coordenação e supervisão dos serviços desenvolvidos no âmbito de sua competência, relacionados com administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos.

Nesse ínterim, num trabalho conjunto com as Coordenadorias e Diretoria integrantes desta Secretaria, foram encaminhados à apreciação da Direção-Geral, projetos de trabalhos elaborados, conforme detalhado nos tópicos específicos.

No âmbito da política de aperfeiçoamento de recursos humanos, esta Secretaria propôs a realização de cursos e encontros destinados ao desenvolvimento dos servidores deste Tribunal, bem como atuou diretamente na organização, planejamento e execução de eventos ocorridos na sede deste Tribunal.

Dentre as atividades relacionadas com administração de pessoal, a SRH apreciou e encaminhou à Direção-Geral, devidamente instruídos, requerimentos relacionados com a vida funcional dos servidores, tais como: pedidos de férias, licenças, averbações, serviço extraordinário, dentre outros.

Esta Secretaria atuou como cartório de processos administrativos relacionados com matérias de sua competência, cabendo-lhe efetuar juntadas, lavrar certidões, remeter os autos à Presidência, à Direção-Geral e aos órgãos de Assessoria desta Corte, bem como controlar o fluxo processual.

Entre suas atividades inclui-se, ainda, a elaboração mensal do Boletim Informativo da Secretaria de Recursos Humanos, contendo dados de interesses dos servidores divulgados pelos serviços especializados desta Secretaria.

Para finalizar, durante a gestão de 1999, coube à Secretaria de Recursos Humanos fiscalizar, coordenar e orientar a execução de serviços desenvolvidos no gabinete da Secretaria, nas Coordenadorias e Diretoria a ela vinculadas.

deu ênfase ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da Casa e requisitados. Para tanto, procedeu ao levantamento das necessidades de treinamento em todas as unidades, buscando atender, sempre que possível, às solicitações encaminhadas.

Na definição da política de treinamentos para 1999, decidiu-se, juntamente com a Direção-Geral, investir em treinamentos voltados para a área comportamental, buscando promover o desenvolvimento integral de cada servidor e provocar, a médio e longo prazos, mudanças organizacionais significativas. Por outro lado, mereceram igual atenção os treinamentos direcionados à área técnica, dada a importância de se capacitar cada vez mais os servidores para o desempenho de suas funções.

As principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, no período compreendido entre março e dezembro de 1999, foram as seguintes:

#### **6.1.1 Cursos/eventos internos (n. de participantes):**

- ? Curso de Internet – 5 Turmas (119 servidores).
- ? Curso de Práticas Cartorárias (32 servidores).
- ? SADP – Rotinas de Uso (42 servidores).
- ? SADP – Protocolo, Arquivo e Expedição (22 servidores).
- ? Orientações Básicas Sobre Licitação e seu Procedimento (20 servidores da Secretaria de Estado da Administração e 20 servidores da Câmara Municipal de Florianópolis).
- ? VIII Encontro de Juizes Eleitorais (102 Juizes Eleitorais do Estado de Santa Catarina).
- ? Encontro de Chefes de Cartórios Eleitorais (102 Chefes de Cartório do Estado de Santa Catarina).
- ? Formação Básica de Auditoria Governamental (33 servidores dos seguintes Tribunais: TSE, 2; TREAM, 3; TREAP, 1; TREBA, 3; TRECE, 2; TREES, 1; TREMA, 2; TREMG, 2; TREPA, 1; TREPI, 2; TREPR, 1; TRERJ, 1; TREPS, 2; TRESC, 4; TRESE, 2; TRESR, 1).

- ? Controle do Patrimônio na Administração Pública (2 servidores).
- ? Segurança do Sistema HP-UX – versão 10x (2 servidores).
- ? Administrando Windows NT 4.0 (2 servidores).
- ? 688 Internetworking TCP/IP on Windows NT 4.0 (2 servidores).
- ? II Fórum Sul-Brasileiro: A administração pública em debate (1 servidor).
- ? Suporte ao Windows NT Server 4.0 (3 servidores).
- ? Administração de Compras (2 servidores).
- ? Treinamento Sistema Curió Agregado ao SIS – 1 (3 servidores).
- ? Reunião de Secretários de Informática (1 servidor).
- ? Curso de Português – duas Turmas (60 servidores).
- ? Treinamento ORACLE (2 servidores).
- ? Delphi (1 servidor).
- ? 1º Jornada Catarinense em Controle de Infecção e Curativos (1 servidor).
- ? 1º Ciclo de Estudos INEDAM – Reforma Constitucional (1 servidor).
- ? VII Seminário de RH – Excelência em RH: A Gestão do Capital Intelectual (4 servidores).
- ? Administração de Rede Unix – Avançado – Versão 10x (4 servidores).
- ? IX Reunião de Trabalho das Secretarias de Orçamento e Finanças da Justiça Eleitoral (2 servidores).
- ? Suporte ao Windows NT Server 4.0 (1 servidor).
- ? Sistema SIDOR (2 servidores).
- ? CONINFO – Feira e Congresso de Informática e Telecomunicações do Cone Sul (7 servidores).
- ? Reforma Administrativa – Seminário Estadual (11 servidores).
- ? Reunião para Avaliação dos Trabalhos do II Seminário de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor).
- ? Desenvolvimento Profissional para Secretárias (2 servidores).

- ? Seminário: Santa Catarina debate a Reforma do Poder Judiciário (10 servidores).
- ? Treinamento Gerador de Pacotes (1 servidor).
- ? Reunião com Representantes de Imprensa dos TREs (2 servidores).
- ? Curso de Oracle (3 servidores).
- ? Reunião com Secretários de Orçamento e Finanças (2 servidores).
- ? Manutenção Predial Integrada (1 servidor).
- ? Planejamento e Programação do Departamento de Serviços Gerais (1 servidor).
- ? IV Ciclo Nacional de Conferências e Debates sobre Temas da Adm. Pública (4 servidores).
- ? III Curso do Cerimonial do Judiciário (2 servidores).
- ? XIV Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (1 servidor).
- ? I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário – Forum Mundial (11 servidores).
- ? Access Básico (18 servidores).
- ? II Jornada Catarinense de Pediatria (1 servidor).
- ? L01 Lotus Notes 1 e 2 (5 servidores).
- ? Excel Básico (19 servidores).
- ? AD1 Application Development 1 (5 servidores).
- ? Sistemas de Candidaturas 2000 (2 servidores).
- ? Curso de Capacitação para Condutores de Veículos Permanentes (14 servidores).
- ? Access Programado – Avançado (18 servidores).
- ? Linux Day Santa Catarina (7 servidores).
- ? Reunião Mensal da SUCESU-SC (4 servidores).
- ? LIV - Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1 servidor).
- ? Desenvolvimento Gerencial I (24 servidores).
- ? As Grandes Reformas Constitucionais (2 servidores).
- ? Mudanças Organizacionais – 5 Turmas (150 servidores).
- ? XVI Congresso Brasileiro de Magistrados e I Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação Social do

- ? Reunião do Grupo de Justificativa Eleitoral (1 servidor).
- ? 56º Congresso Nestlé de Atualização em Pediatria (1 servidor).
- ? Reforma Administrativa e Legislação de Pessoal (4 servidores).
- ? Formação de Multiplicadores & Instrutores – Turma 1 (15 servidores).
- ? Word 7.0 – Avançado (1 servidor).
- ? Curso de Redação e Revisão de Textos (3 servidores).
- ? Excelência de Atendimento ao Serviço Público (23 servidores).
- ? Padronização de Textos: Técnicas de Editoração e Documentação (28 servidores).
- ? Manutenção de equipamentos em Informática (1 servidor).
- ? Desenvolvimento Gerencial II (21 servidores).
- ? VI Encontro de Secretários de Recursos Humanos (2 servidores).
- ? XV Encontro do Colégio de Presidentes dos TREs (3 servidores).
- ? Formação de Multiplicadores & Instrutores – Turma 2 (15 servidores).
- ? Análise de Balanços, Balancetes e Procedimentos do Encerramento do Exercício (1 servidor).
- ? IV Jornada Brasileira sobre Temas da Justiça Federal (1 servidor).
- ? Grupo de Estudo dos Sistemas de Registro de Candidaturas (2 servidores).
- ? Auditoria, Análise de Processos e Controles Internos (8 servidores).
- ? Procedimentos de Encerramento de Exercício Relativos a Programação e Execução Financeira (1 servidor).
- ? Encontro de Secretários de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor).
- ? XVI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (1 servidor).

estudantes da Escola Técnica Federal, prestando serviços na Secretaria de Administração.

A duração do estágio foi fixada em seis meses, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

#### **6.1.4 Outros eventos**

Esta Coordenadoria participou da Comissão Organizadora da Inauguração da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ficando responsável pela confirmação de presença dos convidados de outros Estados, recepção, hospedagem e traslados.

#### **6.1.5 Acompanhamento e avaliação funcional**

Durante a atual gestão procedemos à avaliação dos servidores em estágio probatório, mantivemos atualizado o Quadro de Provimento e Vacância de Cargos e providenciamos a requisição e devolução de servidores de outros órgãos.

Realizamos, neste período, sete auto-avaliações e sete avaliações de desempenho de servidores em estágio probatório, destinadas a aferir sua satisfação e adaptação às atividades que desempenham. Neste período, 7 (sete) Analistas Judiciários e 11 (onze) Técnicos Judiciário adquiriram a estabilidade ao completarem 2 (dois) anos de efetivo exercício na Casa.

Requisitamos, também neste período, 23 (vinte e três) servidores para trabalharem na Secretaria do TRESC, 4 (quatro) para o Cartório da 12ª Zona Eleitoral, 3 (três) para o Cartório da 13ª Zona Eleitoral, 6 (seis) para o Cartório da 100ª Zona Eleitoral e 6 (seis) para o Cartório da 101ª Zona Eleitoral.

#### **6.1.6 Assistência à saúde**

Participamos de estudos para a revisão do Programa de Assistência à Saúde, fato que deu embasamento à edição das

Além dessas atividades, realizamos tarefas de rotina, tais como: conferência de faturas e notas fiscais de prestação de serviços da UNIMED e dos relatórios analíticos de faturamento; elaboração de planilhas mensais de despesas médicas UNIMED, particulares e odontológicas, com cotas de participação dos servidores e do Tribunal; inclusão e exclusão de usuários na UNIMED; controle do relatório analítico UNIMED de cobrança das taxas de inclusão e manutenção mensais; rateio do saldo orçamentário do programa no ano de 1999, de acordo com a Portaria P. n. 075/99; substituição dos cartões magnéticos de todos os usuários da UNIMED; manutenção do cadastro de usuários da Assistência Médica de Urgência 24 horas, assim como outras atividades inerentes ao programa.

#### **6.1.7 Auxílio-alimentação**

Além da elaboração de planilhas mensais de pagamento aos servidores requisitados e do cadastramento de novos beneficiários no programa, elaboramos demonstrativo sobre o impacto advindo de eventual extensão dos benefícios a todos os servidores requisitados para os Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, conforme propostas apresentadas pelo TRE de Sergipe na XIV Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais do Brasil. Efetuamos, também, levantamento de dados referentes à Proposta Orçamentária do ano 2000.

#### **6.1.8 Auxílio-transporte**

Com relação ao auxílio-transporte, mantivemos atualizado o cadastro dos beneficiários do programa, elaboramos as planilhas mensais de cálculo do benefício dos servidores do quadro da Secretaria e dos requisitados, e desenvolvemos outras atividades inerentes ao controle do benefício. Efetuamos, também, levantamento de dados referentes à Proposta Orçamentária do ano 2000.

## 6.2 COORDENADORIA DE PESSOAL

A Coordenadoria de Pessoal coube a execução de tarefas voltadas à área de pessoal, coordenando a administração da vida funcional, para que fossem observados os direitos e deveres dos servidores deste Tribunal.

Esta Coordenadoria autuou todos os processos referentes à área de recursos humanos, tanto da Secretaria quanto dos Juízos Eleitorais, totalizando 280 processos.

### **6.2.1 Seção de Cadastro**

Dentre as atividades desenvolvidas nesta Seção, destacamos: emissão de ofícios relativos a servidores requisitados; confecção de portarias funcionais, certidões, declarações e ordens de serviço; confecção de portarias de dispensa e designação de funções comissionadas; atualização de dados de servidores ativos; informação sobre a força de trabalho; confecção e fornecimento aos servidores de formulários relativos às férias, licenças e recesso; controle de frequência; autuação e informações em averbações de tempo de serviço, de licença capacitação; controle e atualização de fichas funcionais; manutenção dos documentos para conferência dos períodos aquisitivos de parcelas de décimos e de planilhas eletrônicas para cálculos referentes a pessoal; controle de serviço extraordinário; continuação da implementação do Sistema de Recursos Humanos e revisão geral de todos os processos de averbação de tempo de serviço em virtude da legislação atual.

### **6.2.2 Seção de Legislação e Normas**

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Seção, citamos: organização, atualização informatizada de legislação de pessoal; recadastramento de pensionistas e inativos; informações em processos diversos referentes à área de pessoal; cumprimento de diligências baixadas pelo Tribunal de Contas da União e revisão de processos de aposentadoria em virtude da legislação vigente.

conferência de cálculos; emissão de relatórios específicos; pagamento de remuneração a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas; pagamento de gratificação aos Juizes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que integram o Estado.

### 6.3 DIRETORIA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

As atividades desenvolvidas pela DSAMS em 1999 visaram a ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem estar bio-psico-social do corpo funcional deste Tribunal, de seus dependentes, bem como atividades administrativas, visando a um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros destinados a assistência à saúde.

No exercício de 1999 não houve alteração no quadro dos servidores lotados nesta Diretoria.

Foram prestados ao longo de todo o ano atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem de caráter eletivo e emergencial (anexo mapa estatístico anual dos serviços executados). Os profissionais de saúde e administrativos desta Diretoria procuraram eficazmente colocar seus conhecimentos técnicos à disposição daqueles que os procuraram, objetivando a resolução rápida e segura de seus problemas, bem como minimizar suas angústias e sofrimentos. Foram atendidos por esta Diretoria no decorrer deste ano 3.844 (três mil, oitocentos e quarenta e quatro) pacientes.

Junto à Secretaria de Informática foi solicitada a ampliação dos serviços (um novo microcomputador), em função do aumento do espaço físico (criação de espaço específico para o desenvolvimento de atividades administrativas), e estudou-se a necessidade de aquisição de um programa específico da área médico-odontológica, para atender as necessidades dos profissionais e usuários dos serviços. Essa medida objetiva minimizar eventuais prejuízos no atendimento, bem como um melhor controle dos procedimentos executados.

Elaborou-se relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem, bem como relação para reposição ou aquisição de material permanente.

Encaminhou-se mensalmente, à Secretaria de Recursos Humanos, a estatística das atividades do setor.

Promoveram-se reuniões conjuntas dos profissionais da Diretoria, para adequação e uniformização das normas vigentes.

Foram adquiridos neste ano vários equipamentos, caracterizados como material permanente, bem como material de consumo, para que o atendimento se fizesse da melhor forma possível.

Desenvolveram-se, mensalmente, auditorias nas contas médicas e odontológicas.

Bimestralmente abriu-se suprimento de fundos junto à Coordenadoria de Finanças, para aquisição de material de consumo imediato como medicamentos fornecidos internamente aos servidores.

Junto à Secretaria de Recursos Humanos, elaborou-se estudo propondo alterações na Resolução TRESA n. 7.111, resultando na Resolução TRESA n. 7.128 e nas Portarias n. 75/99, 212/99 e 213/99.

Providenciou-se junto à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina o Alvará Sanitário dos profissionais que atuam nesta Diretoria.

Visando à mudança das instalações físicas e adequação às normas técnicas, foi providenciada reunião entre o arquiteto e o Diretor da Vigilância Sanitária.

Participou-se de algumas reuniões entre o grupo de estudo, o arquiteto e, posteriormente, o engenheiro responsáveis pela construção da nova área destinada a esta Diretoria.

Solicitou-se a renovação de contrato para a prestação de serviços de atendimento médico, para se referir à área Destinada a

Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, que trata da destinação de lixo contaminado.

Participamos do Curso de Desenvolvimento Gerencial, ministrado pela psicóloga Maristela Turati Costa realizado nos dias 21.9.1999 e 11.11.1999, em Florianópolis.

### **6.3.2 Atividades técnicas**

Promoveu-se juntamente com a UNIMED, a realização de várias palestras, sendo os temas abordados das mais variadas áreas. Houve grande interesse dos servidores de acordo com aferição feita através de questionário posteriormente distribuído, no qual constatou-se o grau de satisfação e solicitou-se sugestões de temas para os próximos ciclos, bem como para a melhoria dos serviços atualmente oferecidos por esta Diretoria aos servidores do TRE.

Foram realizados exames periódicos nos servidores do TRE, porém atualmente, com nova metodologia, sendo eles realizados no mês de aniversário do servidor, e não mais em um período de 2 meses. Além disso, tem sido dada uma atenção especial durante os exames periódicos para as questões da satisfação dos servidores em relação ao trabalho desenvolvido, ambiente de trabalho e se há alguma queixa correlata às questões relacionadas a LER (lesões por esforços repetitivos).

Promoveu-se a atualização vacinal dos servidores, bem como de seus dependentes.

Prestou-se coberturas aos eventos, através de equipes de pronto atendimento, deslocadas para a Diplomação dos Candidatos Eleitos realizada no Clube Doze de Agosto e do VIII Encontro dos Juízes Eleitorais realizado na OAB.

A cirurgiã-dentista participou de curso específico da área odontológica:

- ? Congresso Internacional de Odontologia da Bahia, em Salvador, de 20 de outubro a 4 de novembro

- ? LIV Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia, realizado em Recife de 19 a 22 de setembro.

Participaram ainda de eventos, como:

- ? Curso de Português ministrado pelo professor Anélio Luiz Vasselai de 12 a 16 de abril.
- ? Mudanças Organizacionais ministrado pela psicóloga Maristella Turati Costa.
- ? Curso de *Internet*, realizado pelo TRESA.

A enfermeira participou dos seguintes eventos:

- ? 1ª Jornada Catarinense em Controle de Infecção e Curativos, realizada em Florianópolis, de 28 a 30.4.1999.
- ? 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Florianópolis, de 2 a 7 de outubro.
- ? Treinamento em Hemoterapia – nível superior, realizado em Florianópolis, de 8 a 11 de novembro.

Ainda houve a participação de servidores administrativos nos seguintes cursos realizados em Florianópolis e promovidos pelo TRE-SC:

- ? Curso de *Internet*.
- ? Mudanças Organizacionais.
- ? Curso de Português.

**JOSÉ ANTÔNIO DUTRA PÓVOAS**  
Secretário de Recursos Humanos

## **7 SECRETARIA DE INFORMÁTICA**

### **7.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Secretaria de Informática, no ano de 1999, concentrou seus esforços, prioritariamente, à organização das eleições municipais/2000. Nessa eleição culminará o processo de plena informatização, iniciado em 1996, com o uso de urnas eletrônicas em todas as Seções Eleitorais brasileiras. Logo, havia a necessidade de detalhar o planejamento das atividades preparatórias, em face da ampliação da votação eletrônica de 13 municípios em 1998 (ou quase 40% do eleitorado) para 293 municípios ou a totalidade do eleitorado catarinense.

Assim, o planejamento da próxima eleição municipal consumiu grande parcela dos recursos internos da Secretaria de Informática nesse ano de 1999. Como resultado do planejamento, porém, foram antecipadas diversas atividades preparatórias complexas, tais como a depuração do cadastro eleitoral<sup>1</sup>, a organização da infra-estrutura dos locais de votação, divulgação da urna eletrônica e treinamento do eleitor<sup>2</sup>. Além disso, cuidou-se de antecipar a discussão a respeito do Sistema de Registros de Candidaturas (CAND) junto ao TSE, pois a melhoria da funcionalidade e o correto uso desse sistema pelos Cartórios Eleitorais adquire importância crucial para o sucesso das eleições.

Nessa esteira, especial atenção foi dirigida à preparação dos recursos humanos, inclusive os integrantes dos Juízos Eleitorais, por meio de reuniões, debates internos e treinamentos, visando ao amplo envolvimento da Instituição com as atividades preparatórias das eleições. Novas abordagens da organização dos trabalhos internos e novas modalidades de treinamento foram criadas objetivando fortalecer a coalizão dos recursos humanos institucionais dos diversos segmentos da Secretaria, por meio da participação ativa de seus representantes nas reuniões e treinamentos promovidos. Os resultados parciais obtidos até o momento indicam, com segurança, que as experiências levadas a efeito foram bem sucedidas.

Informações Corporativas (INCORP). De igual modo, em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos e sob a orientação da Direção-Geral, após cuidadosa pesquisa de mercado, empenhou-se junto ao Tribunal Superior Eleitoral para a aquisição de um Sistema de Recursos Humanos que resolvesse definitivamente as deficiências dos limitados sistemas atualmente em uso, desenvolvidos pelo TSE<sup>3</sup>.

Finalmente, porém não menos importante, a Secretaria de Informática, por meio da Seção de Redes, acompanhou a informatização do novo prédio-sede, com a implantação de moderna infra-estrutura de rede de comunicação de dados e de voz.

## 7.2 ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

As informações contidas no presente documento, relativas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Informática, estão organizadas conforme segue:

- ? **Eleições municipais/2000:** planejamento; infra-estrutura dos locais de votação; eleições da comunidade; estandes de treinamento do eleitor; recepção das justificativas eleitorais; avaliação do Sistema de Registro de Candidaturas.
- ? **Recursos humanos:** encontro dos Juízes Eleitorais; treinamento dos Chefes de Cartório; diretrizes para os treinamentos em informática; treinamentos técnico-especializados.
- ? **Cadastro eleitoral:** centrais de atendimento ao eleitor; depuração do cadastro eleitoral; revisão do eleitorado (utilizando a urna eletrônica); gerência do cadastro eleitoral.
- ? **Infra-estrutura de informática:** rede de comunicação do novo prédio-sede; atualização dos sistemas informatizados; preparação para o *bug do milênio*; implantação da autenticação unificada; modernização do parque de informática.

A opção por dispor as informações dessa forma, com foco nas atividades, decorre da natureza das tarefas desenvolvidas, as quais, na sua maioria, envolveram quase todas as instâncias administrativas da Secretaria do Tribunal e dos Juízos Eleitorais.

### 7.3 ELEIÇÕES MUNICIPAIS/2000

De um modo geral, a organização das eleições municipais é muito mais complexa, especialmente em razão dos seguintes aspectos:

- ? Caráter regional, com a coordenação de atividades críticas distribuídas em diversos locais (registro de candidaturas, totalização dos votos, divulgação do resultado, etc.).
- ? Elevado número de candidaturas registradas (estima-se perto de 13 mil candidatos registrados no Estado).
- ? Participação mais intensa das instâncias políticas e partidárias locais nas ações da Justiça Eleitoral.

Além desses fatores, nas próximas eleições municipais serão utilizadas urnas eletrônicas em todas as Seções Eleitorais, completando o ciclo de informatização das eleições.

Essas são as principais preocupações que levaram a Secretaria de Informática a propor o planejamento operacional das eleições, assim como, em conjunto com a nova modalidade de estrutura organizacional baseada em força-tarefa (ou grupos de trabalho), envolvendo virtualmente toda a Secretaria do Tribunal.

Apesar das dificuldades iniciais, os resultados obtidos até o momento são positivos, pois foram antecipadas para o ano de 1999 diversas atividades relacionadas com as eleições, o que reduzirá a carga de trabalho para o ano eleitoral, tipicamente sobrecarregado de tarefas.

#### 7.3.1 Planejamento das eleições municipais/2000

- ? **Equipe de Planejamento Operacional (EPO):** constituída por 8 (oito) servidores das Secretarias do Tribunal, sob a presidência do Secretário de Informática, a EPO é a responsável pela identificação das macro-atividades e pela revisão dos planejamentos detalhados produzidos pelos Grupos de Trabalho, assim como pela coordenação operacional das atividades em execução.
- ? **Grupos de Trabalhos (temáticos):** como resultado do estudo preliminar da EPO, foram designados (pela Coordenação-Geral) 29 (vinte e nove) grupos de trabalhos temáticos, envolvendo mais de 80 (oitenta) servidores, que são responsáveis pelo detalhamento do planejamento e a execução das diversas atividades relacionadas com as eleições.

Portanto, a elaboração do detalhamento operacional do planejamento envolveu quase todas as instâncias administrativas internas da Secretaria do Tribunal e resultou na identificação de mais de 1.500 atividades conexas às eleições municipais/2000.

### **7.3.2 Infra-estrutura dos locais de votação**

A exemplo das eleições anteriores nos municípios com votação informatizada, foi iniciado o procedimento de revisão dos locais de votação objetivando a sua adequação para receber a urna eletrônica. Em complemento, foi recomendada aos Juízes Eleitorais a desativação daqueles locais que não atendessem aos critérios estabelecidos pelo TRESA para o seu funcionamento.

Como resultado parcial, obteve-se a desativação de 1.310 locais, ou 24,28%, de um total de 5.396, implicando a ampliação da média de 2,35 para 3,11 seções por local. Essa redução objetiva, também, a simplificação da logística de movimentação das urnas eletrônicas, com a conseqüente diminuição de custos. Possibilitará, ainda, seja reduzido o número de Seções Eleitorais — e, em conseqüência, de mesários — via agregação de Seções<sup>4</sup>.

### **7.3.3 Eleições da comunidade**

As eleições da comunidade constituem-se em importante estratégia para o treinamento de mesários na operação das urnas eletrônicas, além do treinamento do eleitor. Por essa razão, a realização dessa modalidade de eleição, em conjunto com os Juízos Eleitorais, integra política permanente do TRESA.

A organização dessas eleições prevê a distribuição das atividades, abrangendo o TRESA, os Juízos Eleitorais envolvidos e a entidade requerente. O TRESA tem a missão de produzir as mídias e prestar suporte técnico aos Juízos Eleitorais, a quem cumpre, por sua vez, a operacionalização da eleição, configuração das urnas eletrônicas, treinamentos, etc. À entidade cabe fornecer todos os meios necessários à realização da eleição (recursos humanos, materiais, equipamentos, veículos, etc).

Essa forma de organização vem sendo implementada a partir de 1999, com a ampla aceitação dos Juízos Eleitorais. Assim, obteve-se sensível redução dos custos, bem como a distribuição racional da carga de trabalho.

Desse modo, em 1999, foram realizadas 24 eleições da comunidade, envolvendo 91.279 eleitores, alcançando grande parte das Zonas Eleitorais do Estado. Merecem destaque as eleições do CREA, da UFSC e da CREMESC.

### **7.3.4 Estandes de treinamento do eleitor**

Após o treinamento dos Chefes de Cartório, realizado em setembro p.p., foram remetidas quatro urnas eletrônicas aos Juízos Eleitorais do Estado, com a finalidade de, simultaneamente, tornar familiar a sua operação pelas pessoas que integram os Cartórios Eleitorais e propiciar o treinamento dos eleitores, especialmente nos municípios onde não houve votação informatizada.

### **7.3.5 Recepção das justificativas eleitorais**

TRERS, TRESP, TREMG, TRECE, TREAM, sob a coordenação do consultor técnico do INPE, Dr. Mauro Hissao Hashioka.

Após detalhada análise técnica, o Grupo de Trabalho recomendou ao TSE a adoção da proposta de recepção das justificativas eleitorais nas Seções Eleitorais ou em postos de justificativas, com o seu registro nas urnas eletrônicas<sup>5</sup>.

Embora ainda não aprovada oficialmente, há consenso nos Tribunais Eleitorais pela sua utilização em todo o território nacional, em substituição à recepção dos documentos via agências postais dos Correios. A medida tem evidente caráter modernizador, pois possibilita seja eliminada a digitação dos formulários, na sua maioria mal preenchidos, o que resultava em significativa taxa de erros. Além disso, é de grande interesse social, uma vez que o serviço será oferecido gratuitamente ao eleitor.

Com a implantação desse serviço, encerra-se o ciclo de informatização do processo eleitoral: todas as atividades relativas à recepção e totalização dos votos, bem como as justificativas dos eleitores faltosos, estarão informatizadas.

### **7.3.6 Avaliação do sistema de registro de candidaturas (CAND)**

Com a urna eletrônica e as diversas inovações na legislação eleitoral, o Sistema de Registro de Candidaturas passou a desempenhar ainda maior importância no processo eleitoral. O correto preenchimento dos dados dos candidatos, inclusive o processamento das suas fotos pelos Cartórios Eleitorais, é crucial para as atividades posteriores de configuração das urnas eletrônicas e de totalização dos votos.

A legislação eleitoral estabelece uma série de requisitos que devem, obrigatoriamente, ser cumpridos pelos candidatos e partidos políticos, os quais dependem da correta verificação dos dados dos candidatos (tais como data de nascimento, sexo, etc).

Por essas razões, os Grupos de Trabalho instituídos neste

Informática e Judiciária dos TREs de SC, SP, MG, PB e AC, com o fim de auxiliar o desenvolvimento do Sistema de Registro de Candidaturas que será utilizado nas próximas eleições municipais.

Essas foram as principais iniciativas levadas a efeito no ano de 1999, visando à organização das eleições municipais/2000. Embora talvez seja precipitado afirmar, pois o processo eleitoral ainda é incipiente, a iniciativa pioneira de planejamento das eleições já resultou em considerável ganho de eficiência administrativa e sensível redução de custos.

#### 7.4 RECURSOS HUMANOS

Especial atenção foi dedicada à preparação dos recursos humanos institucionais, com prioridade à organização das eleições e aos treinamentos técnicos em informática. Nesse diapasão, participaram do Encontro dos Juizes Eleitorais e do Treinamento dos Chefes de Cartório os membros da Coordenação-Geral e Equipe de Planejamento Operacional, bem como os coordenadores dos Grupos de Trabalho.

Embora inicialmente não tenha sido bem recebida a proposta de participação dos representantes dos Grupos de Trabalho nos eventos citados, após a sua realização houve a concordância quase unânime quanto à eficácia da medida, pois oportunizou a todos um conhecimento mais profundo da realidade dos Cartórios Eleitorais, o que é essencial para as atividades de eleições. Portanto, não há dúvida de que a experiência pioneira foi bem sucedida, devendo ser repetida nos próximos eventos.

Por outro lado, a Secretaria de Informática preocupou-se em apresentar proposta de nova política para a realização dos treinamentos técnicos em informática dirigidos genericamente aos servidores da Secretária do Tribunal. De igual modo, foram promovidos diversos treinamentos externos para os servidores técnico-especializados, em conformidade com a diretriz de aprendizado contínuo.

O evento contou com a participação do Secretário de Informática do TSE, Dr. Paulo César Bhering Camarão, e do consultor do INPE e coordenador de diversos projetos relacionados com a informatização das eleições no TSE, Dr. Mauro Hissao Hashioka, que analisaram a evolução da votação informatizada e da urna eletrônica no Brasil, a partir de 1996.

Além desses temas, foram apresentadas as estratégias do TRESA para a organização do pleito vindouro, com ênfase à preparação da infra-estrutura das eleições, treinamento do eleitor, registro de candidaturas, organização do cadastro eleitoral, etc. Esses temas gerenciais e operacionais foram apresentados por servidores da Secretaria de Informática.

O Encontro contou também com a participação das Juízas Eleitorais, Dra. Brigitte Remor de Souza May e Dra. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, que relataram suas experiências com a eleição informatizada de Cerro Negro (em 28.2.1999) e as eleições gerais de 1998, respectivamente.

#### **7.4.2 Treinamento dos Chefes de Cartório**

O treinamento dos Chefes de Cartório, que foi realizado no Hotel Maria do Mar, nos dias 8 e 9.9.1999, abordou a mesma temática apresentada aos Juízes Eleitorais, porém com o foco operacional. Na oportunidade foi detalhada a estratégia do TRESA para o treinamento do eleitor e a realização das eleições da comunidade — com ênfase na operação da urna eletrônica —, assim como a preparação da infra-estrutura dos locais de votação.

Buscando tornar mais eficaz o aproveitamento dos conteúdos apresentados aos Chefes de Cartório, foi testada nova forma de treinamento. Os temas foram organizados em blocos compostos de: exposição do tema (~30min), debates em pequenos grupos (~1h), seguido do relato das discussões de cada grupo para os demais (~30min). Participaram nos pequenos grupos — de até 12 pessoas — os coordenadores dos Grupos de Trabalho do planejamento das eleições, com as funções de mediador e relator;

### **7.4.3 Diretrizes para os treinamentos em informática**

Encerrada a etapa de capacitação básica dos servidores da Secretaria do Tribunal para o uso dos recursos computacionais disponíveis, apresentou a Secretaria de Informática proposta de nova política de treinamentos técnicos em informática.

A primeira etapa, implementada no biênio 1997/1998, constituiu-se de treinamentos básicos, ministrados por técnicos do quadro, no sistema operacional (*MS-Windows*), editor de texto (*MS-Word*) e recursos de rede (navegadores, correio eletrônico, etc.).

Objetivando o contínuo aperfeiçoamento dos servidores para melhor explorar os recursos computacionais disponíveis e atender a demandas internas de maior complexidade técnica, a Secretaria de Informática apresentou proposta de nova política de treinamentos, a qual incluía a realização de avaliação do conhecimento técnico dos servidores em informática, como pré-requisito para a participação em treinamentos avançados em editores de texto, gerenciadores de banco de dados e planilhas eletrônicas. A nova política de treinamentos vem sendo implementada sob a coordenação da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

### **7.4.4 Treinamentos técnico-especializados**

Foram realizados diversos treinamentos externos para os servidores técnicos especializados da Secretaria de Informática, tais como:

- ? Ambiente de desenvolvimento de sistemas *Delphi*.
- ? Administração e suporte do sistema operacional *MS-WindowsNT*.
- ? Grência de rede TCP/IP.
- ? Sistema de segurança Módulo/SIS, utilizado nos Cartórios Eleitorais (treinamento organizado pela Secretaria de Informática do TSE).

Esses treinamentos completaram o ciclo básico de capacitação dos servidores que integram as seções técnico-especializadas de redes de comunicação de dados, suporte, banco de dados e desenvolvimento<sup>6</sup>.

## 7.5 CADASTRO ELEITORAL

O cadastro eleitoral informatizado, criado em 1986, apresenta considerável desatualização do seu conteúdo, que vem causando algumas distorções estatísticas no resultado das eleições. Além disso, apresenta deficiências na integridade do conteúdo dos dados, as quais dificultam a correta identificação dos eleitores.

Os dados que têm chamado a atenção da opinião pública, especialmente nas últimas eleições, são: a elevada taxa de abstenção<sup>7</sup> e o alto índice da relação entre o eleitorado e a população<sup>8</sup>. Esses desajustes decorrem, principalmente, de (a) eleitores fora do seu domicílio eleitoral e (b) eleitores falecidos ou ausentes. O primeiro, reflete um componente cultural, de eleitores que desejam manter a ligação com suas cidades de origem, apesar de lá não mais residirem. O segundo – eleitores falecidos – decorre da ineficiência dos procedimentos operacionais adotados pela Justiça Eleitoral para a coleta das informações desde os Cartórios de Registro Civil até o seu lançamento no cadastro eleitoral.

As medidas adotadas pelo TSE para reduzir esses números foram: (a) a exclusão dos eleitores que deixaram de votar em três eleições consecutivas e (b) a autorização aos Tribunais Regionais Eleitorais para realizarem revisão nos municípios cuja relação eleitorado/população fosse superior a 80%. Ambas as medidas foram adotadas em Santa Catarina.

### 7.5.1 Depuração do cadastro eleitoral

A mais relevante causa da desatualização do cadastro eleitoral deriva da não-comunicação dos óbitos ocorridos, resultando em expressivo número de eleitores indevidamente

- ? Caderno com a nominata completa dos eleitores envolvidos, que foram reproduzidos pela Imprensa Oficial do Estado.
- ? Produção de *cd-rom*, juntamente com um programa para a localização dos eleitores e produção de relatórios, os quais foram distribuídos aos órgãos públicos e agremiações partidárias em todos os municípios do Estado (os *cd-roms* foram copiados pelo CIASC).
- ? Divulgação na *Internet*, com o apoio do CIASC.

O conjunto de ações levadas a efeito, combinado com a campanha desencadeada junto aos órgãos de comunicação, buscou evitar que fossem excluídos indevidamente do cadastro eleitoral eleitores aptos. Ao final, foram efetivamente canceladas 78.356 inscrições eleitorais.

#### **7.5.2 Revisão do eleitorado (utilizando a urna eletrônica)**

A outra medida para expurgar eleitores irregularmente inscritos foi a revisão do eleitorado nos municípios cujo índice eleitorado/população fosse superior a 80%. Em SC, foram identificados nesta situação 49 municípios, distribuídos em 29 Zonas Eleitorais, alcançando 217.195 eleitores<sup>9</sup>; compareceram na revisão 153.018 eleitores, tendo sido canceladas, portanto, 64.177 inscrições eleitorais.

As revisões eleitorais foram realizadas pelos Juízes Eleitorais, sob a coordenação da Corregedoria Regional Eleitoral, com o suporte técnico da Secretaria de Informática. Foram designados 22 servidores da Secretaria do TRES, treinados pela CRE e SI, que atuaram junto aos Juízes Eleitorais nas atividades de capacitação do pessoal dos postos de justificativas e de suporte técnico.

Importante destacar o uso, pela primeira vez, da urna eletrônica nas atividades de revisão do eleitorado. Para tanto, a Secretaria de Informática adaptou programa, desenvolvido pelo

ao eleitor e eliminação de conferências posteriores. A emissão dos relatórios ocorreu imediatamente após o encerramento do prazo para os eleitores comparecerem nos postos de justificativas.

Cabe ressaltar que, mesmo tendo ocorrido alguns casos de defeitos da urna eletrônica, estes não resultaram em perda dos dados.

### **7.5.3 Identificação dos eleitores deficientes visuais ou físicos**

Acolhendo sugestão do TRESA, de 1996, o TSE viabilizou o registro no cadastro eleitoral dos casos de eleitores com deficiência física ou visual<sup>10</sup>. Desta forma, será possível facilitar o exercício do voto desses eleitores nas Seções Eleitorais. Assim, o TRESA recomendou aos Juízos Eleitorais fossem desenvolvidas campanhas junto às entidades assistenciais visando identificar tais eleitores.

### **7.5.4 Centrais de atendimento ao eleitor**

Com o objetivo de melhorar o atendimento aos eleitores nos municípios com mais de uma Zona Eleitoral e racionalizar a estrutura organizacional desses Cartórios Eleitorais, foi proposta a criação de Centrais de Atendimento ao Eleitor. Dessa forma, os eleitores da circunscrição de qualquer das Zonas poderão ser atendidos na Central que a integram.

Para analisar a matéria e propor a sua operacionalização, a Direção-Geral designou grupo de trabalho<sup>11</sup>. Como parte integrante das atividades programadas pelo grupo de trabalho, foi implantada, em caráter piloto, uma Central de Atendimento, composta pelas quatro Zonas Eleitorais da Capital. Para tanto, está sendo utilizado o Sistema "Título *On-Line*", desenvolvido pelo TRERS.

O grupo deverá encerrar os trabalhos no próximo mês de fevereiro, oportunidade em que será apresentado relatório de

vias. Esses documentos são impressos pelo TSE, até o momento. Todavia, o TRESC deverá assumir a responsabilidade pela sua emissão, a partir deste ano, dependendo somente do recebimento de formulários distribuídos pelo TSE.

Cumpra acrescentar o aperfeiçoamento dos procedimentos internos para a gerência do cadastro eleitoral, implementados pela Coordenadoria de Produção e Suporte, destacados freqüentemente nos treinamentos dirigidos aos Cartórios Eleitorais. Esses avanços têm resultado em melhoria da qualidade dos dados dos eleitores registrados no cadastro eleitoral.

## 7.6 INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA

A infra-estrutura de informática da Justiça Eleitoral foi totalmente reformulada, a partir de 1996, propiciando a melhoria dos processos administrativos internos. A integração do parque de informática à rede de comunicação de dados, inclusive dos Cartórios Eleitorais, tem permitido a agilização das rotinas de trabalho.

Esse processo está plenamente consolidado, com a rede apresentando altíssimo índice de disponibilidade. De igual modo, o uso intenso dos recursos de rede reflete a eficácia dos treinamentos promovidos para a capacitação dos servidores da Secretaria e do pessoal dos Cartórios Eleitorais.

Entretanto, a constante modernização na área de informática exige atenção contínua com a evolução do parque computacional, seja para a atualização dos sistemas informatizados ou dos equipamentos. Essas foram as preocupações constantes da Secretaria de Informática, que desenvolveu um conjunto de ações visando ao aperfeiçoamento do ambiente computacional do TRESC.

### 7.6.1 Atualização dos sistemas informatizados

Foram atualizados os aplicativos e o sistema operacional

configuração em todos os equipamentos. A configuração inicial foi obtida a partir de um equipamento protótipo, preparado pelos técnicos das seções especializadas (Suporte, *Internet/Intranet*, Desenvolvimento, Redes e Banco de Dados).

A rotina adotada possibilitou a redução do tempo de trabalho (com a conseqüente diminuição de custos de permanência dos técnicos nos Cartórios Eleitorais) e a virtual eliminação de erros de configuração, pois o equipamento protótipo foi exaustivamente testado pelos técnicos especializados no TRES.

Relatório da mencionada experiência, produzido pela Seção de Serviços *Internet/Intranet*, foi remetido à Secretaria de Informática do TSE, que deverá empregar procedimento semelhante nas próximas atualizações dos sistemas informatizados para os demais Regionais.

#### **7.6.2 Preparação para o *bug do milênio***

Como preparação para o *bug do milênio*, além da atualização do sistemas informatizados relatada acima, foram tomadas outras cautelas para evitar as possíveis falhas nos equipamentos, por causa da mudança para o ano 2000.

Inicialmente, foram inventariados todos os equipamentos eletrônicos em uso no Tribunal (além dos computadores, equipamentos de fac-símile, vídeo cassetes, etc.). Para os equipamentos que indicavam a possibilidade de falhas, foram adotadas as medidas preventivas ou corretivas cabíveis.

Finalmente, foram executadas os seguintes procedimentos:

- ? Desligamento de todos os equipamentos de informática na manhã de 31.12.1999 e religação em 3.1.2000, ativando de maneira controlada cada um dos sistemas;
- ? Desativação do acesso aos serviços *Internet* (correio eletrônico e navegadores) a partir de 19.12.1999 até

### **7.6.3 Implantação da autenticação unificada**

Em conjunto com a atualização dos sistemas informatizados dos equipamentos instalados na rede local do prédio-sede, foi implantado o serviço de autenticação unificada. Esse serviço possibilitará aos usuários acessarem o seu ambiente computacional personalizado a partir de qualquer equipamento ligado à rede local.

Essa solução, pioneira na Justiça Eleitoral, foi desenvolvida pela Seção de Redes desta Secretaria, e está funcionando sem apresentar problema.

### **7.6.4 Modernização do parque de informática**

Visando à melhoria da *performance* dos microcomputadores do TRESA, assim como a implementação de novos sistemas informatizados, a Secretaria de Informática providenciou:

- ? Aquisição de memória RAM, para a duplicação da maior parte das estações de trabalho do TRESA, priorizando-se os equipamentos dos Cartórios Eleitorais.
- ? Ampliação do parque de impressoras *laser* (aquisição de duas novas impressoras).
- ? Aquisição de um equipamento para a reprodução de CD-ROMs (permite a reprodução simultânea de oito CD-ROMs, ou 32 CD-ROMs/hora), principal mídia hoje utilizada para a distribuição de dados e sistemas.
- ? Aquisição de cinco equipamentos de digitalização de imagens, para a implementação futura de sistema de automação de escritórios.
- ? Aquisição de "picotador" de papel, necessário para inutilizar os documentos produzidos no processamento dos títulos eleitorais ou outros de natureza sigilosa.

### **7.6.5 Rede de comunicação do novo prédio-sede**

No processo licitatório foi prevista a aquisição de elementos ativos que ampliaram a capacidade de tráfego de dados de 10 para 100Mbps<sup>14</sup>. A rede estão conectados todos os equipamentos do prédio-sede, além das conexões remotas com os Cartórios Eleitorais e o TSE, via Embratel. Dessa forma, está completamente integrado o ambiente computacional do TRESA.

#### 7.7 AUTOMAÇÃO ADMINISTRATIVA

A partir de 1996 priorizou-se (a) a implantação de sistemas de natureza corporativa e (b) o desenvolvimento de sistemas informatizados voltados para a área eleitoral. Nesse diapasão, a Secretaria de Informática vem acompanhando a evolução dos sistemas desenvolvidos pelo TSE visando à modernização das áreas administrativa e judiciária, promovendo o suporte técnico aos usuários e treinamentos, quando necessário.

De outra banda, a Secretaria de Informática vem desenvolvendo sistemas voltados, especialmente, à área eleitoral ou de interesse dos Cartórios Eleitorais para a organização das eleições, conforme abaixo descrito.

##### **7.7.1 Implantação da nova versão do SADP/SJUR**

A Secretaria de Informática prestou apoio técnico para a implantação da versão 2.0 do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos/Jurisprudência, desenvolvido pelo TSE, e acompanhou os treinamentos promovidos por técnicos daquela Corte. Além disso, providenciou a configuração dos microcomputadores instalados no prédio-sede para o uso do sistema.

##### **7.7.2 Implantação do INCORP**

O Sistema de Informações Corporativas (INCORP) foi desenvolvido em 1997 pela Seção de Desenvolvimento da Secretaria de Informática e está em fase de implantação. inclusive

endereços, telefones, etc.) a respeito de órgãos públicos e agremiações partidárias.

### **7.7.3 Projeto para a distribuição da jurisprudência eleitoral**

Atendendo à solicitação da Secretaria Judiciária, a Seção de *Internet/Intranet* vem desenvolvendo projeto para a distribuição da legislação eleitoral e da base de jurisprudência produzida nesta Corte, além de outros documentos de natureza judiciária. Para tanto, foi providenciada a aquisição de *software* e *hardware* necessários<sup>15</sup>.

O projeto está em andamento, porém, provavelmente será implementado somente a partir de 2001, em razão do acúmulo de tarefas relacionadas à organização das eleições municipais de 2000.

## **7.8 OUTRAS ATIVIDADES**

### **7.8.1 Participação no II Seminário de Informática da Justiça Eleitoral**

A Secretaria de Informática inscreveu cinco projetos, desenvolvidos nesta Corte, no II Seminário de Informática da Justiça Eleitoral<sup>16</sup>, promovido pelo TSE e realizado pelo TREP B no período de 16 a 18 de junho de 1999. Todos os projetos submetidos foram aprovados pela Comissão de Programa do evento, resultando no Regional com maior número de trabalhos aceitos. Dentre os trabalhos apresentados, dois foram premiados pelos participantes, na 4ª e 7ª colocação, conforme indicado abaixo:

- ? “Construindo um *Data Mart* para o Cadastro Eleitoral”, desenvolvido pelas servidoras Teresinha Batista Nunes (apresentadora) e Cláudia Regina Damasceno Dutra, da Seção de Banco de Dados;
- ? “Histelei – Sistema Histórico de Eleições”, desenvolvido pelos servidores Renato de Ávila Pacheco (apresentador), André Luiz Dutra, Eliane Rodrigues

servidores Augusto Gil Chaves Boal, Renato de Ávila Pacheco, das Seções de Desenvolvimento de Sistemas e de Suporte e Treinamento, respectivamente (4º classificado);

- ? “Uma proposta para autenticação unificada na rede da Justiça Eleitoral”, desenvolvido pelo servidor Alexandre Jonatan Bertoli Martins, da Seção de Rede.

Finalmente, cumpre registrar que o Secretário de Informática integrou a Comissão de Programa, responsável pela seleção de 30, dentre os 93 submetidos pelos Tribunais Eleitorais.

## 7.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da Justiça Eleitoral é popularmente caracterizado pela implantação da votação eletrônica. Todavia, paralelamente à informatização das eleições, a estrutura administrativa do judiciário eleitoral está sendo profundamente reformulada, por meio da automação dos seus processos internos. A implantação de avançado parque de informática, conectados em rede que cobre os Regionais e Zonas Eleitorais, possibilitou o aperfeiçoamento das rotinas operacionais, administrativas e judiciárias da Justiça Eleitoral.

Além da imperiosa necessidade de dominar as novas tecnologias, instaladas em tempo extremamente curto, há a (compreensível) pressão dos diversos setores internos pela implantação, ou contínuo aperfeiçoamento, de novos sistemas informatizados, em face da disponibilidade dos recursos computacionais. Por exemplo, é indiscutível o aprimoramento das rotinas administrativas com a adoção do correio eletrônico e dos navegadores, que hoje alcançam todos os servidores do TRESA, os quais foram adotados a menos de três anos. Esse fato exemplifica o poder das novas tecnologias, que estão disponíveis hoje no TRESA.

Acrescido a esses fatos, há o desafio de organizar as eleições informatizadas, cuja complexidade logística e técnica

sistemas necessários ao funcionamento adequado dessas tecnologias.

Embora a extensão dessas mudanças ainda não seja bem compreendida por muitos, principalmente por causa da rapidez com que vêm ocorrendo, a informática adquire, a cada dia, papel fundamental na transformação da estrutura da Justiça Eleitoral. A cada ano, novos equipamentos ou sistemas tornam obsoletos os procedimentos e rotinas de trabalho, executados por seções que simplesmente deixam de ser necessárias.

É mister que essa transformação se reflita também na modernização da estrutura organizacional, com o reconhecimento dos relevantes resultados alcançados e a adequada valorização das funções desempenhadas pelos quadros técnicos da Secretaria de Informática.

<sup>1</sup> A Secretaria de Informática produziu extenso estudo a respeito da modernização do Cadastro Eleitoral, no qual são propostas diversas ações entre as quais a gradual depuração dos dados do cadastro eleitoral, o qual foi encaminhado à Presidência desta Corte e à Secretaria de Informática do Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>2</sup> Como política institucional para a divulgação da urna eletrônica, foram adotadas duas modalidades de eventos: a instalação de estandes (fixos ou móveis) de treinamento do eleitor e a realização de eleições da comunidade.

<sup>3</sup> O TSE optou pela continuidade do desenvolvimento do Sistema de Recursos Humanos próprio, que deverá ser implantado no ano 2000 em todos os Regionais.

<sup>4</sup> Em face da informatização do voto e da simplicidade das eleições municipais, a Coordenadoria de Eleições elaborou proposta para a ampliação, em todo o Estado, do número de eleitores por Seção Eleitoral de 400 para 500, o que permitirá a agregação de um número maior de Seções Eleitorais e a conseqüente redução do número de mesários.

<sup>7</sup> A taxa de abstenção cresceu de 3,47% em 1986 para 16,3% em 1998, em Santa Catarina; parcela significativa da abstenção observada em 1998 (5%) corresponde aos eleitores ausentes do domicílio eleitoral, que apresentaram justificativa nas agências postais dos Correios.

<sup>8</sup> Em alguns casos, o eleitorado inscrito no município é superior à estimativa populacional, produzida pelo IBGE.

<sup>9</sup> Resoluções TRESA n. 7.134 e 7.135 de 22.9.1999 e 13.10.1999, respectivamente.

<sup>10</sup> Foi criado pelo TSE o FASE 396, com os complementos para discriminar deficiência física ou visual.

<sup>11</sup> Portaria DG n. 71 de 29.3.1999, designando os servidores Carlos Rogério Camargo (presidente), Eron Domingues, José Luiz Viana, Laerte Francisco Mattos, Luciano Rodrigues de Oliveira e Márcio Boechat Ferreira.

<sup>12</sup> Para automatizar a atualização foi produzido CD-ROM com a imagem do conteúdo do equipamento protótipo, utilizando o sistema operacional *Linux*, o qual é distribuído gratuitamente na *Internet*.

<sup>13</sup> A rede foi instalada pela empresa CREARE Engenharia, vencedora do processo licitatório, a partir das definições contidas no edital produzido pela Seção de Redes desta Secretaria, com o apoio técnico dos consultores do INPE, cedidos ao TSE, Drs. Antônio Ézio, Mauro Hissao Hashioka e Paulo Nakaya.

<sup>14</sup> Foram instalados *switch hubs* que garantem o isolamento do tráfego de cada um dos equipamentos conectados à rede local, possibilitando assim maior *performance* e facilidade para a detecção de eventuais falhas.

<sup>15</sup> Adquirido o sistema da *Folio*, especializado no armazenamento e recuperação de informações textuais distribuídas em CD-ROM ou *Internet* e copiador de CD-ROM (vide item acima).

<sup>16</sup> O Seminário de Informática da Justiça Eleitoral (SIJE) foi criado por sugestão desta Secretaria de Informática. em reunião de Secretários de

## **8 CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL**

### **8.1 ATIVIDADES COMUNS**

#### **8.1.1 Implantação da rede interna de informática**

Foi implantada a rede interna de computadores das Zonas Eleitorais do centro da Capital num total de 7 (sete) computadores, sendo que o servidor de rede encontra-se sob a responsabilidade da 12ª Zona Eleitoral.

#### **8.1.2 Implantação do sistema "On-line"**

Diante das atualizações nos sistemas, a mais importante foi a implantação do "Título *On-Line*", que além de inúmeras adequações e inovações, como o preenchimento automático dos dados do eleitor no RAE – Requerimento de Alistamento Eleitoral – e a transmissão, também trouxe ao Cartório a possibilidade de controle de vagas nas Seções e Locais de Votação e criação de Seção pelo próprio sistema. O sistema em questão também envia automaticamente os lotes com dados dos eleitores qualificados diariamente para o TRE, imprime certidões e posteriormente poderá imprimir os títulos eleitorais.

#### **8.1.3 Campanha de depuração do cadastro eleitoral**

Participação da Campanha de Depuração do Cadastro Eleitoral junto à comunidade, encaminhando as relações dos eleitores sujeitos ao cancelamento para diversas entidades deste município.

Foram efetuados plantões nos finais de semana e feriados.

Desta divulgação ocorreu um substancial aumento no movimento de eleitores nos Cartórios da Capital.

#### **8.1.4 Eleições na comunidade**

Cabe ressaltar que a 12ª Zona Eleitoral, sendo a mais antiga, tem o encargo de coordenar os trabalhos com as demais Zonas do município.

Foram realizadas as seguintes eleições da comunidade:

- ? Coordenação das eleições para escolha de Juiz Classista de Primeiro Grau, realizada em 26.3.1999;
- ? Coordenação das eleições para escolha da diretoria da UNIMED, realizada em 27.4.1999;
- ? Coordenação das eleições para escolha da diretoria do Conselho Comunitário da Barra da Lagoa, realizado em 16.5.1999;
- ? Coordenação das eleições para escolha do Conselheiro Federal ao Conselho Regional de Medicina – CREMESC, realizado 12.8.1999;
- ? Suporte técnico na eleição para escolha dos representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA da Caixa Econômica Federal, realizada em 21.9.1999;
- ? Coordenação das eleições para escolha da presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CER/CREA/SC e da presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, realizada em 10.11.1999;
- ? Suporte técnico na eleição para escolha do representante do Conselho Regional de Farmácia e do Conselho Federal de Farmácia, realizado pelo Sistema do Voto Cantado, em 11.11.1999;
- ? Suporte técnico na eleição para escolha de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizada em 17.11.1999;
- ? Coordenação das eleições para escolha da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes Luiz Travassos – DCE/UFSC, realizada 1º.12.1999;
- ? Suporte técnico na eleição para escolha da presidência do Paula Ramos Esporte Clube, realizada em 15.12.1999.

## 8.2 12ª ZONA ELEITORAL

O presente relatório tem a finalidade de elencar as principais atividades desenvolvidas no cartório desta Zona Eleitoral ano de 1999.

Além das eleições na comunidade comuns a todas as Zonas Eleitorais, este Cartório prestou suporte técnico na eleição para escolha dos representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – da Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC –, realizada em 27.1.2000.

### 8.2.1 Qualificação eleitoral

Continuidade do processo de qualificação eleitoral com atendimento exclusivamente nas dependências do Cartório. Foram preenchidos 3.429 (três mil, quatrocentos e vinte e nove) Requerimentos de Alistamento Eleitoral – RAEs e 17.947 (dezessete mil, novecentos e quarenta e sete) Formulários de Acompanhamento da Situação Eleitoral – FASEs.

Tratamento das ocorrências no “Banco de Erros”.

### 8.2.2 Processos:

- ? Filiação Partidária: procedimentos de conferência, atualização e publicação dos registros das filiações partidárias encaminhadas pelos respectivos partidos políticos nos meses de abril e outubro; foram autuados 63 (sessente e três) processos de dupla filiação partidária.
- ? Duplicidade: foram autuados 23 (vinte e três) processos de coincidência abrangendo exclusivamente eleitores desta Zona Eleitoral.
- ? Prestação de Contas: a 12ª Zona Eleitoral, a mais antiga do município, tem competência para analisar as contas anuais dos partidos políticos; para tanto, foi requisitado junto ao Tribunal de Contas do Estado

### **8.2.3 Documentos expedidos**

Foram expedidos 419 (quatrocentos e dezenove) ofícios, 3 (três) ofícios circulares, 14 (quatorze) editais, 23 (vinte e três) portarias, 6 (seis) ordens de serviço e 118 (cento e dezoito) comunicações internas, todos devidamente arquivados.

### **8.2.4 Procedimento de revisão e vistoria dos locais de votação**

Processo de avaliação dos locais de votação, seguindo as orientações quanto ao agrupamento dos locais.

### **8.2.5 Planejamento eleições/2000**

Participação nos Grupos de Estudos n. 7 – Eleições na Comunidade e n. 8 – Divulgação da Urna Eletrônica.

### **8.2.6 Inspeção judicial**

Foi realizada inspeção judicial, com deslocamento de servidor até o Município de Palhoça, localidade Enseada de Brito, para verificar identidade de eleitora envolvida em processo-crime.

### **8.2.7 Desfazimento de material**

Nomeada uma Comissão para desfazimento de material fora de uso nas dependências deste Cartório, foi autuado processo no qual se relacionou o material, encaminhando-se cópia ao Tribunal Regional Eleitoral para identificação do material considerado de valor histórico para uso no Museu da Justiça Eleitoral.

O processo foi encerrado em 17.2.2000.

### **8.2.8 Documentos arquivados**

### **8.2.9 Campanha da Cidadania**

Participação no Dia do Serviço Civil Voluntário pela Qualidade de Vida, realização nos dias 5 e 19.2.2000.

### **8.3 13ª ZONA ELEITORAL**

Este documento tem como finalidade apresentar as atividades desenvolvidas pelo Cartório da 13ª Zona Eleitoral, durante o ano de 1999, incluindo sistemática de trabalho, organização e funcionamento.

Diante da organização existente, algumas modificações foram feitas, tais como: a redistribuição do espaço físico e tarefas, a reorganização de documentos, a colocação em ordem alfabética dos títulos e o descarte dos mais antigos, além de todas as atualizações ocorridas nos sistemas implantados pelo Tribunal.

Com o levantamento e a avaliação de tarefas exercidas por cada servidor, houve a preocupação da aplicação de novas sistemáticas, em busca de conhecimentos repassados através da participação em vários cursos promovidos pelo TRESC/SRH/CDRH e palestras pela Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social, com o objetivo de aprimorar o desempenho, a qualidade e as técnicas de atendimento ao público, buscando também um relacionamento participativo.

Atendendo ao ofício-circular P n. 056/99, através do Formulário "Museu da Justiça Eleitoral Catarinense", foram relacionadas e encaminhadas peças a serem avaliadas, com o objetivo de integrar o acervo para posterior consulta e inserção no Sistema Histórico de Eleições.

Além das atividades internas inerentes ao funcionamento dos Cartórios, estes participaram diretamente da realização de recadastramento eleitoral com plantões em fins de semana e feriados, para melhor atender ao público, como a participação na programação do Dia da Família realizada no Centro Social Urbano do Saco dos Limões e Tapera no dia 13 de novembro, e eleições

de alistamento, restabelecimento de inscrições e batimento nacional (ofício-circular CRE/SC n. 27, 25jun1999).

Com as solicitações oriundas do TRESA, procedeu-se às devidas conferências dos bens patrimoniais, além de cumprir um cronograma mensal, como informação de frequência dos titulares, o encaminhamento da frequência dos servidores, a quantidade de selos postais utilizados perfazendo em média um total de 181 (cento e oitenta e um), o comunicado à Presidência do TRESA do valor mensal de multas arrecadadas que obteve um total anual de R\$ 1.712,90 (mil, setecentos e doze reais e noventa centavos).

Os gastos de telefone, bem como as anotações e cobranças de ligações particulares, e material de expediente, continuam controlados por meio de um trabalho de conscientização, procurando sempre de pronto sanar as irregularidades.

Através de certidão expedida por escrivão judicial, mensalmente foram comunicados à CRE/TRESA os feitos registrados, não constando o ingresso de nenhuma ação no ano de 1999.

Foram arquivados em Cartório 75 (setenta e cinco) processos, sendo 24 (vinte e quatro) referentes à filiação partidária, 51 (cinquenta e um) de dupla inscrição e 1 (um) de restabelecimento de inscrição eleitoral, que encontra-se em tramitação no TRESA.

As anotações de filiações e desfiliações partidárias foram devidamente procedidas, conforme encaminhamento para Imprensa Oficial, para publicação dos Editais contendo a nominata dos eleitores da 13ª Zona Eleitoral, encaminhadas em abril e outubro de 1999 pelos partidos políticos, autuadas as duplas filiações e digitados os FASEs – Formulários de Acompanhamento de Situação de Eleitores.

Tivemos um total de 59 (cinquenta e nove) guias com 3.186 (três mil cento e oitenta e seis) Formulários e Requerimentos de Alistamento Eleitoral - FAEs e RAEs, digitados e processados e 1.040 (mil e quarenta) Formulários de Acompanhamento de

Além de mantidos sistematicamente arquivados em cartório os Formulários de Protocolos de Entrega do Título Eleitoral (PETEs), os títulos eleitorais e os cadernos de votação, buscando sempre facilitar e agilizar as atividades, foram devidamente arquivadas e protocoladas 393 (trezentas e noventa e três) correspondências recebidas, 250 (duzentos e cinquenta) ofícios expedidos, 4 (quatro) editais, 11 (onze) portarias, 3 (três) ordens de serviço e 24 (vinte e quatro) comunicações internas, e procedidas às devidas atualizações referentes à legislação - com o arquivamento das Resoluções, Acórdãos e Leis, encaminhadas pelo TRESA.

Conforme recebidas dos cartórios civis as cópias das certidões de óbitos ou o registro das mesmas, foram feitas as pesquisas para a localização dos eleitores e o preenchimento do respectivo FASE - Formulário de Acompanhamento de Situação do Eleitor. Os pertencentes ao Cadastro de outros Cartórios foram enviados aos mesmos, e os não localizados, devidamente encaminhados à CRE/SC. O mesmo tratamento é dado às comunicações de condenações criminais, conscritos e militares incorporados, sendo preenchidos os FASEs de acordo com cada caso.

Com a chegada do ano 2000, foi procedido ao levantamento de sistemas informatizados e equipamentos eletrônicos existentes e utilizados pelos Cartórios, conforme CI da Secretaria de Informática do TRESA.

Junto com o Planejamento Estratégico das Eleições 2000, foram encaminhados para o TRESA, através do Of. n. 498/99, de agosto, os Formulários de Atualização do Cadastro de Locais de Votação, depois de procedida a uma criteriosa revisão, bem como o mapa contendo a localização dos mesmos, conforme o solicitado no Of. Circ. P n. 61/99.

Surgiram vários eventos, como a criação de grupos de trabalho, o Seminário Interno "Eleições 2000" ocorrido em junho, o Encontro de Chefes de Cartório e de Juizes Eleitorais no mês de setembro e várias mesas de discussão e reuniões.

foram encaminhadas ao Cartório as relações dos eleitores que deixaram de votar por três eleições consecutivas. Foram distribuídas pela 13ª Zona Eleitoral em bancos, cartórios civis, paróquias, supermercados, clubes, hospitais, laboratórios, empresas de ônibus, Polícia Militar, SENAC, OAB, SESC, TELESC, SEBRAE, e SENAI. Foram feitas as distribuições dos cadernos e *cd-roms*, contendo a nominata de eleitores ausentes aos 3 (três) últimos pleitos.

Atendendo ao ofício-circular P n. 80/99, procedeu-se à pesquisa de todos os deficientes físicos - visuais, auditivos e de locomoção - através do encaminhamento do Of. Circ. n. 085/99, pela 101ª Zona Eleitoral da Capital, para a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Joana de Gusmão, e a Associação dos Hemofílicos do Estado de SC, sem obtenção de resposta.

Através da 13ª Zona Eleitoral foram distribuídos nas empresas de transporte coletivo, para afixação em ônibus, cartazes relacionados à depuração do cadastro eleitoral (atendendo Ofício-Circular P n. 86, 6 de outubro), contendo chamada ao eleitor que deixou de votar por três pleitos consecutivos, para comparecer aos cartórios e regularizar sua situação, evitando assim o cancelamento de sua inscrição.

Assim, procurando cumprir os cronogramas de trabalho traçados, é que a 13ª Zona Eleitoral busca atender, da melhor maneira possível, ao público eleitor, aplicando uma política de treinamento e capacitação técnica de seus servidores, nunca esquecendo o lado profissional e humano, para que tenhamos sempre resultados positivos.

#### 8.4 100ª ZONA ELEITORAL

O presente relatório tem a finalidade de discorrer sobre as atividades desenvolvidas neste Cartório Eleitoral durante o exercício de 1999.

Eleitoral – RAEs e 5.157 (cinco mil, cento e cinquenta e sete) Formulários de Acompanhamento da Situação Eleitoral. – FASEs.

- ? Tratamento das ocorrências no “Banco de Erros”.
- ? Realização de 2 (duas) equipes volantes nos bairros de Canasvieiras e Rationes, para alistamento, transferência e entrega de títulos, em atendimento a solicitação das respectivas comunidades.
- ? Expedição de certidões eleitorais.
- ? Cobrança de multas eleitorais conforme legislação.

#### **8.4.2 Processos**

- ? Filiação partidária: procedimentos de conferência, atualização e publicação dos registros das filiações e desfiliações partidárias encaminhadas pelos respectivos partidos políticos nos meses de abril e outubro; foram autuados 100 (cem) processos de dupla filiação partidária. Destes, todos tiveram decisão dada pelo Sr. Juiz Eleitoral e 95 (noventa e cinco) foram resolvidos, sendo que os demais 5 (cinco) encontram-se em tramitação até a presente data,
- ? Duplicidade: autuação de 44 (quarenta e quatro) processos de coincidência abrangendo eleitores desta Zona Eleitoral, sendo que o Processo n. 145/99 abrangeu 87 eleitores envolvidos no batimento emitido no dia 22.9.1999.
- ? Outros processos: 8 (oito) processos com dados cadastrais incorretos ou incompletos de eleitores; 1 (uma) carta precatória referente a eleição de 1998 foi encerrada; 1 (um) processo de eleitor com direitos políticos suspensos; 1 (um) processo referente a pedido de instalação de local de votação; 1 (um) processo referente a filiados que não constavam nas listas dos partidos políticos; 1 (um) processo referente a 433 (quatrocentos e trinta e três) eleitores, que embora tenham votado regularmente no 1º turno da

#### **8.4.3 Documentos expedidos**

Foram expedidos 392 (trezentos e noventa e dois) ofícios, 3 (três) ofícios circulares, 12 (doze) editais, 7 (sete) portarias, 6 (seis) ordens de serviço, todos devidamente protocolizados e arquivados.

#### **8.4.4 Procedimento de revisão e vistoria dos locais de votação**

Processo de avaliação dos locais de votação, seguindo as orientações desse Tribunal, quanto ao agrupamento dos locais.

#### **8.4.5 Implantação da rede interna de informática**

Foi implantada a rede interna de computadores das Zonas Eleitorais do centro da Capital num total de 7 (sete) computadores.

#### **8.4.6 Planejamento eleições/2000**

Participação no Grupo de Trabalho GT-7 - Eleições na Comunidade e na Supervisão do Grupo de Trabalho GT-29 - Justificativa Eleitoral.

#### **8.4.7 Treinamento de recursos humanos**

Os funcionários deste Cartório participaram dos cursos de Português, Atendimento no Serviço Público, Mudanças Organizacionais, Desenvolvimento Gerencial e Treinamento de Multiplicadores, além dos treinamentos de Chefe de Cartório e Encontro de Juízes Eleitorais.

Ocorreu, ainda, a participação dos servidores desta Zona Eleitoral no exame de avaliação em informática, promovido por essa Secretaria, e posterior inscrição nos cursos de Access programado e Excel avançado.

Estes cursos de desenvolvimento também foram os treinamentos de testes

#### **8.4.8 Desfazimento de material**

Foi nomeada uma comissão para desfazimento de material fora de uso nas dependências deste Cartório.

#### **8.4.9 Atualização do parque de informática**

Deslocamento para 10 (dez) Zonas Eleitorais do interior para atualização dos sistemas de informática e preparação para o "bug do ano 2000".

#### **8.4.10 Títulos em cartório**

Mudança no sistema de arquivamento de títulos em cartório, que era feito por Seção passando agora para ordem alfabética, o que tornou mais eficaz o controle por parte deste Cartório e a entrega aos eleitores.

### **8.5 101ª ZONA ELEITORAL**

#### **8.5.1 Atendimento ao público**

- ? Reorganização dos títulos eleitorais, em ordem alfabética, para a posterior entrega aos eleitores, sendo 10.379 títulos anteriores a 1998 (para posterior incineração) e 1.580 títulos 1998/1999 (para serem entregues).
- ? Foram preenchidos 4.508 (quatro mil, quinhentos e oito) Requerimentos de Alistamento Eleitoral - RAEs e 2.380 (dois mil, trezentos e oitenta) FASEs.
- ? Tratamento das ocorrências no Banco de Erros.
- ? Realização de duas equipes volantes no Bairro Monte Cristo, para alistamento e transferência de Eleitores, atendendo solicitação das comunidades.
- ? Cobrança de multas e expedição de certidões.

- ? Duplicidade e regularização: autuação de 30 processos de coincidência e 14 processos de regularização de dados cadastrais de eleitores.
- ? Processo criminal: 1 (uma) notícia-crime - sentenciado; 1 (uma) denúncia que se encontra em tramitação; 2 (duas) cartas precatórias.

### **8.5.3 Documentos expedidos**

Foram expedidos 159 ofícios, 6 ofícios-circulares, 4 editais, 9 portarias, 54 comunicações internas, todos devidamente protocolizados e arquivados.

### **8.5.4 Revisão e vistoria de locais votação**

Foi efetuada revisão e vistoria nos 19 locais de votação que pertencem a esta Zona Eleitoral.

### **8.5.5 Planejamento eleições de 2000**

Participação no Planejamento Estratégico das Eleições e Grupo de Trabalho GT 29 - Justificativa Eleitoral.

### **8.5.6 Treinamento de recursos humanos**

Os funcionários deste Cartório participaram dos cursos Atualização de Português, Atendimento ao Público, Mudanças Organizacionais, Desenvolvimento Gerencial e Treinamento de Multiplicadores.

Participação do servidor desta Zona Eleitoral no exame de avaliação em informática, promovido por essa Secretaria, e posterior inscrição em cursos.

**LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Chefe da 12ª Zona Eleitoral

**ROSÂNGELA MANDRELEY SILVA**